

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ADILSON SILVA SANTOS

UM REPUBLICANO HISTÓRICO NO ESPÍRITO SANTO DA
PRIMEIRA REPÚBLICA: A CARREIRA DE BERNARDO HORTA
DE ARAÚJO (1887-1913)

VITÓRIA
2009

ADILSON SILVA SANTOS

UM REPUBLICANO HISTÓRICO NO ESPÍRITO SANTO DA
PRIMEIRA REPÚBLICA: A CARREIRA DE BERNARDO HORTA
DE ARAÚJO (1887-1913)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nara Saletto

VITÓRIA
2009

ADILSON SILVA SANTOS

UM REPUBLICANO HISTÓRICO NO ESPÍRITO SANTO DA PRIMEIRA
REPÚBLICA: A CARREIRA DE BERNARDO HORTA DE ARAÚJO (1887-
1913)

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Nara Saletto da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Estilaque Ferreira dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Surama Conde Sá Pinto
Universidade Severino Sombra

Vitória, ____ de _____ de ____

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S237r Santos, Adilson Silva, 1978-
Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República :
a carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887-1913) / Adilson Silva
Santos. – 2009.
142 f. : il.

Orientadora: Nara Saletto da Costa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Araújo, Bernardo Horta. 2. Oligarquia. 3. Coronelismo. 4. Brasil
- História - República Velha, 1889-1930. 5. Cachoeiro de Itapemirim
(ES). I. Costa, Nara Saletto da. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Para Ser Grande
“Para ser grande, sê inteiro:
nada teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa.
Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda brilha, porque alta vive”.
Fernando Pessoa

À Aline e Sofia, mulheres da minha vida,
meus maiores amores.
À Bernardo Horta de Araújo.

AGRADECIMENTOS

Muitos são aqueles a quem preciso agradecer já que um trabalho como esse não é feito sozinho, embora em muitos momentos a solidão tenha sido minha companheira inseparável, mas direta ou indiretamente eu sempre estive acompanhado por pessoas que acreditaram em mim e no meu sonho. Agradeço, primeiramente, a Deus pelo apoio incondicional, pela presença constante, pelo socorro bem presente. A Ele toda honra e toda glória!

Às duas mulheres de minha vida: minha querida esposa, Aline das Neves Alves Santos, pela paciência e compreensão nos momentos de minha ausência em virtude das horas ininterruptas de pesquisa e produção. Pelo carinho e dedicação, pelo amor a mim devotado... Muito obrigado, meu amor! Te amo muito e essa conquista também é sua.

À minha princesinha, Sofia, gestada e concebida em meio à pesquisa e à elaboração deste trabalho. Papai te ama muito, meu amor! Isso digo a ela todos os dias, emocionado por tê-la junto a mim. A toda minha família, meus sinceros agradecimentos.

Quero agradecer, especialmente, à Prof^a Dr^a Nara Saletto pela orientação criteriosa, perspicaz, e segura, pelo privilégio que tive de conhecê-la como leitor, aluno em duas disciplinas no mestrado e pelo privilégio, ainda maior, de ter sido seu orientando, num aprendizado profundo que levarei pelo resto da vida.

À família Avidos Horta na pessoa do Sr. Luiz Paulo Avidos Horta e Bernardo Carneiro Horta pela generosidade, pela insistência em conservar a memória do avô e bisavô, respectivamente, pelos materiais disponibilizados e por me descortinarem um Bernardo Horta humano, pai de família dedicado, marido e amigo.

Agradeço, também, aos amigos do colegiado de História do Centro Universitário São Camilo, professores Aldieris Caprini, Diogo Lube, Jaqueline Ramalho, Marco Aurélio Borges e Pedro Ernesto, pela presteza, ajuda e pelo convívio salutar que tanto contribui para o meu enriquecimento.

Sou grato ao Dr. Higner Mansur por me disponibilizar diversos materiais importantes para a pesquisa, pelo apreço que tem por conservar a história e cultura de Cachoeiro de Itapemirim.

À Diovani Favoretto pelas pesquisas no Arquivo Público Estadual, ao Profº. Fábio Brito pelo socorro em relação à ortografia e à Profª Patrícia Pereira pela grande ajuda com relação às normas técnicas.

Sou grato a todos que de alguma forma contribuíram para a conclusão desse projeto que para mim representa a realização de um sonho. Aos historiadores, colegas de trabalho, familiares, alunos, em fim, muito obrigado.

RESUMO

A carreira de Bernardo Horta de Araújo como propagandista da República tem seu marco inicial com a criação do primeiro clube republicano do Espírito Santo, em Cachoeiro de Itapemirim, sul dessa província, em 23/05/1887, e o seu encerramento no dia 20/02/1913, quando, no Rio de Janeiro, ele se suicida. Proclamada a República, em 15/11/1889, Bernardo Horta vai atuar como protagonista no processo de implantação desse novo regime, tendo participação decisiva nos principais acontecimentos políticos desse período, ora como situação, ora como oposição, e o objetivo principal é verificar em que medida sua trajetória política reflete a relação entre o poder municipal e a oligarquia estadual. Além disso, buscou-se investigar a composição dos governos municipais de Cachoeiro de Itapemirim e como ele foi sendo constituído, assim como elencar os políticos que tiveram participação destacada na oligarquia estadual, como Bernardino Monteiro, Pinheiro Jr., Jerônimo Monteiro, Marcondes Alves de Souza, com destaque para Bernardo Horta de Araújo. No primeiro capítulo foi abordado a propaganda republicana e os primeiros anos da instalação e institucionalização da república no Espírito Santo, a cisão no Partido Republicano, encerrando com a aprovação da Constituição estadual e a eleição de Moniz Freire para governador do estado. O segundo capítulo está centrado na política municipal de Cachoeiro de Itapemirim e suas relações com a política estadual, com destaque para as eleições municipais desse período. O terceiro e último capítulo focaliza a atuação política de Bernardo Horta como deputado federal e sua relação com a política municipal, terminando com o seu suicídio. Dentre os resultados encontrados está a composição dos governos municipais de Cachoeiro de Itapemirim em todo o período pesquisado, a carreira dos políticos que tiveram participação na política municipal, estadual e até federal, bem como a existência de uma geografia de poder que girava em torno da sede do município, Muqui e Castelo.

PALAVRAS – CHAVE

Bernardo Horta de Araújo, Primeira República, Cachoeiro de Itapemirim, oligarquia, coronelismo, eleições municipais, fraudes eleitorais.

ABSTRACT

Bernardo Horta de Araújo career as the Republic advertiser has its initial mark with the creation of the Espírito Santo first republican club, in Cachoeiro de Itapemirim, south of this province, on 23/05/1887, and its ending on 20/02/1913, when in Rio de Janeiro, he committed suicide. With the Republic proclamation, on 15/11/1889, Bernardo Horta acts as a protagonist in the implantation process of this new regime, having decisive participation on the most important political happenings of this period, sometime as a situation, sometime as an opposer, and the main aim is to verify how his political trajectory reflects the relationship between the municipal power and the state oligarchy. Besides, this work investigates the composition of the county government in Cachoeiro de Itapemirim and how it was constituted, as well as to relate the politicians who had important participation in the state oligarchy, i.e. Bernadino Monteiro, Pinheiro Jr., Jerônimo Monteiro, Marcondes Alves de Souza, highlighting Bernardo Horta de Araújo. The first chapter talks about the Republican advertise and the Espírito Santo republic installation and institutionalization first years, the Republican Party division, ending with the State Constitution approval and the election of Moniz Freire as the state governor. The second chapter is analyzing Cachoeiro de Itapemirim municipal politics and its relation to the state politics, emphasizing the municipal elections of this period. The third and last chapter focuses Bernardo Horta political actuation as a Federal Deputy and his relationship to the municipal politics, ending with his suicidal. Among the found results is the composition of Cachoeiro de Itapemirim municipal governs over the period searched, the politicians, who had participation in the municipal, state and federal politics, careers, as well as the existence of a power geography which turned around the county basis, Muqui and Castelo.

KEY-WORDS

Bernardo Horta de Araújo, First Republic, Cachoeiro de Itapemirim, oligarchy, coronelismo, municipal elections, eleitoral fraud.

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
1.INTRODUÇÃO.....	12
2.CAPÍTULO I - DO IMPÉRIO À REPÚBLICA.....	26
3.CAPÍTULO 2- FACÇÕES POLÍTICAS E ELEIÇÕES EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (1892-1904).....	56
3.1. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E A ATUAÇÃO DE BERNARDO HORTA DE ARAÚJO (1896-1903).....	88
4.CAPÍTULO 3 - DE GOVERNADOR MUNICIPAL A DEPUTADO FEDERAL: A TRAJETÓRIA DE BERNARDO HORTA DE ARAÚJO NO CONGRESSO NACIONAL E O SUICÍDIO (1903-1913).....	98
4.1.A ATUAÇÃO DE BERNARDO HORTA NO CONGRESSO NACIONAL.....	114
4.2. O SUICÍDIO DE BERNARDO HORTA DE ARAÚJO.....	124
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
6.FONTES.....	149
7.BIBLIOGRAFIA.....	150
8.ANEXOS.....	154

INTRODUÇÃO

A propaganda republicana na então província do Espírito Santo fez-se lentamente e avançou até o fim da década de 1880. Teve como divisor de águas a Abolição e, no sul, em Cachoeiro de Itapemirim, encontrou adesão e simpatia entre aqueles indivíduos para os quais o governo imperial já não interessava mais. Por iniciativa de alguns desses indivíduos, funda-se, no dia 23 de maio de 1887, em casa de Joaquim Pires de Amorim, o primeiro clube republicano do Espírito Santo, que teve como órgão noticiador o jornal *O Cachoeirano*. notadamente a partir de 29 de julho de 1888, data em que Antonio Aguirre e Bernardo Horta passam a ser seus redatores. Cachoeiro de Itapemirim torna-se, então, um polo de irradiação das ideias republicanas e, diante da ação de seus republicanos, segue-se a formação de vários clubes republicanos em diversas localidades do sul da província, como São José do Calçado, Alegre, Rio Pardo, Benevente (Anchieta), entre tantos outros.

Realizou-se também em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 16 de setembro de 1888, o primeiro Congresso Provincial Republicano do Espírito Santo, que contou com a presença de representantes dos clubes provinciais. A comissão permanente do Partido Republicano ficou assim composta: Eugênio Brandão do Vale, Afonso Cláudio, Pedro José Fernandes Medina, João Loiola e Bernardo Horta de Araújo, para seguirem à Corte e representarem o Espírito Santo no Congresso Federal Republicano do Rio de Janeiro. Esse último candidatou-se a deputado e, em manifesto de agradecimento aos que o apoiavam, afirmou aspirar “(...) representar no parlamento um partido novo, mas já pujante de forças e que dia a dia mais se robustece”. (CLÁUDIO, 2002, p. 157)

Os republicanos espírito-santenses adotaram o Manifesto Republicano do Rio de Janeiro, de 03 de dezembro de 1870, documento em que fica clara a defesa do Federalismo quando declara, entre outras coisas, que

A autonomia das províncias é, pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira. O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa... (CLÁUDIO, 2002, p. 87)

Além da defesa do Federalismo, o manifesto deixa clara sua oposição aos princípios fundamentais em que se mantém a monarquia: centralização política, inviolabilidade, irresponsabilidade e hereditariedade do soberano, bem como a ausência de representação política do povo e a idéia de que “(...) o funcionário tem de ser revocável, móvel, eletivo, criando a fórmula complementar dos Estados modernos: mobilidade nas pessoas e permanência nas funções”. (CLÁUDIO, 2002, p.88). Além disso, criticava também a falta de democracia e as eleições, bem como a ausência da soberania nacional, haja vista que, segundo eles, tal soberania só pode haver em uma nação cujo parlamento é feito pela participação de todos os cidadãos e que esses pronunciem a última palavra nos negócios públicos. Assim, ao adotarem o manifesto Republicano do Rio de Janeiro, os republicanos espírito-santenses assumem também a concordância com os mesmos ideais. Deve-se destacar que o manifesto girava mais em torno de críticas à monarquia do que em relação às propostas para o novo regime e, quando as destacava, era de modo bastante vago.

Entretanto, a República que Bernardo Horta defendera não fora aquela implantada de fato. A esse respeito, assim se dirigiria o jornal *O Cachoeirano*, do qual fora redator chefe:

A adesão espontânea e manifesta a quase unanimidade da população ao novo regime, o fizeram certamente convencer-se de que os moldes do systema de governo democrático se adaptam naturalmente à índole e ao character brasileiro, comprindo-lhe apenas para attingir a méta de seus patrióticos desejos de garantir a ordem, a segurança e tranqüillidade publica... (*O Cachoeirano*, 18/05/1889)

E, mesmo um ano depois de instalado o regime, a defesa de que a República instalada seria, democrática e libertária, ainda continuava forte e presente no imaginário, conforme relata o mesmo jornal:

Enchemo-nos de orgulho com a commemoração d’esse faustoso dia, pelo muito que estremecemos esta pátria, feliz por si mesma, e, feliz ainda, pelo adiantamento moral de seus filhos. Aquelles, que trabalham, que se sacrificam, pela confraternização brasileira, pela libertação de todo um povo, cruelmente tyranisado e avassallado, por mais de 60 anos, por uma monarchia que o abatêra de mais, para sustentar-se pelos vícios e pela corrupção, não podem deixar de sentir-se ufanos no dia de hoje, em que contemplam a obra meritória, que só será condigna com o verdadeiro sentimento patriótico. (*O Cachoeirano*, 15/11/1890)

Degenerara, então, a República que idealizaram, tornando-se autoritária e negadora dos direitos da maioria, em benefício de uma minoria, caracterizada pela preponderância dos interesses individuais e pela negação da cidadania à maior parte da população. Nesse processo de exclusão, a Constituição de 1891, fundamentada nos princípios da Constituição dos Estados Unidos, feita sem levar em consideração as realidades sociais, políticas e econômicas brasileiras, atém-se basicamente aos direitos individuais e, entre eles, o mais importante direito político: o voto. Entretanto, retira-se, para o voto, a exigência de propriedade, incluindo-se o critério da alfabetização. Pobres (seja pela renda, seja pela alfabetização), mulheres (reafirmando a posição da mulher como ente da vida privada e não da pública), mendigos, menores de idade, membros de ordens religiosas, entre outros, ficam de fora do processo eleitoral e, conseqüentemente, da cidadania. E mais: ao Estado não era imputada a responsabilidade de fornecer instrução primária, ou seja,

Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era a ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização. (CARVALHO, 1987, p. 43.)

É nesse sentido que Bernardo Horta, um dos mais importantes propagandistas no regime republicano, vai, aos poucos, decepcionando-se com os rumos que esse regime toma: intitulado-se libertário, purificador das mazelas do Império, prostituíra-se, repetindo os mesmos vícios de seu predecessor, o que o teria levado ao suicídio em 20/02/1913, causado, segundo consta, por “desgostos íntimos”. A esse respeito, assim afirma MACIEL (2001)

Embora tivesse ocorrido a proclamação de uma república, pela qual tinha tanta simpatia e por ela travara luta ferrenha, talvez ficasse contra as cores do palco de uma república que já nascia em turbulência e marcada pelo autoritarismo de forças militares. (MACIEL, 2001, p.187)

Mas um aspecto deve ser levantado: é exatamente o fato de que embora a república tenha se tornado autoritária e oligárquica, Bernardo Horta acaba fazendo parte dela, “sujando as mãos”, cometendo os mesmos erros que condenara como defensor da democracia e da liberdade.

Outro problema que marcou a história política da Primeira República é a falta de autonomia municipal, objeto de amplas discussões entre os constituintes de 1890. Favoráveis ao federalismo e à ampla autonomia para os estados, uma corrente municipalista da constituinte

concentra na liberdade do município a polêmica desse princípio. Procurara também inserir o município nessa idéia, uma vez que para ela, o município estava para o estado assim como o estado estava para a União. Entretanto, as oligarquias estaduais responsáveis pela elaboração e reformulação da Constituição dos estados deram um jeito de manter sob a tutela dos estados o controle e a fiscalização da administração e das finanças municipais, impondo-lhes restrições jurídicas e políticas. Reduz-se, assim, o princípio da autonomia. Essa restrição à autonomia municipal responde àquilo que era o principal interesse dessas oligarquias: armar os estados de elementos necessários para que, no âmbito da administração dos municípios, prevalecessem os interesses gerais em vez dos locais e que estes se mantivessem na dependência política e econômica daqueles.

Nessa perspectiva, a manutenção das oligarquias estaduais no poder correspondia a uma lógica predominante nessa primeira fase da república brasileira, que coincide e corrobora com um outro fenômeno característico desse período: o coronelismo, assim definido por Vitor Nunes Leal (1975) em sua obra clássica “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil”:

Concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1975, p.20)

O título de coronel teve origem com a Guarda Nacional, criada no Período Regencial por Diogo Antônio Feijó, e era a mais alta patente dessa instituição. Aos poucos, esse título aos poucos foi sendo dado aos chefes políticos locais de maior prestígio, principalmente grandes fazendeiros, além de médicos, farmacêuticos, advogados, comerciantes etc.

Dentre as principais práticas coronelísticas, destacam-se os compromissos recíprocos entre o poder público e o privado na medida em que o estado era o responsável pela manutenção dos municípios onde esse chefe local exercia sua influência. Como os municípios viviam em situação econômica precária, os chefes políticos locais, em consonância com as oligarquias estaduais, conseguem melhoramentos para as localidades, como escola, estrada, saúde, hospital, luz elétrica, ferrovia, telégrafo, o que contribui para sua posição de liderança no

âmbito de seu domínio. Por isso, era interessante estar em sintonia com a oligarquia estadual detentora do poder. Fazer-lhe oposição poderia representar, em caso do legislativo estadual e/ou federal – mas não apenas nesses níveis de poder - a impossibilidade de retorno a esses ambientes, além da falta dos recursos necessários para serem aplicados nos municípios. Segundo Vitor Nunes Leal (1975), isso explica, por exemplo, por que os membros do legislativo, mesmo sendo oriundos da municipalidade, sempre eram forçados a pender para o lado do amesquinamento do município.

O federalismo confere aos estados enorme soma de poder que se distribui entre o estado e o município. Sobre esse princípio, edifica-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal. Por isso, há muito tempo existe uma luta advogada pelas oligarquias em favor do princípio do federalismo, o que se aplica também ao Espírito Santo.

Outra característica do sistema político da República oligárquica é a fraude eleitoral, e muitos são os subterfúgios para o falseamento das eleições. Esse falseamento vai desde as eleições a “bico-de-pena”, em que um preposto do coronel preenche o livro de atas em que votam vivos e mortos, até a dualidade das eleições, o que gera atas falsas, duplicatas de câmaras municipais ou Assembleias Legislativas. Há que se considerar ainda aqueles aqueles coronéis que ensinam seus correligionários a assinar o nome para desenhá-los no dia da votação sob pressão dos capangas, fato favorecido pelo voto aberto. Assim, o sistema político da República oligárquica inviabiliza significativamente o processo de construção da cidadania.

Com base no federalismo e no coronelismo, característicos da Primeira República brasileira, era possível fazer funcionar a chamada política dos governadores, que garantia ao governo federal o apoio necessário. Tal apoio é traduzido, sobretudo, no fornecimento de uma base eleitoral, enquanto este oferecia em troca apoio político e reconhecimento dos deputados eleitos pela oligarquia nos estados. Em caso de necessidade, o mecanismo da Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional se encarregava de corroborar com os resultados eleitorais, impedindo a titulação dos eleitos. Seu objetivo é o estabelecimento de relações de compromisso recíproco entre o executivo federal e os executivos estaduais, formando um legislativo coeso no plano federal que sustentaria as decisões a serem implementadas por seu governo.

Essa situação se revela bastante presente na política do Espírito Santo e é possível olhá-la considerando a carreira política de Bernardo Horta de Araújo, político que, em âmbito municipal, representante de Cachoeiro de Itapemirim, mesmo não sendo um coronel, projetasse em âmbito estadual e até federal e revela estreitas relações entre o poder municipal e o estadual.

Para tanto, deve-se ressaltar que a importância de Cachoeiro de Itapemirim, na Primeira República está relacionada à sua posição econômica. Ainda no Império essa cidade se destacara como um dos mais importantes centros econômicos do sul da Província do Espírito Santo, dada sua produção cafeeira e seu porto fluvial, responsável pelo escoamento da produção de café de grande parte do sul para o Rio de Janeiro, de onde era exportado.

Dentre os indivíduos supracitados, destaca-se Bernardo Horta de Araújo, que teve papel fundamental na propaganda republicana no Espírito Santo e exerce importantes cargos políticos em níveis municipal, estadual e federal e cuja carreira política expressa bem essa relação entre o poder municipal e a oligarquia estadual.

Filho do Dr. José Feliciano Horta de Araújo, advogado, Presidente da Assembléia Legislativa Provincial e Deputado dessa mesma assembléia diversas vezes, além de Deputado Geral pela Província, importante político da época do Império e membro do Partido Liberal, e D. Izabel de Lima, filha do Barão de Itapemirim. Casou-se com D. Angelina Ayres, filha do negociante Coronel Joaquim Ayres, herdando dos dois lados, tanto paterno quanto materno, o tino para a política, o que, aliado a outros elementos, possibilitou o desempenho de carreira emblemática na política espírito-santense.

Bernardo Horta foi um dos mais importantes propagandistas das ideias republicanas, além de um dos fundadores do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim. Foi redator chefe do jornal *O Cachoeirano*, que fez a propaganda da república durante muito tempo. Proclamada a república, teve participação direta no primeiro governo republicano do Espírito Santo em decorrência de seus préstimos à causa republicana, ocupando o cargo de vice-governador, nomeado pelo Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca. Além disso, participou da primeira constituinte estadual promovida por Antonio Aguirre, depois da deposição de Henrique Coutinho pelo Marechal Deodoro.

Importante político durante a Primeira República, em 1890, rompe com o Partido Republicano, juntamente com Antonio Aguirre, sai da situação e abandona o incondicional apoio a Afonso Cláudio, para opor-se a ele e formar a União Republicana Espírito-Santense. Tem no jornal *O Cachoeirano* um aliado e porta-voz de duras críticas ao governador do Estado.

Bernardo Horta teve atuação importantíssima na política municipal. Foi, inclusive, governador do município entre os anos de 1896 a 1900, inclusive com o cargo de Presidente do Governo Municipal. Foi eleito novamente para o mandato entre os anos de 1900 e 1904, novamente exercendo o cargo de presidente até 1903, quando se afasta por ocasião das eleições para o legislativo federal, do qual passou a fazer parte como deputado federal em três legislaturas consecutivas (entre os anos de 1903 a 1911). A respeito desse republicano, relataria o jornal *O Cachoeirano* (23/02/1890)

Outro chefe de mais prestígio, força, influência e serviços não conhecemos senão o cidadão Bernardo Horta, que nunca regateou sacrifícios, por maiores que fossem, em prol da santa causa a que tudo se devotou. (*O Cachoeirano*, 23/02/1890)

Entretanto, em sua carreira política, fez parte de todo o processo de construção da República Oligárquica no Espírito Santo “metendo a mão na massa”. Adota as mesmas práticas autoritárias e oligárquicas, como em uma atitude de sobrevivência na cena política municipal, estadual e, quiçá, federal.

Assim, busca-se elucidar em que medida a carreira de Bernardo Horta como republicano histórico denota a relação entre o poder municipal e a oligarquia estadual, bem como o paradoxo entre a luta em defesa dos ideais mais democráticos e libertários e a negação dos mesmos em virtude da implantação da chamada República Oligárquica, mergulhada em práticas obscuras, violentas, clientelistas, culminando em sua sobrevivência política por meio da prática das mesmas ações oligárquicas que condenara, até seu suicídio em 1913, no Rio de Janeiro.

O objetivo principal da presente pesquisa é analisar as relações entre a política do município de Cachoeiro de Itapemirim e a política estadual por meio da carreira política de um republicano histórico, Bernardo Horta de Araújo. Sua carreira se desenvolve tanto em nível

estadual, da oligarquia, quanto municipal, do coronelismo. Ela proporciona o estudo da relação entre esses dois níveis de poder: mesmo tratando-se de um político de importância estadual e até federal, suas raízes centram-se em Cachoeiro de Itapemirim. A pesquisa pretende contribuir para o preenchimento dessa lacuna na história do Espírito Santo, ressaltando que há ausência de estudos sobre a política municipal de Cachoeiro da Itapemirim, apesar de sua importância econômica nessa época.

Os objetivos secundários são: identificar os partidos e as principais facções políticas que atuaram em Cachoeiro de Itapemirim no início da república; investigar a composição do governo municipal ao longo desse período e como ele foi se constituindo; elencar os políticos de Cachoeiro de Itapemirim que ocuparam posição na oligarquia estadual nessa época, dando ênfase à figura de Bernardo Horta de Araújo; analisar o fato de Bernardo Horta ter sido um político municipal de grande envergadura, mas não um coronel típico.

Como hipóteses, temos: 1 - a política municipal de Cachoeiro de Itapemirim tinha pouca autonomia em relação à política estadual; a composição do governo municipal reflete a composição da oligarquia estadual; 2 - Cachoeiro de Itapemirim não exerceu a influência política correspondente à sua importância econômica no estado.

A dissertação busca analisar a problemática antes referida tendo como parâmetro a Nova História Política, que é parte integrante de um processo de transformação na produção historiográfica cujo ponto de partida é a publicação, em 1929, na França, da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* dando início a um movimento que revolucionaria a escrita da história em todo o mundo: a Escola dos Annales.

Rejeitando tudo o que havia de mais tradicional na historiografia mundial, a Escola dos Annales propõe uma revisão na produção historiográfica. Fomenta novos objetos de análise que não se restringem a acontecimentos e fatos ou a instituições como Igreja, Estado ou a personagens como rainhas, reis, intelectuais famosos, pessoas que fazem parte da elite. Propõe uma história que amplie o leque de possibilidades a serem observadas e analisadas pelos historiadores. Além de novos objetos e novas abordagens, a Escola dos Annales sugere o diálogo da História com outras áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia e psicologia, por exemplo. Nesse sentido, rejeitaram a história política tradicional.

Existiam alguns problemas a enfrentar por parte dessa Nova História, dentre eles o primado da história política no campo da historiografia. Rejeitavam a história linear, factual, narrativa, biográfica. Nas palavras de RÉMOND (2003, p.18),

Anedótica, individualista, essa história incorria ainda no erro de cair no idealismo. Por desconhecer as forças profundas e as causas ocultas, e ignorar as necessidades e os mecanismos, ele imaginava que as vontades pessoais dirigem o curso das coisas, e às vezes levava mesmo a cegueira até ao ponto de acreditar que as idéias conduzem o mundo.

Nessa perspectiva, a história política foi relegada a segundo plano em detrimento da supervalorização de outras abordagens historiográficas que abarcassem as nuances da história, que privilegiasse outros objetos e problemas e que dessem oportunidades ao historiador de preencher as lacunas que essa história elitista não dera conta de explicar. Entretanto, a história política começou a mudar a partir da década de 1970, quando se observa a ascensão da Nova História Política, cujas perspectivas apontam para uma história pluridisciplinar. Dialoga com diversas áreas do conhecimento e centra-se nos pressupostos da renovação considerando a rediscussão de seus conceitos clássicos e de suas práticas tradicionais. A crítica a respeito de si própria possibilitou à história política uma mudança de perspectiva e de análise e trouxe a si própria uma abertura à construção de uma relação entre o político, o social, o cultural e o econômico.

Vendo o poder como inerente a todos os grupos sociais e não apenas ao Estado, a Nova História Política reflete as manifestações desse poder em todas as instituições e organizações socioprofissionais, sindicatos, igreja, bem como a relação existente entre esse poder e a sociedade no qual ele se manifesta. Seus precursores foram Charles Seignobos, André Siegfried, Jean-Jacques Chevalier. Recebeu contribuições dos mais variados intelectuais, como Michel Foucault, Pierre Bourdieu e outros, o que mostra que ela não está isolada em relação às outras ciências, mas em constante diálogo e utilizando técnicas, métodos e procedimentos estatísticos, por exemplo..

O presente trabalho visa, então, analisar a problemática antes referida tendo como parâmetro essa nova forma de escrever a História, visto que esta busca a construção da história não apenas de um personagem ou de um herói, mas uma história – problema, que objetiva e se propõe total nos seus particularismos.

Para dar embasamento teórico a esta pesquisa, recorre-se a obras como “Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura e a política no Espírito Santo” (1998), do brasileiro Geert Banck, em que é analisada a cisão do Partido Republicano não apenas como uma disputa entre facções políticas locais, mas por cargos e vantagens.

Outra obra importante para a percepção da história do Espírito Santo na Primeira República, tanto em aspectos econômicos quanto políticos e sociais é “História do Estado do Espírito Santo” (1975), de José Teixeira de Oliveira em que, a despeito de uma visão tradicional, aborda a questão da República e a construção do primeiro Clube Republicano do estado, que teria ocorrido “(...) devido à iniciativa de Bernardo Horta de Araújo, Antonio Gomes Aguirre e Joaquim Pires de Amorim – os gigantes do pensamento republicano no Espírito Santo (...)”. (OLIVEIRA, 1975, p. 388)

Ainda sobre a propaganda republicana no Espírito Santo, ressalta-se a importância da obra “História da Propaganda Republicana no Estado do Espírito Santo” (2002), de Afonso Cláudio, que reconstitui de maneira interessante – o autor era um dos responsáveis por essa propaganda – o processo de construção dessa propaganda, bem como os seus desdobramentos.

Já na obra “História da Literatura Espírito Santense” (1912), o mesmo autor analisa a questão da produção literária no Espírito Santo enfocando - o que é de muita relevância para esse trabalho - a questão do jornal *O Cachoeirano*:

A política republicana, nas duas phases de propaganda e de governo, começou a intervir na economia da província (...) com o aparecimento (...) d’ *O Cachoeirano*, em 1887, sob a redação dos propagandistas Deputado Bernardo Horta e Dr. Antonio Aguirre. (CLÁUDIO, 1912, p.551)

Ainda sobre a propaganda republicana do Espírito Santo, utiliza-se a obra de Mário Aristides Freire “A República no Espírito Santo: a suposta surpresa do movimento”, em que o autor pormenoriza todo o processo de construção tanto da propaganda quanto da república no Espírito Santo.

“Homens e Causas Espírito – Santenses”, de Amâncio Pereira, é outra obra muito importante, pois fornece dados biográficos imprescindíveis ao entendimento dos indivíduos que fizeram

parte da política do Espírito Santo na Primeira República: suas profissões, formação acadêmica, famílias a que pertenciam etc.

Em relação ao município de Cachoeiro, são referências as informações contidas em “Minha Terra e Meu Município” (1920), de Antonio Marins, obra em que o autor explicita os primeiros habitantes do município, sua formação, seus aspectos econômicos e sociais, bem como os indivíduos que fizeram parte da história da cidade, entre os quais Bernardo Horta, objeto desta pesquisa.

No que se refere aos partidos políticos na Primeira República no Espírito Santo, é imprescindível a consulta ao artigo “Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República” (2005), texto de Nara Saletto, que aborda a questão da construção dos partidos políticos, as eleições estaduais e agitação política nos primeiros tempos da República aqui no Espírito Santo. Outra obra da mesma autora, “Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho (1889-1930)” (1996), forneceu um panorama econômico do estado, do município de Cachoeiro de Itapemirim e de sua importância na economia do Espírito Santo.

Quanto à base conceitual para a pesquisa, a obra “Pontos e Bordados: escritos de história e política” (1998), de José Murilo de Carvalho, é de fundamental importância, uma vez que o autor, entre tantos outros pontos, faz uma discussão conceitual acerca de aspectos políticos sem os quais não se compreende o Brasil da Primeira República: mandonismo, coronelismo e clientelismo. O autor afirma que

Há momentos, no entanto, em que o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as idéias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido às confusões ou imprecisões conceituais. Nesses momentos, convém parar para revisão e tentar esclarecer conceitos e teorias. Parece-me que estamos em um desses momentos nos estudos do poder local e suas relações com o estado nacional no Brasil. (CARVALHO, 1998, p. 130)

Dentro dessa mesma perspectiva, convém trabalhar também com Victor Nunes Leal em seu clássico “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil” (1975), obra que faz uma análise criteriosa do sistema político da Primeira República, pois procura analisar o coronelismo como um sistema. O coronel entrou na análise porque é parte

integrante dele. Além disso, o autor busca analisar também as estruturas e as maneiras pelas quais as relações de poder se desenvolveram na Primeira República, tendo como ponto de partida o município.

Outra obra de valor inestimável para a pesquisa tem sido “A República Velha: evolução política” (1974), de Edgard Carone, dada sua credibilidade no meio acadêmico, bem como a riqueza de detalhes com que trata a história política do Brasil na Primeira República. A análise por ele desenvolvida a respeito do processo político da Primeira República, os presidentes, seus governos, os golpes e contragolpes são fundamentais, pois fornecem um panorama geral daquilo que o Brasil passa politicamente nesse momento.

As obras citadas têm contribuído para o aprofundamento da história tanto do Brasil quanto do Espírito Santo. Possibilita a construção da base conceitual, assim como do contexto político, econômico e social na Primeira República, além de nortear a pesquisa teórica e documental.

Dentre as fontes primárias utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa estão as atas da Câmara Municipal de Cachoeiro. Ressalta-se a relevância das informações sobre o cotidiano das sessões, os assuntos tratados, as disputas entre os políticos, o que tem, muitas vezes, complementado as informações de jornais e/ou livros objetos de pesquisa.

Além das informações obtidas nas atas da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim de 1889 a 1913, destaca-se a importância daquelas encontradas nos jornais da época, particularmente em “O Cachoeirano”. A pesquisa desse periódico abrange os anos de 1889 até o ano de 1913. Uma das dificuldades encontradas para a pesquisa nesse jornal e em outros periódicos é a ausência de exemplares em Cachoeiro de Itapemirim. Assim as visitas ao Arquivo Público Estadual, em Vitória, são imprescindíveis. Ali, a microfilmagem facilita em termos a pesquisa, mas a obstrui quando, para reprodução do microfilme, há morosidade e burocracia. Entretanto, *O Cachoeirano* tem-se mostrado uma fonte inestimável de pesquisa. Porque os jornais dessa época são locus de debate político, é ponto relevante o olhar crítico de um historiador. Nele, há muito sobre a carreira de Bernardo Horta, haja vista este ter sido seu redator por muitos anos. Encontram-se trocas de farpas entre facções e partidos políticos, principais chapas dos partidos às eleições tanto em nível federal, quanto estadual e municipal, resultados eleitorais (manipulados, muitas vezes, é claro), cisões, conciliações, informações econômicas, sociais e culturais de Cachoeiro, entre outros aspectos.

Para confrontar as informações encontradas nesse periódico, houve consultas àquele jornal que, durante muito tempo, foi o porta-voz da situação, o *Estado do Espírito Santo*, entre os anos de 1890 e 1896, outra fonte importante, pois favoreceu o confronto com informações de *O Cachoeirano*, bem como informações adicionais, como a eleição municipal de Cachoeiro, em 1896, caracterizada por uma disputa renhida entre União e Partido Construtor.

Outro periódico pesquisado foi o *Alcantil*, dirigido por Júlio Pereira Leite, nos anos de 1905 a 1908 e 1912, quando sofria oposição do grupo que dirigia *O Cachoeirano*. Nele, também foram encontradas as chapas dos partidos às eleições municipais de Cachoeiro, bem como os resultados eleitorais em nível estadual, a conturbada eleição para governador do estado em 1912, ano em que Jerônimo Monteiro apoia a candidatura de Marcondes Alves de Souza.

Esta dissertação, intitulada “Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República: a carreira de Bernardo Horta de Araújo – 1887 -1913” está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, abordam-se a propaganda republicana e os primeiros anos da instalação e institucionalização da república no Espírito Santo, encerrando-se com a aprovação da Constituição estadual e a eleição de Moniz Freire para governador do estado. O segundo está centrado na política municipal de Cachoeiro de Itapemirim e suas relações com a política estadual, com destaque para as eleições municipais desse período. O terceiro e último capítulo focaliza a atuação política de Bernardo Horta como deputado federal e sua relação com a política municipal.

CAPÍTULO I

DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

Cachoeiro de Itapemirim era parte integrante do município de Vila de Itapemirim. No entanto, com a lei provincial n. 11, de 23 de novembro de 1864, foi elevado à categoria de vila e, em 25 de março de 1867, é instalada sua primeira Câmara Municipal, quando consegue sua autonomia política e passa a figurar como a mais importante vila do sul da Província, tornando-se o principal centro urbano dessa região. A comarca de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim foi criada a partir da Lei n. 9 de 11/11/1876 e compreendia a freguesia do mesmo nome e a de Conceição de Castelo.

O açúcar figurava como o filão do comércio da região do Itapemirim, destacando-se nela o Barão de Itapemirim. Joaquim Marcelino da Silva Lima era originário de São Paulo e aqui morou em Benevente, mas passou a residir em Itapemirim após casar-se com a filha do Capitão José Tavares de Brun, grande proprietário de terras na região, D. Leocádia Tavares da Silva. Joaquim Marcelino tornou-se dono de muitas fazendas no Itapemirim e em Cachoeiro no processo de expansão do café no vale do Itapemirim. Foi Diretor Geral dos Índios da Província, agraciado pelo imperador D. Pedro II com o título de Barão, líder do Partido Liberal, exercendo importantes cargos políticos na Província durante o império. Além do Barão de Itapemirim, os Gomes Bittencourt foram outros importantes fazendeiros e políticos dessa região, adversários dos Silva Lima. (MARINS, 1920, p. 136-137)

O município de Cachoeiro de Itapemirim é cortado pelo rio que deu origem a seu nome e sempre o utilizou como via natural de escoamento de mercadorias que, vindas de regiões mais afastadas ou produzidas no próprio município, demandavam o mar, destinadas à capital ou, principalmente, ao Rio de Janeiro. Para o porto de Itapemirim fazia-se transporte de passageiros e mercadorias por meio de pequenos vapores e por barcas conhecidas por pranchas. O Capitão Henrique Deslandes, fotógrafo e dentista, proveniente de Paranaguá (PR), transferindo-se para o Espírito Santo depois de participar ativamente da Guerra do Paraguai, solicitou à Câmara Municipal, e conseguiu, em 1872, a concessão para explorar a navegação a vapor no rio Itapemirim. Em Cachoeiro, na ausência de uma ponte que ligasse as duas margens o transporte pelo rio era feito por intermédio de um serviço de balsas e, posteriormente, beneficiado pela construção, em 11/07/1887, época do governo de Gil Goulart, da ponte ligando as duas margens.

Há indícios de que os homens abastados de Cachoeiro não utilizassem os vapores de Henrique Deslandes, pois faziam o transporte de suas mercadorias em embarcações de sua propriedade, como era o caso de Luis Bernardino da Costa, Gabriel Ferreira Pena e Manoel José de Araújo Machado. O número dessas embarcações crescia a ponto de, em 1892, existirem três trapiches pertencentes a Samuel Levy, Manoel Carneiro e Luiz de Loiola e Silva.

Em meados do século XIX, as primeiras casas comerciais começam a ser instaladas em Cachoeiro. Entre os comerciantes destaca-se um judeu nascido na França, Samuel Levy. Este importante comerciante que estabeleceu comércio de fazendas, roupas feitas, armarinhos, ferragens, calçados, louças, molhados, sal. Em 1874, registra a firma Samuel Levy & Braga, em parceria com João Marques de Carvalho Braga, além de firma individual. Segundo MARINS (1920, p. 60),

“(...) em tempos que mediarão entre os annos de 1865 a 1888, Cachoeiro de Itapemirim gozou de certo renome de centro culto onde se aprimoravam as belas letras no jornal, no magistério e na tribuna judiciária, perlustradas por gente de saber”¹.

A região sul do Espírito Santo foi aquela em que mais se destacou a produção do café, uma vez que eram as melhores terras do Espírito Santo para o cultivo desse produto, caracterizando-se pela existência de vales e solos férteis. Havia também outra importante região produtora de café que era a do Itabapoana, no extremo sul da Província, na fronteira com o Rio de Janeiro, ocupada desde meados do século XIX por grandes fazendas.

Na região do Itapemirim, destacava-se o município Cachoeiro de Itapemirim, localizado no ponto extremo do trecho navegável do rio Itapemirim, com um porto que recebia todo o café produzido na região daquele rio. O transporte até o porto era feito em tropas de mulas para, em seguida, ser embarcado para o litoral, seguindo até o Rio de Janeiro para ser exportado.

¹ “(...) Em 1867 (7 de Setembro) já havia sido fundada nesta villa uma sociedade litteraria, sob a denominação de “Tirocinio Litterario” que se compunha de bacharéis, negociantes e fazendeiros. Apenas durou três annos (...)”. Em 10 de junho de 1883 foi fundada a biblioteca “Grêmio Cachoeirense” e participaram da fundação indivíduos destacados de Cachoeiro, entre os quais: João de Loyola e Silva, Dr. Deolindo José Vieira Maciel, Dr. Eugenio Pires de Amorim, Bernardo Horta de Araújo, Octavio Pinheiro de Souza Werneck, Diogo Pires de Amorim, entre outros. Dentre as funções do grêmio estavam adquirir livros recreativos e instrutivos, bem como abrir aulas noturnas que começaram a funcionar a partir de 04/02/1885. (MARINS, Antonio. **Minha terra e meu município**. Rio de Janeiro, 1920, p. 82 e 83)

As terras virgens e desocupadas, próximas à região do Rio de Janeiro e Minas Gerais, foram importantes para atrair mineiros e fluminenses, responsáveis pela abertura de fazendas. Segundo SALETTO (1996, p. 35-36),

“(...) a economia do Itapemirim foi um prolongamento da economia cafeeira fluminense, a cujo sistema comercial e financeiro esteve inteiramente integrada. Seu café era comprado por comissários do Rio, misturado pelos ensacadores ao do vale do Paraíba e ao mineiro para formar o tipo Rio, e exportado por aquele porto. Parte da produção não passava sequer pelas repartições fiscais do Espírito Santo, sendo transportada diretamente das fazendas para a Província vizinha, onde pagava o imposto”.

Além do café, as outras fontes de renda do município eram o açúcar, a pecuária, com pouca importância, visto ser uma consequência da erosão das lavouras, com destaque para a produção leiteira, e o comércio, que começara, em 1846, a ser feito por tropas organizadas pelos mascates, desenvolvendo-se tanto que, em 1853, foi instalada, por Manoel Cipriano da Franca Horta, uma casa comercial, a primeira que teve esta localidade, além de Samuel Levy, Inácio Loiola e Silva, Jorge & Irmão, Quintaes & Viveiros, Bernardino Ferreira Rios², grande fazendeiro e comerciante, sogro do capitão Francisco de Souza Monteiro, entre outros. Isso mostra que agricultura, pecuária e comércio foram os setores responsáveis pela produção necessária para manutenção da vila e, em muitos casos, até a Província do Espírito Santo.

Ao contrário de outras regiões do Espírito Santo, no sul, a característica fundiária era a existência das grandes fazendas, com destaque para a Monte Líbano, de propriedade do Cel. Francisco de Souza Monteiro, cuja família era formada por importantes políticos de que trataremos mais adiante. Essa fazenda tinha em torno de mil alqueires, um cafezal de mais de 200 mil pés. Além do café, a fazenda produzia gado que fornecia o leite, a carne e o couro, além de assegurar o transporte. Fabricava-se leite, manteiga, queijo, sabão. Cultivava-se algodão, que era fiado e tecido pelas escravas. Criavam-se carneiros com cuja lã faziam-se cobertores e agasalhos, além de galinhas, perus, marrecos. Produzia-se açúcar branco e mascavo para o consumo, melado, aguardente e, na olaria, faziam-se telhas, tijolos e a madeira era preparada na serraria. Era um universo praticamente auto-suficiente, produzindo

² Bernardino Ferreira Rios era negociante e fazendeiro, proprietário da fazenda Cachoeira Grande. Proveniente de Paulo Moreira, em Minas Gerais, veio para Cachoeiro com a família no ano de 1854, era casado com D. Bárbara Demethildes Rios, que faleceu em 1859 e pai de diversos filhos e filhas. Uma delas, Henriqueta de Souza Rios era esposa do capitão Francisco de Souza Monteiro, patriarca da família Monteiro. Era proprietário de dois veleiros mercantes (Deus te Ajude e Santa Bárbara) que transportavam suas mercadorias para o Rio de Janeiro e as trazia pelo porto de Itapemirim. (MARINS, 1920, p. 146-147)

tudo o que era necessário para a sobrevivência de seus moradores, além do café, é claro, o principal produto da exportação da fazenda. Segundo SALETTO (1996, p. 63), a fazenda Monte Líbano, em 1895, estava avaliada em 400 contos de réis e produzia entre 8.000 e 10.000 arrobas de café. Pertencia a Francisco de Souza Monteiro, patriarca de importante oligarquia que dominou a política estadual durante muitos anos. Nascido a 23 de abril de 1823, em Minas Gerais, casou-se com D. Henriqueta Rios de Souza, filha do importante comerciante Bernardino Ferreira Rios. (MARINS, 1920, p. 154)

Nessa família, destacam-se o Coronel Antonio de Souza Monteiro, que foi presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro, D. Maria de Souza Novaes, esposa do Dr. Manoel Leite de Novaes Mello, médico e importante político municipal e estadual, Bernardino de Souza Monteiro, casado com Inah Goulart, filha do Dr. Gil Goulart, advogado e importante político nas três esferas de poder, D. Fernando de Souza Monteiro, Bispo Diocesano do Espírito Santo, Jerônimo de Souza Monteiro, advogado, deputado estadual, federal e presidente do estado, além de José de Souza Monteiro, engenheiro e político, entre outros.

Outra importante família de Cachoeiro que deu origem a políticos renomados em diversas esferas de poder é a Amorim. Seu patriarca, José Pires de Amorim, nasceu em Passo de Averomar, Freguesia de Santiago de Amorim, Portugal, a 19 de abril de 1805. Mudou-se para o Brasil em companhia dos irmãos, dedicando-se desde cedo à agricultura, passando a residir em Passa Três, interior da Província do Rio de Janeiro. Segundo AMORIM (1966, p. 7),

“José Pires de Amorim residiu em Passa Três até 1852, ano em que influenciado pelo major Antônio Vieira Machado da Cunha, fazendeiro em Castelo, mudou-se com sua família para o Espírito Santo adquirindo a Fazenda Boa Esperança, próximo a Cachoeiro de Itapemirim”.

Dos membros da família Amorim que despontaram como figuras importantes no Espírito Santo, destacam-se Joaquim Pires de Amorim, advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, primeiro juiz federal no Espírito Santo, e Diogo Pires de Amorim, fazendeiro, ambos protagonistas da propaganda e da consolidação da República no Espírito Santo, e Eugênio Pires de Amorim, médico e político.

Das famílias de importantes fazendeiros da região que tiveram papel preponderante na política espírito-santense e, particularmente, no âmbito de Cachoeiro de Itapemirim,

destacam-se os Fraga³, os Vieira Machado e os Souza Werneck⁴. Essas famílias são oriundas de Muqui, território que fez parte do município de Cachoeiro de Itapemirim até 1911, denominado São Gabriel do Muqui. Pela Lei nº 826, de 22 de outubro de 1912, foi criado o município de São João do Muquy, passando a sede a ter a categoria de vila e elevada cidade em 1923.

Castelo, que também pertencia a Cachoeiro até 1923, com a denominação de distrito da Estação do Castelo, forneceu importantes políticos, tanto em âmbito municipal quanto estadual oriundos, principalmente, das famílias Vieira Machado, Almeida Ramos, Pinheiro de Souza Werneck, Vieira da Cunha, Vargas Correa⁵, entre outras. Provenientes, principalmente, de Minas Gerais e Rio de Janeiro, essas famílias, atraídas pela questão aurífera e, depois, pelas terras férteis, contraíram matrimônio, na maioria dos casos, entre si e foram os fundadores das principais fazendas da região, dentre as quais a Fazenda do Centro, fundada por Antonio Vieira Machado da Cunha, a Pensamento, fundada por José Vieira Machado, além de muitas outras: Macuco, Povoação, São Miguel, Santo Antônio, Fim do Mundo, Ante-Portão, esta última fundada por José Pinheiro de Souza. Os políticos provenientes dessas famílias foram: João Vieira Machado de Freitas, Carlos Pinheiro de Souza, Pio Ramos, Aguilar Vieira de Freitas, Francisco Antônio de Moraes, Bernardo de Almeida Ramos, entre outros, que exercerão o poder político em diversas esferas.

A menção feita a essas famílias, suas principais atividades econômicas, laços matrimoniais, profissões dos seus membros, é fundamental para o entendimento acerca da formação da oligarquia que dominou a cena política do Espírito Santo, particularmente na Primeira República. Os vínculos com famílias importantes do ponto de vista econômico e político

³ Para conhecer a formação dessa família, ler CASTRO, Leandra Passini de. **Fraga, fragata, fragou**: a família Fraga em Muqui, mais de um século de história. Vitória: Artgraf, 1990.

⁴ O povoamento de Muqui teve início com a chegada do “(...) fazendeiro José Pinheiro de Souza Werneck, procedente de Valença, Província do Rio de Janeiro, à procura de terras para o cultivo do café, aqui (Muqui) chegou e adquiriu do caboclo (João Corumbá) o direito às terras às margens do ribeirão Sumidouro. Werneck foi a Vitória, capital da então Província do Espírito Santo, e ali, pagando 2:800\$000 (dois contos e oitocentos mil réis), ficou definitivamente com o seu direito de propriedade. Providenciou a abertura do local onde seria a sede da fazenda, dando-lhe o nome de Santa Tereza, em homenagem a sua mulher, modificando mais tarde para Fazenda Santa Tereza do Sumidouro e transformando-a na mais importante fazenda da redondeza e ponto de convergência da vida social da região. Werneck, entretanto, só trouxe a família, escravos e agregados em 1852. Daquele agrupamento humano irradiaram-se em poucos anos vários sítios e fazendolas, que norteados para o progresso se transformaram em ricas estâncias”. RAMBALDUCCI, Ney Costa. **Muqui**: passado de glória, futuro de esperança. Rio de Janeiro: Edições Achimé, 1991, p. 17.

⁵ Para saber mais sobre essas famílias e fazendas ler ARARIPE, Tristão de Alencar. **Colonização do município de Castelo**. Venda Nova do Imigrante, 1963.

determinam e/ou influenciam o destino político de alguns indivíduos, bem como afetam a manutenção do poder nas mãos de certos grupos em níveis municipal e estadual.

Esse panorama econômico de Cachoeiro de Itapemirim é imprescindível para compreendermos o cenário em que se desenvolve tanto a propaganda quanto a consolidação da República, pois é nesse município que se instala o primeiro clube republicano da então Província. Entretanto, deve-se ressaltar que já em 1879, os estudantes do Ateneu Provincial, dentre os quais Antonio Rodrigues de Miranda, Urbano de Vasconcelos, Eduardo Chapot, Antonio Athayde, Luiz Chapot, José Gameiro, Pinto Eloy, Edgardo Mullulo, Pedro Lyrio, Candido de Sant'Anna, Virgílio Moraes, Lydio Mullulo, Tito Costa, Amâncio Pereira e Joaquim Ayres, fundaram a primeira sociedade republicana, entidade que se dedicou, principalmente, à literatura, pouco fazendo pela propaganda em prol da república, que só teve incremento de 1887 em diante. (FREIRE: 1939). A data em que a propaganda republicana ganha força na então Província do Espírito Santo é aquela em que se funda o primeiro clube republicano do Espírito Santo, por iniciativa de Antônio Aguirre, Bernardo Horta e Joaquim Pires de Amorim.

Bernardo Horta de Araújo (Anexo 1) era filho do Dr. José Feliciano Horta de Araújo e D. Izabel de Lima, filha do Barão de Itapemirim. Nasceu em 20 de fevereiro de 1862, na fazenda Muqui, em Itapemirim. Em Ouro Preto, em 1881, diplomou-se em farmácia. Em 1882, estabeleceu-se em Cachoeiro com a Farmácia Horta. Casou-se com Angelina Ayres, filha do Coronel Joaquim Ayres, negociante, comissário de café de firma do Rio de Janeiro, herdando dos dois lados, tanto paterno quanto materno, o tino para a política o que, aliado a outros elementos, possibilitou o desempenho de carreira emblemática na política espírito-santense. Foi um dos mais importantes propagandistas das ideias republicanas, além de ter sido um dos fundadores do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim, redator chefe do jornal *O Cachoeirano*, que fazia a propaganda da república durante muito tempo. Proclamada a República, teve participação direta no primeiro governo republicano do Espírito Santo por causa de seus préstimos à causa republicana, ocupando o cargo de vice-governador, nomeado pelo Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca. CLÁUDIO (2002, p. 31), ao traçar um perfil desse republicano, afirma que

“Bernardo Horta era um temperamento a Desmoulins, com as mesmas audácias e a mesma sinceridade; tinha porém sobre o convencional de

Guise, a vantagem de encontrar soluções prontas para as dificuldades emergentes, contrastando os efeitos momentâneos dos arrebatamentos e do tom autoritário com que costumava falar e agir, por uma espécie de candura ou cordura, que lhe granjeava o bem querer da assistência que o circundava”.

Já Dr. Antonio Gomes Aguirre nasceu em São Mateus, norte do Estado, em 1859, tendo feito o ensino primário em Vitória, partindo em seguida para o Rio de Janeiro, onde graduou-se em medicina, em 1884. Republicano histórico, participou, ao lado de Bernardo Horta e de outros, da consolidação da república no Espírito Santo. Foi também redator de *O Cachoeirano*. Aguirre, segundo CLÁUDIO (2002, p. 31),

“(...) era um demolidor pertinaz, sempre calmo e persuasivo; por efeito da profissão dir-se-ia ao vê-lo na tribuna das conferências ou nos comícios ao ar livre, dissertando sobre o republicanismo, que se afanava na extirpação da velha urbe política, como se fizera na clínica a ablação de um quisto incômodo”.

Joaquim Pires de Amorim era advogado, juiz municipal em Cachoeiro desde 1882 e , assim como Diogo e Eugênio, era filho do fazendeiro José Pires de Amorim. Casou-se com D. Anna Souto Bello, e por decreto imperial de 10 de junho de 1868, foi nomeado Tenente Coronel da Guarda Nacional. Foi em casa deste que se fundou o primeiro clube republicano do Espírito Santo.

Aos clubes coube a responsabilidade de divulgação da propaganda republicana e, em 23 de maio de 1887, é fundado em Cachoeiro de Itapemirim o primeiro clube republicano com o apoio do jornal local, *O Cachoeirano*. Na época, dos 14 clubes republicanos existentes na província, 11 localizavam-se no sul. Segundo SALETTO (2005, p. 2),

“(...) a atuação da monarquia a favor da abolição provocou grande descontentamento entre os fazendeiros escravistas e o movimento republicano conseguiu maior penetração, principalmente no sul da província, região de fazendas de café, em plena expansão muito ligada ao Rio de Janeiro”.

A edição de *O Cachoeirano* de 15 de maio de 1887 noticia que os republicanos marcaram reunião em casa do Dr. Joaquim Pires de Amorim a fim de fundarem o clube republicano, do qual poderiam fazer parte “nacionais ou estrangeiros, eleitores ou não, desde que tenham atingido a idade de 21 anos”. (FREIRE, 1939)

A reunião para a fundação do clube republicano realizou-se no dia marcado. Entre seus fundadores, figuram 10 fazendeiros, 10 negociantes, 8 profissionais liberais, 4 artesãos, 3 proprietários sem profissão e 2 funcionários graduados da Estrada de Ferro. (FREIRE, 1939)

Os fazendeiros que estão entre fundadores do clube são: Leopoldo Rocha, Diogo Pires de Amorim, João Izidoro Bicalho, Romualdo José da Cunha, Theophilo Vieira da Cunha, José Luiz Homem de Azevedo, Francisco Salles de Amorim, Agostinho Gomes Prates, Firmino Caetano da Fraga e Tristão Ramos do Prado. Já os profissionais liberais são: o advogado Dr. Joaquim Pires de Amorim, proprietário de O Cachoeirano, os médicos Dr. Antonio Aguirre e Dr. João Chaves Ribeiro, o farmacêutico Bernardo Horta de Araújo, o jornalista João de Loyola e os dentistas Julião Armindo de Oliveira e Longo Pereira Baptista. Os empregados da Estrada de Ferro que participaram da fundação do clube são: Henrique Wanderley e Liberato Gonçalves Bueno, além de José Manoel Rodrigues, alfaiate, Bós Andréa, sapateiro, Raphael di Matino, relojoeiro, e João Luiz Teixeira, padeiro. Dentre os negociantes, destacam-se Francisco Henrique dos Santos, Antonio Marques Orsini de Toscano, Joaquim Vieira da Motta, João Rabello, Affonso de Carvalho Amarante, Claro Martins Pitanga, Antonio Carlos Ferreira, Hermogêneo Corrêa de Toledo, Pedro Charpinelli, Manoel Francisco Moreira, Febrônio Emilio Teixeira Brabo e Joaquim Ayres. Os proprietários sem profissão declarada são: Manoel Francisco Moreira, Manoel Joaquim Fernandes de Azevedo e Eugenio Aurélio Brandão do Valle. (FREIRE, 1939)

Dentre as resoluções do clube republicano estão a aceitação do Manifesto Republicano do Rio de Janeiro com a defesa explícita do federalismo, e a composição do diretório com as seguintes pessoas: Joaquim Pires de Amorim, presidente, Antonio Aguirre, secretário, João Loyola, subsecretário, e Henrique Wanderley, tesoureiro.

À fundação do clube republicano em Cachoeiro de Itapemirim seguiu-se a criação de outros clubes, dentre os quais os de Alegre, São João da Escóssia, na Villa do Rio Pardo, Conceição de Muqui, entre outros. A maioria no sul da província. À medida que nessa região predominavam as grandes fazendas escravistas, naturalmente as lutas e os movimentos abolicionistas e, afinal, a Abolição produziram, sobre suas forças sociais, mais impacto do que nas regiões central e norte. Como o sul da Província constituía-se num prolongamento da região cafeeira do sudeste, as classes dominantes aí constituídas tendiam a solidarizar-se com a luta do bloco cafeeiro que pugnava pela descentralização do Estado, e o movimento cresceu após a Abolição.

Em um congresso republicano provincial, realizado em 16 de setembro de 1888, em Cachoeiro de Itapemirim, contendo representantes de todos os clubes, foram eleitos três delegados ao Congresso Federal do Partido Republicano. Além disso, formou-se a comissão permanente do partido, composta por Afonso Cláudio, Antonio Aguirre, Pedro Vieira da Cunha⁶, Diogo Pires de Amorim e Bernardo Horta de Araújo, que apresentou, pouco tempo depois, um candidato a deputado geral para a eleição pelo 2º distrito ao Parlamento. Esse candidato era Bernardo Horta de Araújo, o mais importante propagandista da república em Cachoeiro de Itapemirim.

Em manifesto ao eleitorado do Espírito Santo, Bernardo Horta diz se sentir honrado pelos votos dados a seu nome e solicita o apoio de seus correligionários à sua candidatura nas eleições. Nesse manifesto, defende os ideais que, segundo ele, fazem do partido republicano do Espírito Santo “(...) pujante força e que dia a dia mais se robustece com os poderosos elementos que de toda parte surgem e convergem para o seu esplendido triunfo”, quais sejam a “base da liberdade do governo do povo e para o povo, a igualdade, o aniquilamento dos privilégios de toda casta e a fraternidade”. (CLÁUDIO, 2002, p. 157) Todavia, o que se percebe é uma manobra monarquista, segundo os republicanos, para impedir sua eleição. A denúncia de Afonso Cláudio e do próprio Bernardo Horta é a de que, sabendo os monarquistas que perderiam as eleições em localidades cuja maioria do eleitorado era de tendência republicana, os governistas não remeteram os livros e as listas da chamada de eleitores para essas localidades, o que dificultaria a existência de documentos indispensáveis à realização da eleição. Sem as listas oficiais, a eleição naquela secção seria anulada.

Além disso, feita a apuração, Bernardo Horta obteve 224 votos contra 366 de Leopoldo Cunha, do Partido Liberal e 168 do Conselheiro Costa Pereira, do Partido Conservador (CLÁUDIO: 2002, p. 57). Como o candidato liberal não obteve os cinquenta por cento dos votos mais um necessários para vencer as eleições em primeiro turno, deveria ter havido segundo turno, o que não aconteceu. Segundo os republicanos, alguns votos de Bernardo Horta foram anulados. Mesmo registrando protesto perante a comissão da Câmara dos Deputados contra as ilegalidades ocorridas na eleição, particularmente sobre as fraudes praticadas pelos monarquistas e a própria apuração, a Câmara ratificou o resultado, dando a

⁶ Membro de importante família de Castelo, os Vieira da Cunha, aparentado com os Vieira Machado.

vitória ao candidato situacionista. Assim, o candidato do Partido Republicano não foi eleito, mas os republicanos deixavam clara a força do movimento na Província e que estavam dispostos a fazer parte do processo político, até então dominado por monarquistas liberais e/ou conservadores.

Um ano depois da fundação do clube de Cachoeiro de Itapemirim, 23 de maio de 1888, foi eleita nova diretoria composta por Antonio Aguirre, presidente, Bernardo Horta, secretário, João de Loyola, subsecretário, e Henrique Wanderley, tesoureiro. Uma vez mais Bernardo Horta aparece na direção tanto do partido quanto da propaganda republicana no Espírito Santo. Desempenha papel de protagonista dos acontecimentos, particularmente em Cachoeiro de Itapemirim e no sul da Província. Ao mesmo tempo em que se organizavam os clubes, a nova diretoria noticiava que seriam realizadas conferências de propaganda republicana, além, é claro, da divulgação de informações por meio da imprensa capitaneada pelos periódicos *O Cachoeirano*, órgão de Cachoeiro de propriedade de João de Loyola, e *A Tribuna*, da região do Benevente, sob a direção de Horácio Costa e Antero de Almeida. (FREIRE, 1939) A primeira conferência realizou-se a 10 de junho de 1888, proferida por Antonio Aguirre, a qual expunha “(...) os perigos que corria a pátria ante a perspectiva do terceiro reinado e a guerra sem tréguas que os partidos monárquicos, no intuito de torná-lo viável, moviam aos republicanos e militares”. (CLÁUDIO, 2002. p. 39). Bernardo Horta fez a segunda conferência sobre o tema “Os partidos políticos no Brasil”; Eugênio Brandão do Valle, a terceira, intitulada Sistemas de Governo; Diogo Pires de Amorim, a quarta, sobre o tema “O interesse da lavoura”, e João Loyola, a quinta, cujo tema foi “A oportunidade da República”. A propaganda foi auxiliada por republicanos de fora da província, como Nilo Peçanha, futuro presidente da República, e Coelho Lisboa, que residiu algum tempo em Cachoeiro e, depois, tornou-se importante político em nível federal, senador pela Paraíba. (NOVAES, p. 313).

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, num golpe impetrado pelos militares, é instalado um governo provisório cujo chefe é o Marechal Deodoro da Fonseca. O novo regime se inicia marcado pela heterogeneidade de seus membros e construtores, o que reflete a complexidade dos compromissos das forças antagônicas que fazem a República.

Em Cachoeiro, a República foi recebida com entusiasmo e queima de fogos, ao som de ‘Viva a República!’ e da ‘Marselhesa’, entoada pela Euterpe Cachoeirense, em casa de João Loyola,

acompanhado por diversos republicanos, como Raphael di Martino, Coelho Lisboa, Bós Andréa, Leal Júnior, Versino Toscano e outros,

“Ao meio dia recolheu-se a banda, de novo à casa do cidadão João Loyola e a uma e meia da tarde, reunida segunda vez e acompanhada dos mesmos cidadãos, foi até a estação da ferrovia esperar o presidente do clube, Dr. Antonio Aguirre, que se achava, havia dias no Castelo, em exercício de sua profissão, prorrompendo em saudações ao governo ditatorial, aos próceres da república, aos ministros, etc.” (CLÁUDIO, 2002.p. 63)

Nos estados, com raras exceções, a República se instala de maneira pacífica. Logo após, desencadeia-se um processo violento em que os planos estadual e federal influenciam-se mutuamente. A luta dos grupos pela hegemonia é complexa porque as lideranças agem, em geral, desordenadamente e prendem-se a interesses locais e coronelísticos e não a formas partidárias ou ideológicas. O apoio federal, a importância dos líderes e os conluios, explicam as lutas que persistem até o período governativo de Prudente de Moraes. A política dos governadores, no governo Campos Salles, consolidaria uma situação já estruturada.

Um estamento que teve atuação destacada nos primeiros tempos da república é o militar. No seio da corporação, havia se estruturado, principalmente depois da Guerra do Paraguai, uma “missão civilizadora” de realizar com pureza a verdadeira república. Para LESSA (1988, p. 58), a interferência militar no governo foi o razão e o resultado da própria turbulência desse período: “Os militares (...) julgavam-se donos e salvadores da República, (...). Rebelaram-se em quartéis, regimentos, fortalezas, navios, a Escola Militar, a esquadra nacional em peso (...). Generais brigavam entre si, ou com almirantes, o Exército brigava com a Armada, a polícia brigava com o Exército”. (CARVALHO, 2002, p. 22).

Enquanto não há uma Constituição Estadual, os governadores – à época, dizia-se presidente do estado - eram nomeados pelo Presidente da República, o que era uma prerrogativa federal. A verdade é que a república apanha, de improviso, as forças no poder e num momento em que estas se apresentam divididas, enquanto as próprias forças republicanas são fracas ou inexistentes. No entanto, a posse dos novos governadores se dá sob o beneplácito federal, o que lhes assegura o apoio do exército. Porém, as reações dos grupos estaduais não demoram a se manifestar e exercer pressão nos estados e com o Governo Federal.

São as eleições dos representantes dos Estados na Constituinte Federal (09/09/1890) e das diversas constituintes estaduais (1891) que permitem definições mais claras dos grupos políticos. É então que se formam os partidos.

Afonso Cláudio de Freitas Rosa, um dos membros da comissão permanente do congresso republicano, é indicado para ocupar o cargo de governador do estado do Espírito Santo. Assume o governo em 20 de novembro de 1889, tendo como vice-governadores Bernardo Horta e Antonio Aguirre, todos propagandistas da república.

Embora Bernardo Horta fosse indicado ao cargo de vice-governador, seu nome fora lembrado quando da necessidade de se indicar alguém para a presidência do estado, antes mesmo da indicação de Afonso Cláudio. Na noite do dia da Proclamação da República, em casa do marechal Deodoro, com a presença do marechal Dr. Manoel Rodrigues de Campos, cogitou-se essa possibilidade, haja vista os préstimos de Bernardo Horta à causa republicana. Perguntado sobre essa possibilidade, o marechal Campos manifestou-se pela preferência do nome de Afonso Cláudio, pelo fato de ele ser, segundo CLÁUDIO (1912, p. 547), um homem de maiores responsabilidades no movimento republicano regional. Isso demonstra que, apesar de Bernardo Horta não ter assumido o cargo de governador, a lembrança de seu nome para ocupar um cargo de tamanha envergadura e responsabilidade reflete a sua importância política tanto no cenário estadual quanto no federal.

Afonso Cláudio assume, então, o cargo. Segundo FREIRE (1939, s/nº p.), “(...) uma das primeiras preocupações daqueles agitados dias foi pacificar os políticos apaixonados do Império, e procurar mesmo aproximá-los dos antigos republicanos”. Em sua posse na Câmara Municipal de Vitória, estiveram presentes importantes políticos do sul⁷.

A câmara municipal de Cachoeiro, às vésperas da Proclamação da República, era composta pelo Dr. Manoel Leite de Novaes Mello, presidente, Antônio Cândido Borges de Athayde, vice-presidente, José Gomes Pinheiro, Eugênio Pires de Amorim, José Rangel de Azevedo Coutinho; Nominato Ferreira da Silva e Francisco Vieira A. Ramos.

⁷ Entre os quais Joaquim Gomes Pinheiro da Silva, Dr. Chaves, Dr. C. Borges, Dr. Bellarmino Machado, Alexandrino Setúbal, José Natividade que segundo testemunho de Amâncio Pereira (citado por Mario Aristides Freire) “deram o tom e a feição característica da festa penetrando no recinto da Câmara com Estandarte e Bandeiras e erguendo vivas à República”. (FREIRE, 1939, s/nº p.)

Novaes Mello era médico, casado com a filha do coronel Francisco de Souza Monteiro, pai de Jerônimo e Bernardino Monteiro. Foi deputado provincial e, posteriormente, importante político municipal, estadual e até federal, tendo deixado o cargo de vereador em 19/07/1889, uma vez que se mudara de município. Já o vice-presidente da Câmara, João Cândido Borges de Athayde, era veterano da Guerra do Paraguai e fazendeiro. Voltando da guerra, residiu em casa do pai, comerciante e dono de uma fazenda em Brejo dos Patos, em Itapemirim. Foi vereador municipal no quadriênio 1887-1891, não concluindo o mandato em virtude da instalação da República.

José Gomes Pinheiro, outro vereador municipal, era, além de fazendeiro, genro do Barão de Itapemirim, irmão do tradicional adversário deste no Itapemirim, o comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt. Eugênio Pires de Amorim era filho de grande fazendeiro, José Pires de Amorim, médico e, posteriormente, deputado estadual e senador. Eugênio, no momento da Proclamação da República, exercia o cargo de presidente da câmara, pois Novaes Mello havia deixado o cargo. Os outros dois componentes da câmara, Nominato Ferreira da Silva⁸ e Francisco Vieira de Almeida Ramos⁹, eram importantes fazendeiros em Muqui e Castelo, respectivamente.

Com a república, as Câmaras Municipais foram substituídas por Intendências, também conhecidas como Governos Municipais ou Conselhos Municipais. A nomeação dos intendentess era uma prerrogativa do presidente do estado, até que a Constituição estadual fosse promulgada. Depois disso, os governos municipais passaram a ser eleitos por voto direto.

Pelo Decreto n. 4 de 26 de dezembro de 1889, de autoria do Presidente do Estado, Cachoeiro é elevado à categoria de cidade, e a Câmara Municipal tem seu governo substituído em 08 de fevereiro de 1890. Isso aconteceu porque a antiga Câmara Municipal fora extinta e criada a Intendência Municipal. A substituição da câmara ocorreu de forma pacífica. Por nomeação do

⁸ Nominato Ferreira da Silva era, segundo *O Cachoeirano* de 31/01/1901, “(...) opulento e adiantado fazendeiro no município de S. Pedro do Itabapua (..)”. Era dono da Fazenda Santa Rita, casado com Francisca Carolina de Almeida. E era chamado de coronel.

⁹ Francisco Vieira de Almeida Ramos era membro de importante família de fazendeiros em Castelo, proprietário da fazenda Cachoeira Grande.

governo do estado, a nova Intendência Municipal foi composta por Raphael di Martino, Felipe de Mello Pereira Filho e Diogo Pires de Amorim. Para MACIEL (2001, p. 223),

“(...) os intendentes tinham, de fato, voz ativa no processo de governar o município, e davam às decisões tomadas em caráter mais consensual, não apenas partidário dentro de um espaço amplo para que governo e forças oposicionistas não deixassem de lado o interesse público”.

A ideia de tomar decisões de maneira consensual, particularmente nesses primeiros tempos da república, reflete a preocupação dos intendentes com a implantação daqueles ideais republicanos mais democráticos: a transparência das decisões, bem como a preocupação com o bem público.

Raphael di Martino, Presidente da Intendência, era comerciante, relojoeiro, proprietário da relojoaria Pêndula Cachoeirense, situada a rua 25 de Março, e participou da fundação do 1º clube republicano. Felipe de Mello Pereira Filho, alferes e fazendeiro, era casado em segundas núpcias com D. Porcina de Souza, filha do Capitão Antonio Lino de Souza Monteiro, irmão de Francisco de Souza Monteiro (pai de Jerônimo), ex-vereador da Câmara Municipal no Império. Já Diogo Pires de Amorim, era fazendeiro, casado com D. Leocádia Barbosa de Lima, filha do capitão José Barbosa de Lima e de D. Joaquina Margarida da Silva Lima, esta afilhada do Barão de Itapemirim, também foi importante membro do governo municipal e irmão de Eugênio, da antiga câmara. Todos os componentes do primeiro governo municipal do período republicano eram importantes propagandistas da república e membros do Clube Republicano de Cachoeiro.

Ao assumir o poder, no mesmo dia em que foram empossados, os intendentes municipais trataram de “mostrar serviço” e realizaram a primeira sessão. Na pauta, discutiu-se a questão da arrecadação do porto municipal de Santo Eduardo e a convocação de Nominato Ferreira da Silva, antigo vereador do município. O objetivo era o esclarecimento, em 30 dias, acerca da nomeação de João Paulo Ferreira, que dera um desfalque na Câmara na realização de serviços sobre a iluminação pública.

Os trabalhos da Intendência foram bastante intensos e um merece destaque: quando Emygdio José Martins, que foi professor, além de secretário e procurador da Câmara Municipal, é

demitido do cargo de Procurador da Intendência, porque, segundo os intendentes, faltou confiança política.

Um episódio bastante interessante desse momento é a indicação de João de Loyola e Silva para ocupar o cargo de procurador no lugar de Emygdio. João de Loyola era proprietário e redator do jornal *O Cachoeirano*, professor, músico, secretário da Câmara Municipal na presidência do Dr. Gil Goulart e importante propagandista da república. Para o exercício do cargo, teve que apresentar a declaração de bens. Comissões sucessivas são formadas para avaliação. Dentre os que compuseram essas comissões, destacam-se Antonio da Roza Carvalho Machado, Joaquim Ayres, Eugênio Amorim, Francisco Borges Mattos e, como o resultado das avaliações não é consensual, alguns indivíduos são convocados para arbitrar sobre o assunto. João de Loyola só assumiria o cargo ao apresentar a escritura de hipoteca de um imóvel, a fim de complementar a renda solicitada para o exercício do cargo.

A questão que envolve todo esse processo de avaliação dos bens desse futuro procurador municipal reflete, provavelmente, a necessidade de averiguar se suas posses correspondem ao cargo que exercerá, ou a preocupação com possível enriquecimento ilícito. Isso reforça a idéia de que os propagandistas desejavam mostrar como eles eram diferentes daqueles por eles criticados, primando pela transparência. Há uma preocupação também em sanar as finanças e os gastos públicos produzidos pelo governo anterior, atitude comum nas mudanças de governo.

Essa Intendência permanecerá no cargo até o dia 04/08/1890, quando é nomeada, por ordem do governador do estado, uma nova Intendência Municipal, composta por três membros da antiga Câmara do período imperial, Manoel Leite de Novaes Mello, presidente, João Cândido Borges de Athayde e Nominato Ferreira da Silva, além de dois novos membros, João Vieira Machado de Freitas¹⁰, grande fazendeiro da região de Castelo, e Francisco Marques y Guardia.¹¹

¹⁰ João Vieira Machado de Freitas era fazendeiro na região de Castelo (fazenda Pensamento), esposo de D. Tereza de Vargas Vieira e pai de Francisco Vieira de Freitas, chefe de importante e numerosa família, os Vieira Machado.

¹¹ Francisco Marques y Guardia nasceu em Santa Cruz de Tenerife, nas Ilhas Canárias em 20 de julho de 1854. Em novembro de 1874 prestou exames de piloto de navios na Escola de Marinha do Rio de Janeiro. No mesmo ano foi nomeado Ajudante da Comissão de medição de terras. Em 1908 foi nomeado chefe da comissão de terras do 1º distrito. Casou-se em 29 de julho de 1878 com D. Graça de Carvalho Braga, filha do coronel Francisco de Carvalho Braga. Foi, posteriormente, juiz distrital, intendente e governador municipal.

Mas o que teria ocorrido nesse ínterim para que a primeira intendência fosse deposta e outra empossada em seu lugar? Para responder a essa pergunta é preciso voltar a alguns fatos bastante relevantes e que apontam para uma importante cisão entre os republicanos históricos que, até então, apesar de divergências, mantinham-se unidos.

Bernardo Horta e Antonio Aguirre convocaram, em 23 de maio de 1890, em Vitória, um congresso para fortalecer o partido republicano. Reuniram importantes lideranças políticas dos antigos partidos na tentativa de uni-las aos republicanos. Esse congresso foi presidido por Torquato Moreira, tendo como 1º e 2º secretários Lydio Mariano e Waldemiro da Silveira, respectivamente. Entretanto, o que se observa a seguir é a exclusão desses líderes, uma vez que eles não foram eleitos para o diretório, que ficou composto por Henrique Coutinho, Domingos Vicente, Constante Sodré, Augusto Calmon e Joaquim Pinheiro (*O Cachoeirano*, 01/06/1890). Por que, conforme combinado, só seriam vice-governadores os membros do diretório, eles renunciaram aos cargos. Assim, Bernardo Horta e Antonio Aguirre foram “(...) afastados do diretório e do governo, e deixaram o partido”. (SALETTTO, 2005, p. 3).

Na edição do *Jornal o Estado do Espírito Santo*, de 24 de maio de 1890, Antonio Aguirre afirma não mais fazer parte da direção política do Estado. Diz ainda que os correligionários deveriam se voltar para o novo diretório eleito e para o governador, que tinha toda a confiança do estado, e deseja que o novo diretório seja mais feliz do que eles foram.

Seguindo na mesma direção do discurso de Aguirre, *O Cachoeirano* de 01 de junho daquele ano, ao noticiar as principais decisões do congresso republicano e a própria eleição do diretório, traz a seguinte afirmação:

“Nós nos congratulamos com o directorio eleito e esperamos que elle saberá attender às muitas necessidades do nosso Estado. Que imprima uma direcção proveitosa e com sensata orientação eis o que lhe desejamos”.

Essa atitude, na prática, não funcionou muito bem, porque o que se observou, então, foi uma cisão no Partido Republicano do Espírito Santo e a formação de dois partidos políticos que vão dominar a cena política do Estado com renhidas disputas pelo poder em âmbito estadual e, particularmente, no âmbito do município, com relativo destaque para aquelas ocorridas em Cachoeiro de Itapemirim.

Um desses partidos é a União Republicana Espírito Santense, que contaria com importantes lideranças políticas tanto do novo regime, que por ora se instala, quanto daquele que caíra em 15/11/1889. Segundo FREIRE (1939), a União reunia “três correntes políticas – republicanos, ao lado dos antigos liberais e conservadores”. Dentre os indivíduos que faziam parte da União, destacam-se: o Barão de Monjardim, antigo chefe do Partido Liberal e que pertencia a uma linhagem de políticos poderosos de Vitória, ele próprio ex-vice-presidente da província; Aristides Freire, líder do Partido Conservador, proprietário e redator do jornal daquele partido *A Folha de Vitória*; Joaquim Lírio, liberal, presidente da Câmara de Vitória à época da Proclamação da República;

No sul, a União contava com a presença do Dr. José Feliciano Horta de Araújo, importante político de Cachoeiro, pai de Bernardo Horta e genro do poderoso fazendeiro e chefe liberal da região em meados do século XIX, o Barão de Itapemirim. O Dr. Horta de Araújo era advogado de formação e profissão, natural de Cocaes, na antiga província de Minas Gerais. Logo que se bacharelou em São Paulo, veio para o Espírito Santo na qualidade de secretário particular do Barão de Itapemirim. Casou-se com uma de suas filhas, Izabel, e foi presidente da Assembléia Legislativa Provincial e Deputado Geral da Província diversas vezes, pelo Partido Liberal. A eles, juntou-se o grupo de Cachoeiro, liderado por Bernardo Horta e Antônio Aguirre. (SALETTTO, 2005).

Além da União, surge o Partido Republicano Construtor, cujo líder, Moniz Freire, foi a maior liderança da geração que se iniciou na política nos anos 1880. Advogado e jornalista, fundador do jornal “A Província do Espírito Santo”, depois *O Estado do Espírito Santo*, começara sua carreira política muito cedo, na Câmara de Vitória. Logo, tornou-se deputado provincial, com atuação destacada, e realizou importante trabalho de reorganização e dinamização de seu partido. Não participou embora convidado, do congresso do Partido Republicano. Presidiu uma reunião selando a união de sua corrente com antigos conservadores liderados por Domingos Vicente e os membros do Partido Republicano: Henrique Coutinho; Joaquim Pinheiro, republicano de Itapemirim, Constante Sodré, republicano de São Mateus; Ataíde Jr., oficial do exército que atuara no movimento republicano na Escola Militar e participara diretamente do 15 de Novembro; Antonio de Campos Sobrinho, natural de Vitória, um dos dois civis que se integraram às forças militares na ação de 15 de Novembro; Gil Goulart, advogado, ex-presidente do governo municipal de

Cachoeiro de Itapemirim entre os anos de 1877 e 1887 e ex-deputado provincial pelo Partido Liberal; Torquato Moreira, baiano, fixado em Itapemirim onde trabalhava como médico e ligado pelo casamento à família de Mendes Velloso, juiz e, depois, desembargador; Horácio Costa, chefe da polícia do governo Afonso Cláudio, era pernambucano, advogado e jornalista, fixou-se em Benevente (Anchieta), onde militou como abolicionista e foi um dos fundadores do clube republicano local e do jornal *A Tribuna*, de propaganda republicana. (SALETTTO, 2005)

Outro importante político a compor o Partido Construtor é Afonso Cláudio de Freitas Rosa, que nasceu na fazenda Barra de Mangaraí, próximo a Vitória, em 02 de agosto de 1859. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1870, quando deu início ao ensino secundário, seguindo, em 1878, para Recife, onde se matriculou no Curso Jurídico. Tornou-se bacharel em Direito no ano de 1883. Amigo de Moniz Freire, com ele advogou na então Província do Espírito Santo, em Vitória. Militou no movimento abolicionista. Entretanto, extinta a escravidão, “convergiu seus esforços para a propaganda republicana, na imprensa e nas conferências públicas, viajando sempre pelo Sul do Estado, onde outros eram os directores do movimento” (PEREIRA, 1914, p. 87). Colaborou com os jornais *A Província do Espírito Santo*, *A Tribuna* e *O Cachoeirano*.

A partir da cisão no Partido Republicano e da formação dos partidos supracitados, travou-se dura luta política no estado. A oposição, representada pela União, atacava fortemente o presidente Afonso Cláudio e o Partido Construtor através, principalmente, de *O Cachoeirano*. Na edição do jornal de 31 de agosto, os oposicionistas referem-se ao presidente do estado como o espírito-santense mais degenerado da geração atual.

Cinco dias antes do congresso republicano, o Clube Republicano 4 de Maio, sediado em Cachoeiro, aprovou moção de apoio incondicional a Afonso Cláudio e creditou-lhe confiança em sua criteriosa, justa e benéfica administração, postura que muda radicalmente quando a União passa a desfechar-lhe as mais duras acusações e ofensas.

Quanto a alguns aliados de Afonso Cláudio, dentre os quais Moniz Freire, João Cândido Borges de Athayde, Gil Goulart e Domingos Vicente, a União desfecha pesadas acusações. A respeito de Moniz, especificamente, acusa-o de ter caráter duvidoso desde a Proclamação da República; Borges de Athayde é acusado de publicar artigo em que buscava nulificar o

presidente do estado, atacando sua reputação; Gil Goulart, de ter ambições sem limite; Já Domingos Vicente, de ser monarquista, mas, eleito para o diretório do partido, cai nas graças de Afonso Cláudio e muda de lado. Há também, segundo a oposição, uma tentativa de amesquinhar Bernardo Horta, principalmente por parte de Gil Goulart, ato que consideravam de pequena política.

Tempos depois, ao escrever a obra ‘História da Literatura Espírito Santense’, Afonso Cláudio (1912) declara que não seria possível administrar o estado sem o apoio e a participação de antigos monarquistas, desde que concordassem com os ideais republicanos, é claro. Para CLÁUDIO (1912, p. 539),

“Era um sistema de integração de aptidões úteis, de elementos aproveitáveis ou assimiláveis, que tinha por fim obter por selecção o apasiguamento de divergências e o esquecimento de rancores latentes, em benefício único da concórdia da communhão social e do bem publico”. (CLÁUDIO, 1912, p. 539).

Isso deixa claro o entendimento de que os republicanos não tinham lideranças suficientes para governar o estado a ponto de desprezar alianças com elementos que, até aquele momento, faziam parte dos partidos Liberal ou Conservador. Todavia, Bernardo Horta e Antonio Aguirre, segundo Afonso Cláudio, discordavam dessa posição, defendendo “o predomínio dos agrupamentos da propaganda em todas as direcções da administração publica” (CLÁUDIO, 1912, p. 539), postura bastante radical para um momento no qual não era possível prescindir do apoio de tão importantes lideranças políticas. Nessa perspectiva, Afonso Cláudio chega às seguintes conclusões a respeito dessa cisão no Partido Republicano no Espírito Santo:

“1ª Que não fomos nós quem nos separamos dos dois bons companheiros (Antonio Aguirre e Bernardo Horta) da propaganda, abandonado-os e sim elles que romperam a solidariedade que comnosco deviam manter até o fim. 2ª Que não foi o primeiro Governador quem se aliou a monarchistas, mas ambos aquelles corypheus que se fundiram na heterogênea liga da – União Republicana – para o surto opposicionista que projectavam. 3ª Que somente depois da attitude das forças colligadas, foi que os elementos dos antigos partidos que lhes eram infensos, com annuencia da maioria republicana, impulsionaram a organização do – Partido Republicano Constructor, já que o outro francamente – Demolidor”. (CLÁUDIO, 1912, p. 544-545)

Um dos políticos municipais, membro do Partido Construtor, que maior ataque sofreu foi, sem dúvida, Novaes Mello, acusado de ter tramado a demissão da Intendência Municipal, bem como de ter demitido João de Loyola e Silva do cargo de procurador do município e de

ter posto fim ao contrato que a Intendência tinha com o jornal *O Cachoeirano*, sem consultar os demais intendentes, o que fere, segundo os unionistas, o princípio da deliberação em conjunto.

Já Antero de Almeida, republicano de Benevente e ex-aliado de Bernardo Horta, publica, em 30 de agosto, no *Estado do Espírito Santo*, artigo em que ataca duramente Bernardo Horta em virtude da publicação de artigos no jornal *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro tentando, segundo o autor, manchar sua reputação. Todavia, as acusações não se restringem apenas a Antero de Almeida, mas ao governo do qual ele faz parte. Bernardo Horta critica a comissão designada por Afonso Cláudio, composta por Barcímio Paes Barreto, Moniz Freire, Horácio Costa e Manoel A. da Silveira, além do Dr. Horta de Araújo, pai de Bernardo, responsável pela elaboração do projeto da constituição estadual. À exceção de seu pai, Bernardo acusa comissão de vulnerável em todos os sentidos. Acusa ainda Antero de Almeida de estar comprometendo a repartição pública da qual é diretor, o Diário Oficial, deteriorando material tipográfico, além de comprometer-se com empresas particulares, aceitando anúncios de casas comerciais. Além disso, afirma que Antero estaria na oposição antes de ser nomeado para o cargo de diretor-redator do “Diário Oficial”, mas que em função da nomeação, passara a apoiar o presidente do estado. Deve-se, entretanto, esclarecer que, em verdade, não se trata de um Diário Oficial nos moldes que temos atualmente, mas é o jornal o *Estado do Espírito Santo* que, por contrato, passa a divulgar os atos do governo, relação idêntica a que *O Cachoeirano* tinha com o governo municipal de Cachoeiro.

Em resposta, Antero de Almeida afirma que Bernardo Horta critica a comissão pelo simples fato de não fazer parte dela. Caso contrário, não a criticaria. Acusa-o de se aproveitar da intimidade que sempre tivera com Afonso Cláudio quando era da situação e, que, agora, estaria expondo segredos do governo de forma malévola. Segundo Antero de Almeida, Bernardo Horta é um traidor da república, traidor daquele que, hoje, é vítima de sua insensatez. Acusa-o de lançar mão de recursos ignóbeis para trazer a público o que se passou na vida íntima, esquecendo que um dia fizera parte do governo. Antero de Almeida, ao explicar sua participação no atual governo, afirma que aceitou o cargo para o qual fora nomeado. Expõe que, quando alguns republicanos do sul, no início de 1890, haviam se levantado contra Afonso Cláudio, ele permaneceu fiel ao amigo. Por isso, desligou-se desses antigos companheiros, mas sempre esteve desejoso de estabelecer uma conciliação entre eles.

Ocorre que, em uma de suas idas à Benevente, o presidente do estado cogitou a sua ida a Vitória, o que aceitou prontamente, ficando honrado pelas palavras de apreço e consideração.

A demissão da Intendência municipal foi recebida pelos membros da União como um ato de “pequena política”, como traição. No entanto, o controle das mesas eleitorais por parte do governo do estado era fundamental e, nessa perspectiva, manter o controle do governo municipal era decisivo. Ao governo municipal cabia a organização das mesas eleitorais, os locais de votação, a divisão dos municípios em seções, a escolha dos presidentes e a apuração, o que, nesse contexto político, era fundamental para a vitória nas eleições.

Para os unionistas, as divergências políticas entre o então governador e o grupo que compunha o partido teriam sido a razão para a demissão da Intendência Municipal e que sua atitude não passou de um exemplo de perseguição política, vingança e pequena política, refletindo um acinte contra os interesses da república.

A ação do presidente do estado não se restringiu aos políticos da oposição, mas se estendeu àqueles indivíduos que, de alguma forma, faziam parte da oposição ou simpatizavam com ela. Muitos dos quais foram demitidos dos cargos que ocupavam. Assim, à demissão da Intendência, seguiu-se a de Joaquim Lírio do cargo de delegado de polícia e presidente da Intendência de Vitória, membro da União Republicana; a de João de Loyola e Silva do cargo de Procurador da Intendência, nomeado em lugar de Emygdio José Martins, que é recolocado no cargo pela nova intendência; Raulino de Oliveira, médico, nascido a 19/03/1848, segundo *O Cachoeirano* (26/10/1890), “por se haver declarado adepto do partido da União Republicana”, o Lydio Mariano do cargo de professor e a de Christiano Vieira D’Andrade do cargo de promotor público, todos partidários da oposição.

Para a demissão de Raulino de Oliveira o governo utilizou a justificativa de que este não residia na sede do local onde trabalhava. Entretanto, ainda segundo os unionistas, há outros indivíduos do próprio Partido Construtor que não residem em seus locais de trabalho, mas que não foram demitido, o que consideram prova de perseguição política à oposição.

Ao defender-se das acusações, os aliados de Afonso Cláudio afirmam que a atitude do presidente do estado em demitir funcionários da oposição estaria dentro da normalidade, pois nada mais correto do que demitir funcionários que não merecem confiança política. Além

disso, alegam que, se um funcionário não se enquadra na forma de administrar do governador, não espera ser demitido, mas demite-se voluntariamente. Em artigo do jornal “O Estado do E. Santo”, intitulado A Intriga, afirmam que os oposicionistas

“(…) Passam telegrammas falsos para os jornais da capital Federal, afirmando que o governador do Estado faz reacção e persegue os republicanos. Onde, porém, está a acção feita pelo honrado Governador? Em demittir intendentes e delegados de polícia por não lhe merecerem confiança política e andarem atacando sua administração pelas ruas publicas...? Demittindo-se empregados de confiança, que não tem comprehensão de seu dever político, não se faz, por certo, reacção e perseguição.”. (*O Estado do Espírito Santo*, 12/08/1890).

Afonso Cláudio permaneceu no governo até 09 de setembro de 1890, quando, por motivo de saúde, licenciou-se do cargo, passando-o à Constante Sodré, segundo vice-governador. Sua saúde mental fora muito abalada pelas grandes dificuldades provenientes da luta política que se travou no estado contra antigos aliados políticos. Em 20 de novembro daquele ano, Henrique Coutinho, primeiro vice-governador, assume o poder e permanece no cargo até 10 de março de 1891.

Aprovada a Constituição do Brasil, a escolha do futuro Presidente da República impõe-se como ápice das divergências entre diversas correntes políticas: a candidatura de Deodoro aparece como certa, pois, além de ser um dos proclamadores da República, seu nome é acatado entre os companheiros de farda e seu prestígio é grande. Todavia, os incidentes ocorridos durante o ano na Constituinte e no interior do próprio governo fazem emergir um movimento a favor da candidatura de Prudente de Moraes.

Uma parte dos paulistas, entre eles Campos Sales, reúne-se e concorda que melhor seria se Prudente de Moraes retirasse sua candidatura, o que não é aceito, pois este afirma que a iniciativa de seu nome não partiu dele e que só quem o lançou poderia retirá-lo. Para tentar contrabalançar o militarismo representado por Deodoro, numa tentativa de conciliação, indicam o nome de Floriano Peixoto como vice na chapa de Prudente de Moraes. Notícias chegam de que, se Deodoro não fosse eleito, dissolveria a Constituinte à força.

No Congresso, há três correntes entre deputados e senadores: os favoráveis à Deodoro, os partidários de Prudente e os indecisos. Resultado: vitória de Deodoro por 129 votos contra 97 de Prudente, mas Floriano é eleito vice-presidente. A vitória de Deodoro não representa a

consolidação do grupo no poder: a crise vai continuar aprofundando-se ainda mais. Com a ausência de uma Constituição Estadual, a federação continuava a intervir nos Estados, e o governo Deodoro depõe os governadores dos partidos que votaram em Prudente, entre eles o do Espírito Santo, Henrique Coutinho, que assumira a vaga de Afonso Cláudio nomeando um oposicionista: Antonio Aguirre. Sua nomeação ocorreu dia 7 de março de 1891 e sua posse, dia 11 do mesmo mês e ano. (FREIRE, 1939.)

A Intendência de Cachoeiro nomeada pelos construtores foi deposta por Aguirre em 18/03/1891, sendo nomeado um novo governo composto por antigos membros da primeira Intendência: Raphael di Martino, presidente; Felipe de Mello Pereira Filho; Diogo Pires de Amorim; Antônio da Rosa Carvalho Machado.¹²

Em 23 de março de 1891, Bernardo Horta é nomeado pelo governador do Estado para o cargo de Presidente da Intendência Municipal dada a exoneração de Raphael di Martino do cargo. Entretanto, Bernardo Horta pede exoneração ao assumir o cargo de juiz municipal em 10/05/1891, tendo sido atendido em 15 de maio de 1891. Antônio da Rosa Carvalho Machado assume a presidência, mas pede resignação do cargo, pois aceitou a função de juiz territorial, isso em 25 de julho de 1891. Para seu lugar, é nomeado Lafayette Bernardes¹³, neto do Barão de Guandu, José Bernardes de Souza, importante fazendeiro de Castelo, farmacêutico, major-cirurgião da Guarda Nacional, nascido no dia 25/11/1859, oriundo do Rio de Janeiro, que para aqui veio gerenciar a Usina Moraes de beneficiamento de café, e Diogo Pires de Amorim assume a presidência da Intendência. Felipe de Mello também deixa o cargo de intendente por ter assumido o de juiz substituto da comarca. Assume sua vaga, dia 01 de outubro, Antonio da Monta Salgado Dias.

O novo governo do Estado adiou as eleições para a Constituinte Estadual. A União lançou chapa para deputados, entre eles Aristides Freire, Joaquim Lyrio, Dr. Feliciano Horta de Araújo, Dr. Raulino de Oliveira, Bernardo Horta de Araújo, Capitão Henrique Laranja, entre

¹² Comerciante de Castelo com a firma Carvalho Machado & Martins, filho de Francisco da Roza Machado, conhecido como Chico Ilheo, pequeno fazendeiro nas margens do Itapemirim, Antonio casou-se com D. Anna Lydia de Albuquerque, filha do Dr. Lydio Mariano de Albuquerque, advogado. Foi vereador no Império eleito para o quadriênio 1883-1887, vice-presidente nessa época e, posteriormente, intendente e governador municipal eleito para o quadriênio 1900-1904.

¹³ Lafayette José Bernardes era Major- cirurgião da Guarda Nacional, nomeado por decreto federal de 23/09/1902. Era neto do Barão de Guandu, José Bernardes de Souza, fazendeiro em Castelo.

outros. Apesar do esforço construtor para vencer as eleições e de serem acusados de “(...) servirem-se de todos os meios para conseguirem votação, não contentando - se com a intriga e a calúnia. Funcionários públicos licenciados sob motivo de moléstia, percorreram montes e valles vociferando contra o governo da republica” (*O Cachoeirano*, 03/05/1891), a vitória foi da União, embora por pequena diferença. Em três meses, a Constituinte aprovou a eleição indireta para Presidente do Estado e elegeu o Barão de Monjardim, em junho de 1891. Segundo FREIRE (1939), o Barão assumiu o governo prometendo “(...) guardar e cumprir com perfeita lealdade a Constituição que for decretada pelo Congresso Constituinte, as leis da União e deste Estado, e quanto em mim couber promover e sustentar o bem publico”. Entretanto, seu governo duraria muito pouco.

A assembléia legislativa do estado tinha como presidente Dr. Horta de Araújo, como vice-presidente o Coronel Dr. Andrade Silva, como 1º e 2º secretários Joaquim Lyrio e Almeida Fundão, respectivamente. A primeira Constituição do Estado foi promulgada a 20 de junho de 1891 tendo Bernardo Horta de Araújo, eleito deputado estadual, foi um dos protagonistas de sua elaboração.

Os problemas que envolvem o governo de Deodoro têm um agravamento que leva a situação a um impasse imprevisível: em fins de julho, Deodoro encontra-se gravemente enfermo, vítima de um violento ataque de gripe. Seu estado inspira cuidados e a expectativa é de que não resista à doença e, constitucionalmente, o lugar seria ocupado pelo vice, Floriano Peixoto. No entanto, logo que o estado de Deodoro torna-se público, um grupo de oficiais prestigiosos, inimigos de Floriano, procuraria afastá-lo do cargo. Contra-atacando, este pede a membros do Ministério que não tenham complacência com essas manifestações.

No entanto, Floriano também adoece, o que leva o Barão de Lucena, ministro que atua como chefe do gabinete de Deodoro, a tentar uma política de conciliação, sem sucesso, pois os oposicionistas exigem a posse de três ministérios, mas ele só oferece dois. Enquanto se desenrolam os entendimentos, Deodoro reassume o poder, mas as facções contrárias a ele mantêm-se irredutíveis.

O enfraquecimento do governo em virtude de oposição militar e congressista e ausência de bases sólidas nos governos de São Paulo e Minas Gerais, mais oposição crescente nos estados,

são fatores que conduzem o governo a crises impossíveis de serem sanadas e o radicalismo levará o país a beira de uma guerra civil.

Assim, em 03/11/1891, as tropas ocupam o prédio onde funcionava o Congresso, que é dissolvido por decreto de Deodoro da Fonseca. Quase todos os governadores dos estados recebem a comunicação e aplaudem a iniciativa governamental. Logo após o golpe de 03 de novembro formam-se imediatamente vários núcleos estaduais de resistência, que agem, na maioria dos casos, em concerto entre si. Por isso a ida dos congressistas seus estados realizarem núcleos de resistência contra o golpe de Estado. O país caminha para uma guerra civil e a situação foge ao controle do presidente. Em 20 de novembro do mesmo ano, Deodoro adoece e os ministros expedem, à revelia, ordens de prisão contra vários oposicionistas. Deodoro prefere renunciar dia 23 para evitar o desencadeamento de uma guerra civil, passando o cargo de Presidente da República a seu sucessor legal, Floriano Peixoto.

Segundo SALETTO (2005, p. 8)

“A queda de Deodoro desestabilizou os governadores que haviam apoiado o golpe, e rebentaram revoltas contra eles. No Espírito Santo, onde o governador do PRC fora deposto pelo Marechal, a oposição, que sofrera forte repressão depois do golpe, reabriu seu principal jornal, O Estado do Espírito Santo, e partiu para o ataque, publicando denúncias da repressão que sofrera e procurando mobilizar a opinião pública em defesa dos ideais republicanos”.

Dessa forma, muitos governos municipais nomeados pela União foram depostos. Em Cachoeiro, a intendência nomeada pela União será demitida e reconduzido um governo construtor, liderado por Manoel Leite de Novaes Mello, que já havia ocupado o cargo em outras ocasiões. Em secção do governo municipal, há um “(...) protesto do presidente interino da intendência contra a violação das constituições federal e estadual pela força federal destacada neste estado (...)”, referência à instalação da Junta Governativa e à deposição do Dr. Antonio Aguirre. (*O Estado do Espírito Santo*, 22/12/1891).

Floriano Peixoto assume o poder em 23 de novembro de 1891 defendendo o respeito à lei, o restabelecimento dos direitos e das garantias constitucionais e a revogação de todos os atos de Deodoro do dia 03 ao dia 23 de novembro, inclusive normalizando o funcionamento do Congresso.

Em contrapartida, Floriano apoiará as rebeliões nos Estados e a deposição dos governadores. O processo estadual vai demonstrar a política agressiva e complexa dos novos grupos no poder. O motivo das quedas dos governadores estaduais vai ser a dualidade entre as representações federais e os governos estaduais: a verdade é que a maioria desses fora nomeada por Deodoro, enquanto a maior parte dos deputados e senadores eleitos tinha sido eleita antes da nomeação dos diversos governadores, e era oposição a eles. A este choque e divergência, acresce-se o fato de não poder o governo federal aceitar a continuidade dos governos estaduais que tinham apoiado o golpe ditatorial de Deodoro. Essa dualidade vai justificar, aparentemente, as deposições. Entretanto, apesar do apoio de Floriano, elas ocorrem por iniciativas das oligarquias estaduais.

A queda dos governos estaduais se dá de novembro de 1891 a março de 1892 sendo o processo pacífico em grande parte dos estados, mas, em outros, há choques armados. Em diversos estados, as renúncias se dão voluntariamente, pois os governadores compreendem que qualquer resistência seria inútil.

No Espírito Santo, a ação dos construtores levou à deposição de Antônio Aguirre, que havia recebido o poder das mãos do Barão de Monjardim e o governo foi passado a uma junta governativa composta por Graciano Neves, Galdino Loreto e Henrique Coutinho. A junta dissolveu a Constituinte e convocou eleições para sua substituição. Nelas, a União se absteve e redigiu diversos artigos para que o eleitorado se abstivesse desse pleito, acusando de ilegítimo o governo da junta governativa e, em um desses artigos, datado de 14/02/1892, os unionistas, liderados principalmente por Bernardo Horta, convocam os eleitores espírito-santenses a tomar em uma atitude ante a convocação da Junta Governativa:

“Em nome da União Republicana Espírito Santense, a quem coube a árdua e patriótica missão de dotar o Estado com organização constitucional, violentamente derrocada e nulificada por uma junta oriunda da fraude, da mystificação e da falsificação da vontade popular, concitamos ao brioso eleitorado espírito-santense a protestar (...) contra os destruidores da autonomia do nosso Estado (...) abstendo-se de comparecer à (...) convocação eleitoral”. (*O Cachoeirano*, 14/01/1892)

A partir daí, tanto em nível estadual, quanto em nível do município de Cachoeiro de Itapemirim, a União vai se abster constantemente dos pleitos eleitorais e entre dezembro de

1891 e, aproximadamente, março de 1892, produzirá diversos artigos criticando o golpe impetrado pelos construtores e a deposição dos governadores municipais e a do próprio Monjardim e Antônio Aguirre. Com a abstenção da União e a vitória dos candidatos do Partido Construtor, a nova Assembléia Constituinte votou a nova Constituição do Estado, em 02 de maio de 1892. Dentre suas principais mudanças, definia que, ao contrário da primeira, em que a eleição do governador seria feita pela Assembléia Legislativa, nessa ele seria eleito pelo voto direto, salvo a primeira, realizada logo após a promulgação da Carta. A Constituinte, então, elegeu o novo governador, Moniz Freire, terminando, assim, a fase de instabilidade do início da república no Espírito Santo.

Da proclamação da República até 1892, pouco mais de dois anos, a instabilidade política nos estados foi enorme e a rotatividade dos cargos executivos, altíssima. No Rio Grande do Norte, foram nomeados 10 governadores; em Minas Gerais, 13; em Pernambuco, 8; no Paraná, 11. No Espírito Santo, embora o período também fosse marcado por essa instabilidade, a proporção das nomeações foi menor, sendo nomeados 3 governadores, Afonso Cláudio, Henrique Coutinho, Antonio Aguirre. Um foi eleito, o Barão de Monjardin, e, em seguida, seu vice, Aguirre, foi deposto por uma junta governativa que assumiu o poder.

Com a promulgação da Constituição estadual, os pleitos eleitorais para os municípios passam, também, a ser diretos, não sendo os intendentes municipais nomeados pelo governador. Isso possibilitará o confronto direto entre as diversas facções políticas que se digladiarão na luta pelo poder nos municípios e na esfera estadual. Bernardo Horta, alijado do poder, atuará na oposição, tanto no partido, a União Republicana, quanto no jornal, *O Cachoeirano*.

CAPÍTULO 2

FACÇÕES POLÍTICAS E ELEIÇÕES EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (1892-1904)

A eleição de 1892¹⁴ para governadores municipais tinha um significado especial, pois era a primeira vez na república em que os representantes seriam eleitos e não nomeados. Dessa maneira, as Intendências Municipais tiveram “(...) vida transitória, e desacompanhada do prestígio das corporações que emanam do voto popular”. (*O Estado do Espírito Santo*, 27/11/1892). Entretanto, a postura da União é a de abster-se também do pleito municipal, marcado não por disputas entre candidatos construtores e unionistas, mas pelo incentivo por parte da oposição a que seus eleitores se abstivessem do voto. Em artigo assinado por Bernardo Horta, Diogo Amorim e Pedro Vieira da Cunha, a União aconselha seus correligionários a que se abstenham por não achar legítimos os membros do governo atual. Ainda elabora manifesto ao eleitorado do Espírito Santo, publicado na edição de *O Cachoeriano* de 27/11/1892, do qual se transcreve parte

“A União Republicana Espírito Santense, por seu Diretório tem resolvido a abstenção na próxima eleição municipal, attentos os recursos indecentes de que lançam mão os dominadores actuais, para impor a minoria à provada maioria do eleitorado espírito-santense. Como se já não bastasse a qualificação de que foram excluídos cidadãos já qualificados em anteriores alistamentos a separação da freguesia de Carapina; contra expressa determinação da constituição; a absoluta negação de recursos contra as injustas exclusões, com escândalo manifesto para a lei eleitoral em vigor, ahí está por ultimo a lei nº 22 que regula o processo da primeira eleição municipal, que cercea completamente o direito do voto, para que a situação dominante possa escapar à derrota, que em terreno franco e leal ser-lhe-ia imposta pelo eleitorado (...) Segundo as normas da maioria nacional, que parece disposta a tolerar por calculo a situação actual, a União Republicana Espírito Santense também abstém-se do futuro pleito municipal ...” (*O Cachoeriano*, 27/11/1892).

¹⁴ Segundo a Constituição de 1891, eram considerados eleitores os homens, maiores de 21 anos e alfabetizados, excluindo mulheres, analfabetos, mendigos, entre outros. O regulamento das eleições municipais, em 1892, estabelecia que além de atender aos critérios constitucionais, os eleitores deveriam ter no mínimo seis meses de residência no município. Sua residência era atestada por autoridade judicial, policial ou pelo presidente da Intendência. A junta para o alistamento era composta pelo presidente da Intendência, dois intendentes escolhidos por ele e o último presidente da Intendência deposta pelo movimento de 19/12/1891. Eles se reuniam por dez dias consecutivos para fazer o alistamento, respondendo os requerimentos em 24 horas. Se não aceitasse o requerimento, informaria o motivo e daria cinco dias para que o requerente cumprisse a exigência. Após vinte dias, a junta eleitoral organizaria três listas, sendo a primeira de alistados, a segunda de excluídos por morte ou mudança e a terceira de requerentes não aceitos. As listas seriam registradas em ata e afixadas em local público, cabendo recurso ao juiz de direito aos excluídos e a qualquer cidadão que julgasse algo irregular.

Com a abstenção da União, o Partido Construtor elege sua bancada no governo municipal, mas a eleição de dois candidatos agradou sobremaneira à União: Carlos Pinheiro de Souza, filho de João Pinheiro de Souza, dono da fazenda Ante-Portão, e Francisca Vieira Machado da Cunha, proprietário da fazenda São Manoel¹⁵, em Castelo, casado com Lindolfia; e Francisco Antônio de Moraes¹⁶, fazendeiro e era casado com Júlia, filha de importante proprietário de terras de Castelo, o coronel João Vieira Machado de Freitas.

Acerca da eleição do primeiro, *O Cachoeirano* (1892) tece elogios dizendo ser ele “(...) um caracter e um espírito lúcido”. Já sobre o segundo, afirma que ele “(...) é a dedicação patriótica e a lealdade cívica”. Em relação às eleições, os unionistas tecem duras críticas afirmando que distritos foram alterados, adversários foram eliminados, informações dificultadas e a lei eleitoral foi alterada dias antes da eleição para governadores municipais, ocorrida em 27 de novembro de 1892. A partir da vigência da lei nº 22, de 08/11/1892, que regula a primeira eleição municipal, adotou-se o princípio do “terço”, cujo objetivo era garantir a representação das minorias nas eleições, bem como impedir que os eleitores da situação votassem em chapa completa. Segundo SALETTO (2005, p. 11), “(...) isso só acontecia quando a oposição era forte, pois quando não o era, o partido governista podia praticar o “rodízio”, inclusive com candidatos avulsos ou independentes, ou seja, não lançados por um partido, mas comprometidos com o governo”. Carlos Pinheiro e Francisco Antônio de Moraes foram eleitos, provavelmente, pelo terço garantindo à oposição a existência de vozes atuantes no recinto do poder municipal. De acordo com a Lei nº 22, art. 8º, parágrafo único,

“A chapa para governadores deve conter seis nomes na capital, cinco nas outras cidades e quatro nas villas; a de juizes districtaes quatro nomes; e a de deputados estadoaes também quatro, tantas quartas são as vagas¹⁷”.

Sabe-se que na capital, eram nove o número de governadores municipais. Nas outras cidades, sete; nas vilas, cinco. Entretanto, na lei, aparece na chapa um número menor de candidatos. Assim, depreende-se que o eleitor votaria numa chapa incompleta, exatamente para que o espaço reservado à oposição fosse garantido.

¹⁵ A fazenda São Manoel foi fundada por Manoel Vieira Machado da Cunha, irmão de Antônio Vieira Machado da Cunha, casado com Ana Rosa Prado. Carlos Pinheiro de Souza era descendente dos Souza Werneck, família oriunda do Rio de Janeiro.

¹⁶ Francisco Antonio de Moraes foi proprietário da fazenda Pensamento, fundada por seu sogro, era conhecido por Chico Moraes e seus filhos chamavam-se Álvaro e Noemia.

¹⁷ Leis do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo votadas em 1892. Vitória, 1893, p. 203.

Os governadores eleitos para o quadriênio 1892 – 1896 são, além de Carlos Pinheiro e Francisco Antônio de Moraes, Francisco Marques y Guardia, presidente; Samuel Levy¹⁸, vice-presidente; Lafayette José Bernardes, que era neto do Barão de Guandu, grande fazendeiro em Castelo; Francisco Vieira de Almeida Ramos e Silvino Luiz da Fraga, este membro de importante família de Muqui, a família Fraga. Todos os cinco últimos governadores municipais citados são membros do PRC. Em 1895, Silvino Luiz da Fraga renuncia ao cargo de governador municipal. Há, então, uma eleição para que sua vaga seja ocupada. Entre os que disputaram as eleições, estão Diogo Pires de Amorim, unionista, e o Dr. Pinheiro Jr., construtor. A vitória foi do candidato da União que recebeu 287 votos, contra 238 do candidato construtor. Diogo Amorim assume a vaga em 10/04/1895. Sua vitória foi recebida com profundo entusiasmo por *O Cachoeirano* que, em editorial, parabeniza o eleitorado, afirmando:

“Aos nossos correligionários e amigos é esse o maior elogio e melhor agradecimento que podemos fazer não só em nome do partido, como em nome do município que conseguiu eleger ao distinto, honesto e operoso cidadão Diogo Pires de Amorim” (*O Cachoeirano*, 13/05/1895)

A administração municipal presidida pelo construtor Francisco Marques y Guardia já se inicia cercada de críticas desfechadas pelo Jornal *O Cachoeirano* e pelos unionistas devido ao Decreto nº 1, que trata do orçamento municipal para 1893. São publicados abaixo-assinados condenando esse decreto e seus mentores são indivíduos ligados ao partido de oposição, dentre eles: Joaquim Ayres, coronel e importante comerciante, futuro sogro de Bernardo Horta de Araújo; Longo Batista, comerciante e secretário do governo municipal durante muitos anos, e Raphael di Martino. Assim supõe-se que haja um intuito da própria União de desarticular o governo municipal construtor, embora isso não tire o mérito da questão.

Além da questão do pedágio sobre a ponte municipal diversas vezes discutido em várias seções da câmara municipal, e das despesas contidas no orçamento para 1893, outro aspecto figurava na pauta de reclamações dos munícipes: o calçamento da cidade. Segundo eles, as chuvas freqüentes transformam as ruas em verdadeiros lamaçais. Ao que parece, os munícipes

¹⁸ Samuel Levy nasceu em 1839 na aldeia de Erstroff, França, era filho de Jacob e Fromende Levy, ambos judeus. No Brasil, estabeleceu-se em Cachoeiro de Itapemirim, com o comércio, a partir de 1877 com firma individual ampliada para o negócio do café, além de ter exercido o cargo de governador do município no quadriênio 1892-1896, membro do PRC, fazendeiro.

obtiveram uma vitória sobre a questão do Decreto nº 1, que tratava do orçamento para 1893, pois *O Cachoeirano* apresenta editorial intitulado A Vitória do Povo, em que se congratula com os cachoeirenses, uma vez que a Intendência teve de ceder às pressões da sociedade organizada.

Dois anos depois, o calçamento das ruas de Cachoeiro teve início, particularmente da rua 25 de Março, localizada no coração da cidade. O empreiteiro responsável pelo calçamento foi João de Azevedo e o fiscal, designado pelo governo municipal, foi Miguel Antunes Dragueiro e Sá. Mais tarde, em 1896, será criado o cargo de encarregado de obras, atitude que obteve a anuência de Bernardo Horta em virtude de um incidente envolvendo o próprio Miguel Antunes Dragueiro e Sá: ao elaborar uma planta para a construção de uma rampa em imóvel adquirido pelo governo municipal e fiscalizar a execução da obra, houve um desmoronamento que trouxe grande prejuízo para os cofres públicos.

Embora houvesse dois partidos políticos importantes no Espírito Santo nos primeiros anos da república que aglutinavam indivíduos de interesses diferentes, esses partidos não estiveram isentos de dissidências, bem como de conciliações, sempre com a intenção de permanecer no poder. É o que vai acontecer tanto com o PRC quanto com a União Republicana.

Em 1893, a União enfrentou sua primeira divisão, quando o Barão de Monjardim convocou uma reunião para 26/11/1893, em desacordo com o Diretório do partido. Tal reunião foi na capital do estado, formando o Partido Autonomista, que absorvera a corrente mais forte da União, liderada pelo Barão. No sul, em 04/11/1893, fora marcada reunião da União para 29/11/1893, em Itapemirim, onde resolveram manter o Partido da União com os seguintes chefes: Bernardo Horta, Diogo Amorim, Dr. Raulino de Oliveira, Joaquim Ayres, Domingos Roseiro, Quintiliano Azevedo, Claro Pitanga, José Maria Bernardes, Francisco Sales Amorim, Antonio Rios, Francisco A. Corte Imperial e Raphael di Martino.

Nessa mesma reunião do partido, julgou-se conveniente um acordo com a dissidência do Partido Construtor e foi nomeada uma comissão para costurá-la composta por Bernardo Horta, Dr. Raulino de Oliveira e Domingos Roseira. Essa comissão objetivava entender-se sobre a organização da chapa para as eleições federais para deputados, senadores, presidente e vice-presidente da república. Em 10/12/1893, a dissidência do PRC, em reunião, nomeou o Dr. Novaes Mello e o coronel Francisco Marques y Guardia para o mesmo fim. Reunidas as

duas comissões, foi unanimemente aceita a “chapa de conciliação”, apresentada na circular ao eleitorado do estado em 12 de dezembro de 1893. Embora a União tivesse se abstinido do pleito eleitoral por duas vezes, a possibilidade de aliança com a dissidência do PRC possibilitaria um possível retorno. Por isso, era necessário abandonar ódios, separações e ressentimentos, buscando um único programa de fraternização com os políticos dissidentes.

Em virtude da formação da “chapa da conciliação” entre unionistas e construtores, *O Estado do Espírito Santo* critica Novaes Mello, que, segundo telegrama, retirou-se do PRC e entrou para a União. Um artigo intitulado “O 3º partido”, publicado nesse jornal em 15/12/1893, é imediatamente contestado por Novaes Mello. Segundo ele, trata-se de um artigo contraditório, uma vez que, ao mesmo tempo em que diz que ele saíra do PRC e entrara para a União, teria formado um terceiro partido. Em artigo intitulado “Notícia Mentirosa”, publicado em 29/12/1893, em *O Cachoeirano*, Novaes Mello, defendendo-se das acusações que sofrera e acusando o autor do artigo de “(...) especulação política para amollar a humanidade inteira, abusando da posição que occupa (...)”, afirma:

“Todos sabem que não me alistei nas fileiras unionistas, nem tive jamais a estulta pretensão de organizar partidos. O que se deu foi a junção da dissidência construtora com a União Republicana, por deliberação de amigos que fazem parte da referida dissidência, para pleitearmos as próximas eleições federaes. Somos poucos para o chefe correspondente d’O Estado, mas estes poucos tem opinião e convicção, o que não se dá com S. S. e nenhum de nós vive do cofre publico, nem se envolve em política por especulação, como miseravelmente assoalha o mesmo boateiro das mentiras telegraphicas”. (*O Cachoeirano*, 06/01/1894)

A chapa de conciliação fica assim definida: Manoel Leite de Novaes Mello, para senador; e, para deputados, Joaquim Mattoso Duque Estrada Câmara, Bernardo Horta e Dr. José Moreira Gomes, este presidente do governo municipal de Itapemirim. Essa chapa é assinada por Novaes Mello, Francisco Marques y Guardia, Bernardo Horta e Raulino de Oliveira, o que revela uma aliança para esse pleito eleitoral que envolve antigos desafetos. Conforme narrado no primeiro capítulo, Novaes Mello, Bernardo Horta e Raulino de Oliveira, entre 1890 e 1891, estiveram envolvidos em brigas políticas sérias quando da demissão, por parte de Afonso Cláudio, da Intendência Municipal e do próprio Raulino de Oliveira. É importante ressaltar a liderança de Bernardo Horta nesse processo de formação de alianças, pois, embora não tenha se candidatado nas eleições municipais e/ ou estaduais de 1892, a aliança com antigos construtores de tamanha envergadura, como Novaes Mello, representava a conquista de votos preciosos, uma vez que eleitores do PRC poderiam votar na chapa da conciliação.

Apurados os votos, a vitória dos construtores foi majoritária e os unionistas, através da imprensa, alegam que não contavam com a vitória. Ficaram surpresos com o resultado obtido pelo partido, uma vez que estavam afastados das eleições desde 1891 e que o resultado foi além das expectativas. Além disso, criticam as diversas irregularidades que, para eles, ocorreram nas eleições, bem como procuram justificar a derrota eleitoral dizendo que as dissidências não têm prestígio próprio para disputar eleição fora da chapa oficial e que “(...) a oposição cerceada em todos os sentidos exposta a todos os ardis, desde a falsificação de actas, até a negação de título, vae se retirando dos pleitos e deixando campo livre à fúria dos ambicisos”. (*O Cachoeirano*, 11/03/1894). Em diversas sessões houve, de acordo com a oposição, irregularidades, das quais transcrevemos parte:

“Espírito Santo de Rio Pardo: compareceram 93 eleitores e no entanto publicamos no último nº a votação de 272 eleitores, surgindo do bico da penna 179 votos. Guarapary- nos informaram que os presidentes das mesas eleitorais exigiram títulos novos e que não aceitaram fiscais, pelo que os nossos amigos(unionistas) resolveram abster-se. Benevente – deixaram de votar muitos amigos nossos por não terem conseguido os títulos novos que eram exigidos. A exigência foi tal que mesmo um dos candidatos da oposição deixou de votar. Rio Novo – votaram os phosphoros. Conceição do Muqui – sendo enorme a maioria da oposição nessa localidade, não compareceram os mesários. Valla do Souza e Café – Problema de transporte e incerteza da eleição levaram os nossos amigos à abstenção - mudança dos eleitores de secções . Veado- Domínio do terror – presidente da mesa qualificadora rasgou sessenta e tantos requerimentos de cidadãos que pediam inclusão no dito alistamento – abstenção. Ponte de Sto Eduardo – exclusão da maior parte dos antigos eleitores exigindo títulos novos – abstenção. Muqui – muitas reclamações sobre abusos e ilegalidades tem vindo ao nosso poder, mas deixamos de as mencionar, pois acreditamos ser tempo perdido as levar ao conhecimento...” (*O Cachoeirano*, 11/03/1894)

Segundo SALETTO (2005), O PRC enfrentou sua primeira grande dissidência estadual em 1894, quando um projeto permitindo a reeleição dos governadores apresentado ao Congresso Legislativo estadual garantiria a recondução de Moniz Freire ao poder. Das dissidências, divisões, conciliações e acordos políticos o que se observa é a inexistência da fidelidade partidária, tema tão recorrente no Brasil atual, mas que também era corriqueiro durante a Primeira República. Quando eleitos, muitos dos políticos, com as vagas nas mãos, mudavam de partido. Muitas vezes, essas conciliações aconteciam porque ser indicado pelo governo “garantiria” ser eleito. Ser oposição, conseqüentemente, representava o afastamento temporário, mas não do poder.

No âmbito federal, em virtude da guerra civil no sul do país e da Revolta da Armada, as eleições presidenciais para a sucessão de Floriano Peixoto são adiadas de 20/10/1893 para 01 de março do ano seguinte. O sucessor de Floriano é o paulista Prudente de Moraes, primeiro Presidente civil do Brasil, foi eleito com 290.883 votos e 266.000 de Manoel Vitorino, seu vice, ambos empossados em 15/11/1894, sem a presença de Floriano Peixoto.

A candidatura de Prudente de Moraes foi lançada pelo Partido Republicano Federal, partido fundado em 1893 e que representou a primeira tentativa de criação de um partido de âmbito nacional na República. Dentre as lideranças responsáveis pela criação do partido, estão Francisco Glicério, um dos principais líderes republicanos de São Paulo; Aristides Lobo; o próprio Prudente de Moraes; Quintino Bocaiúva e Manoel Vitorino, todos republicanos históricos. Estes sentiam a necessidade de um partido por meio do qual pudessem coordenar a política federal e, em particular, a eleição direta para Presidente da República, após anos de governos militares.

A vitória do candidato lançado pelo partido não representou a integração do partido tanto em nível nacional quanto estadual, pois esse rachou em duas facções: os Republicanos e a Concentração. Os partidos estaduais que se filiaram ao PRF mantiveram suas denominações, procurando manter sua autonomia, fato ocorrido no Espírito Santo com o Partido Republicano Construtor.

A posse do novo presidente é um ato simples, reunindo pouca gente e nenhuma autoridade oficial do governo anterior. No entanto, conta com o valioso apoio do mais importante partido político do país, o Partido Republicano Paulista, e de grupos partidários estaduais. Suas atitudes iniciais, que vão desde a publicação de um Manifesto à nação, publicado em 15 de novembro de 1894, até a composição ministerial, são marcadas pela conciliação e pela cautela, isso para não promover rupturas abruptas, desagradando ao setor florianista.

Ações do governo no sentido de enxugar a máquina pública são tomadas revelando persistência e tenacidade do presidente. Dentre elas, destacam - se: introdução do sistema de despachos coletivos dos ministérios em que os ministros se reúnem e discutem projetos particulares de cada pasta, demissão de funcionários públicos contratados ilegalmente; veto para o aumento dos quadros do exército; dissolução de batalhões patrióticos; ampla liberdade

de imprensa, que permite a revelação e a denúncia de fuzilamentos e assassinatos permitidos pelas autoridades anteriores, fortalecendo as posições do governo, entre outras.

Prudente de Moraes, a partir de 1896, vê a emergência de diversos incidentes políticos e só conseguirá dominar a situação pouco mais tarde. Sofre dura oposição dos partidários de Floriano e dos jacobinos, que tentam manter a situação do governo anterior “(...) seja para não perderem a influência que haviam adquirido, seja por convicções republicanas radicais e/ou militares que seriam contrariadas pela consolidação da ordem oligárquica e do poder civil”. (SALETTTO, 2005, p. 12) Nessa mesma linha de raciocínio, CAMPELLO DE SOUZA (1980) destaca que divergências entre o PRF e o Presidente da República giravam em torno da disputa pelo maior poder nas decisões relativas à política dos Estados, bem como pelo apoio presidencial aos seus interesses. Em meio aos problemas enfrentados por Prudente, outro parece providencial e aparentemente dá a vitória pacífica e legal ao jacobinismo: sua doença e seu afastamento temporário do governo. Em 10/11/1896, ele pede licença do cargo para tratamento. Assume seu vice, Manoel Vitorino.

O Espírito Santo, entre 1892 e 1896, antes da crise do café, caminha sob a bem sucedida administração Moniz Freire que, favorecido pela conjuntura internacional de alta no preço desse produto, punha em prática, e com relativo sucesso, um programa bastante visionário e empreendedor, principalmente no que se refere à construção de estradas de ferro para o escoamento da produção de café. Segundo SALETTTO (2005), o estado vivia uma fase de progresso e euforia como nunca conhecera e o governador elaborou um programa cujos pontos principais incluíam a construção de uma ferrovia que ligasse a região sul do estado a Vitória, “(...) permitindo à economia capixaba escapar ao sistema comercial e financeiro do Rio de Janeiro que provocava uma permanente sangria da renda gerada pela produção cafeeira (...)”. (SALETTTO, 2008, p. 16). Além dessa ferrovia, Moniz objetivava melhoramentos para a capital como saneamento, água, transportes, bem como a introdução de imigrantes no estado, entre outros. Contudo, o que se observa é que as condições para a implementação de tão audacioso programa não foram tão favoráveis. Um exemplo disso é que, em 1895, foi inaugurado o trecho Vitória – Viana, mas só em 1902 a ferrovia chegou até as áreas de colonização européia do sul, não chegando a Cachoeiro em função da crise do café, ocorrida no fim do século.

No que se refere à política, as dissidências políticas ocorridas no período, particularmente ligadas às candidaturas pleiteadas por indivíduos, mas não aceitas pelos partidos, demonstram as divergências internas das quais essas agremiações eram vítimas. A sucessão de Moniz Freire, em 1896, entre outros fatos, reflete muito bem essas questões, pois o PRC opta pela candidatura de Graciano Neves, mas o senador Domingos Vicente, do mesmo partido, também se lançou candidato com o apoio da oposição, a União Republicana. Apesar da derrota do PRC em alguns municípios, Graciano Neves sagrou-se vitorioso, embora não tenha cumprido todo o mandato, pois renunciou antes da metade deste, em 15/09/1897.

Ainda no governo de Moniz Freire, em 1896, a União protagoniza um dos capítulos mais renhidos das disputas políticas em Cachoeiro de Itapemirim. As eleições para presidente do estado, vice-presidente e governadores municipais, para 02 de fevereiro, seriam marcadas por intrigas, fraudes eleitorais, tentativa de incompatibilização de candidatos, intervenção do presidente do estado, assim como da Corte de Justiça.

A chapa da União para governadores municipais ficou assim definida: Carlos Pinheiro de Souza, fazendeiro que disputava a reeleição; Argemiro de Macedo,¹⁹ negociante, neto do Tenente Coronel José Pinheiro de Souza Werneck, importante fazendeiro e político de família tradicional na região de Muqui; Agrimensor Túlio de Alencar Araripe²⁰, fazendeiro na região de Conceição de Castelo, proprietário da fazenda Montevideu; Francisco de Souza Monteiro Sobrinho, fazendeiro, primo de Bernardino e Jerônimo; e Bernardo Horta de Araújo, farmacêutico. A ausência não justificada de Diogo Amorim nessa chapa é um fato bastante interessante, uma vez que poderia concorrer à reeleição pelo partido, pois era uma de suas mais importantes lideranças. Na chapa da União, concorrendo ao cargo de juiz distrital, aparece o nome de um importante membro do Partido Construtor: Francisco Marques y Guardia, em virtude da dissidência do PRC. Já a chapa do PRC para governadores municipais, ficou definida assim: Pinheiro Jr.; Bernardino Monteiro²¹; Luiz Carlos de

¹⁹ Capitão – ajudante da Guarda nacional nomeado por decreto de 23/09/1902, era neto do Tenente Coronel José Pinheiro de Souza Werneck e D. Euphrasia Goulart, filho de D. Rosalina. (MARINS, 1920, p. 158. e MACIEL, p. 259)

²⁰ Fazendeiro na região de Conceição de Castelo, proprietário da fazenda Montevideu. (ZANDONADI, Máximo. **Venda Nova do Imigrante: 100 anos de colonização italiana no Sul do Espírito Santo.** 1992, p. 34.

²¹ Bernardino Monteiro nasceu em 06/10/1864 e faleceu em 01/03/1930. Graduiu-se advogado em 1893 e começou a advogar em Cachoeiro de Itapemirim um ano depois. Casou-se em 25/12/1894 com a filha de Gil Diniz Goulart, Inah Diniz Goulart. (NOVAES, Maria Stella. **Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979).

Miranda Jordão²², fazendeiro da região de Muqui, importante político que fez carreira ainda no Império pelo Partido Liberal, vereador da câmara municipal, além de outros cargos; João de Souza Moura²³, fazendeiro na região de Castelo; Cel Bernardo D' Almeida Ramos²⁴, importante fazendeiro também de Castelo, proprietário da fazenda Macuco, genro de José Vieira Machado. Na chapa construtora, também há uma ausência: a de Lafayette Bernardes, sem motivo declarado. As ausências de Diogo e de Lafayette, embora não seja possível afirmar com certeza, fazem parte de uma prática política da época, caracterizada pelo controle das mesas eleitorais onde as eleições se faziam e as irregularidades aconteciam. Tanto que os dois candidatos terão um papel destacado nesse pleito municipal liderando as juntas apuradoras. A sede do município foi dividida em quatro seções que funcionariam, respectivamente, na Casa do Governo Municipal, na secretaria do Governo Municipal, no Grêmio Bibliotecário e no Colégio Quintiliano Azevedo.

As eleições prometiam ser acirradas, pois, já na edição de *O Cachoeirano* de 26 de janeiro de 1896, às vésperas da eleição, a oposição acusa o PRC de divergências internas quanto à sua chapa para governadores municipais: o governador Moniz Freire estaria intervindo nas eleições ameaçando de demissão os que não votassem nos candidatos de seu partido e que “(...) um governo moralizado não consente ou permite que seus auxiliares se submetam a exigências indecorosas, nem aterroriza-os (...)”. Os construtores afirmavam que a União, antevendo sua derrota nas eleições, procurava, mesmo antes do pleito, ensaiar justificativas para a possível perda, recorrendo ao quase sempre propalado discurso da existência de “fraudes e atas falsas”.

Chamam Bernardo Horta de pseudo-donatário, de Mestre Horta, definindo-o como contra-regra e que este teria dito, para justificar as supostas fraudes, que o presidente do Alegre não enviara os títulos à comissão seccional da Valla do Souza com o intuito de prejudicar a

²² Luiz Carlos de Miranda Jordão nasceu no dia 06/09/1846, em Vassouras, Rio de Janeiro, indo fixar residência no município de Paraíba do Sul. Foi voluntário na Guerra do Paraguai, embora não tenha seguido para a guerra. Militou no Partido Liberal durante a monarquia, exercendo diversos cargos públicos. Veio para o Espírito Santo em 1879, eleito vereador da câmara municipal, além de juiz distrital já no período republicano. Foi sócio fundador do Grêmio Bibliotecário, membro fundador da Loja Maçônica, fazendeiro da região de Muqui. Foi nomeado Tenente Coronel da Guarda Nacional em 23/09/1902. (*O Cachoeirano*, 01/05/1910. MACIEL, p. 259)

²³ Tenente coronel da Guarda Nacional, fazendeiro na região de Castelo.

²⁴ Bernardo de Almeida Ramos era filho de João Luiz de Almeida Ramos. Nasceu no dia 22 de abril de 1838, em Conservatória, Rio de Janeiro e, ainda muito cedo, mudou-se para Castelo, tornando-se fazendeiro, dono da fazenda Macuco. Em 21/12/1869, casou-se com Izabel Vieira de Almeida, filha de José Vieira Machado, da fazenda Povoação. Em 18/08/1892, casou-se de segundas núpcias com Almerinda Alves Ferreira de Almeida. Exerceu os cargos de juiz distrital, em Castelo, suplente de juiz de direito e governador municipal entre os anos de 1896 e 1900. (*O Cachoeirano*, /12/1902)

oposição em 100 votos. O PRC satiriza essas declarações, perguntando se a oposição teria 100 votos em Valla do Souza e conclui da seguinte maneira: “(...) Bernardo fala em 100 votos como quem fala em 100 pílulas”. “Essa Valla do Souza será uma valla ... commum? (Estado do E. Santo, 29/01/1896). Os ataques contra Bernardo Horta parecem prever o papel de destaque que ele exerceria nessa eleição, bem como a já corriqueira prática de troca de farpas de ambas as partes tanto na véspera, quanto no decorrer dos processos eleitorais.

À divulgação dos resultados seguiu-se a acusação de que a 2ª, a 3ª e a 4ª seções de Cachoeiro de Itapemirm, a seção de Estação do Castelo e a 2ª e a 4ª secções de Muqui seriam “(...) nullas pelos vícios insanáveis das eleições n’ellas procedidas”. (*O Cachoeirano*, 09/02/1896) O governo, segundo a oposição, usou todos os meios para ganhar as eleições, desde ameaças e notícias falsas, até tentativa de dificultar o acesso de eleitores às seções. A partir daí, o que se vê é a tentativa de anulação dos votos das seções citadas, pois, segundo unionistas, seus resultados foram alterados para dar a vitória aos construtores. De acordo com os resultados expostos pelos unionistas, seus candidatos aparecem à frente dos do Partido Construtor. Segundo seu jornal, todos foram eleitos, inclusive os candidatos a juiz distrital, conforme demonstra a tabela abaixo, em que os unionistas aparecem muito à frente dos construtores.

Candidatos	Cachoeiro	Conceição do Castello
Bernardo Horta	85	80
Francisco Monteiro	82	80
Carlos Pinheiro	82	84
Túlio Araripe	82	84
Argemiro Macedo	82	80
Dr. Pinheiro Jr.	56	74
Dr. B. Monteiro	55	70
Luiz Carlos M. Jordão	54	70
João Moura	54	74
Bernado D’ Almeida	53	74
Quintiliano Azevedo	1	-

Fonte: *O Cachoeirano*, 09/02/1896

Os candidatos da União atacavam os construtores dizendo que estes estariam desnorteados por não terem atingido o poder, além de estarem tão convencidos da derrota que se, porventura, a ordem fosse perturbada, saberiam a quem acusar nominalmente, referência explícita aos construtores, que, insatisfeitos com a “derrota”, tomariam alguma atitude para recobrar o que perderam nas urnas. Já os construtores, em artigo publicado no “*Estado do E. Santo*”, de 25/02/1896, intitulado “A Apuração no Cachoeiro do Itapemirim”, tendo como porta-voz Dragueiro e Sá, relatam as formas pelas quais a União tentou ganhar as eleições e os meios usados por ela, como a exploração de ressentimentos nacionais, súplicas, ameaças, suborno. Entretanto, tudo foi inutilmente utilizado pelo que ele chama de uma “(...) horda de quadrilheiros políticos”. Segundo Dragueiro e Sá,

“(...) a sede de poder que os devora e querem mitigar, custe embora o menosprezo da lei, (..) a violação da justiça, o rebaixamento da dignidade nacional, a tranqüilidade do lar; a luta á braço armado, o morticínio em massa, a conflagração, a desorde o extewrminio de tudo o que se opposer a esse cathaclisma por entre o qual querem abrir a passagem os caricatos tiranetos do Cachoeiro do Itapemirim”. (*Estado do E. Santo*, de 25/02/1896)

À suposta vitória dos unionistas, há uma contestação veemente do PRC acerca dos resultados. Em outro artigo datado de 26/02/1896, de mesmo autor denuncia como se montou a mesa apuradora para a fraude e que, mesmo sendo anuladas algumas seções, por quase nada os resultados não davam a vitória aos unionistas, daí a atuação de Bernardo Horta no sentido de tornar os candidatos construtores inelegíveis. Segundo Dragueiro e Sá,

“O boletim eleitoral dado à publicidade nesta folha, mostra que a chapa Constructora para Governadores Municipais foi suffragada com 2.267 votos, e a da União com 1.606, donde tira-se a media da votação constructora 453 e da unionista 321, havendo a nosso favor a maioria de 132 votos. O chefe do partido da união, o mais votado não conseguiu mais que 332 votos, enquanto que o menos votado da nossa chapa conseguiu 442. Foram mezas compostas por ambos os partidos porque sendo nós constructores que as organisamos não pocuramos de forma alguma entorpecer a ação de nossos adversários. (*Estado do E. Santo*, 26/02/1896)

O autor destaca ainda algumas irregularidades praticadas pelos unionistas e que, diante da derrota, era necessário anular os resultados das seções onde a votação a favor dos construtores era maior. Ainda segundo o artigo, por razões pequenas como seção com cédula a mais para juízes distritais ou mesa que recebe voto em separado cujo nome do eleitor não consta na lista de chamada, mesmo anulando essas seções, a vitória ainda assim era do Partido Construtor.

Bernardo Horta de Araújo figura entre os responsáveis por articular a anulação dessas secções, bem como pela tentativa de incompatibilizar os candidatos do PRC. As ações dos unionistas, algumas encabeçadas por ele, começam pela tentativa de incompatibilizar tanto a junta apuradora das eleições, composta por Lafayette Bernardes, Manoel Pedro Victorino do Rozário²⁵, Geraldino Avelino de Freitas, Antonio José Ramos e Eugênio Pires de Amorim, quanto os candidatos eleitos do Partido Construtor. Um dos alvejados pelos unionistas é Lafayette Bernardes, membro da junta apuradora das eleições e do PRC que, segundo afirmam, não poderia exercer o cargo de governador municipal, pois ele mesmo aceitou o cargo de suplente de juiz de direito e que "(...) de acordo com o at. 17, parte 3ª da lei nº 6, não podem ser cumulativas as funções de governador e membros da magistratura". (*O Cachoeirano*, 23/02/1896) O presidente do governo municipal em exercício, Francisco Vieira Ramos, uma vez que Francisco Marques y Guardia lançara-se candidato a juiz distrital na chapa da União afirma, em telegrama ao governo estadual, que Lafayette Bernardes perdeu o cargo de governador municipal.

Em editorial de 01 de março intitulado *A Apuração*, *O Cachoeirano*, publica artigo em que se lê:

“ A 22 do findo mez, reuniu-se no edifício do Governo Municipal a junta apuradora e verificadora das eleições municipais procedidas n’este município a 2 do findo mez. A junta ficou composta dos srs. Governadores municipais Tenente Coronel Francisco Vieira Ramos, como presidente e como membros Carlos Pinheiro de Souza, Diogo Pires de Amorim e Antônio Bernardino Ferreira Rios²⁶. Foram apurados os resultados eleitoraes de todas as secções do município, excepto as das 2ª, 3ª e 4ª secções da cidade de Cachoeiro por ter sido approvedo pela junta protesto appresentado pelo candidato e fiscal que hoje publicamos”. (*O Cachoeirano*, 01/03/1896).

Formou-se, então, outra junta apuradora, paralela, ao que parece, àquela determinada pela lei, composta pelo Tenente Coronel Francisco Vieira Ramos, presidente, Carlos Pinheiro de Souza, Diogo Pires de Amorim e Antônio Bernardino Ferreira Rios, figurando com mais uma

²⁵ Manoel Pedro Victorino do Rozário era natural de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e mudou-se para Cachoeiro em 1854. Foi pequeno comerciante ao lado norte da cidade, casado de primeiras núpcias com D. Quintiliana, filha de José Baptista de Oliveira, dono da fazenda Cachoeira Alegre; casou-se mais duas vezes.

²⁶ Antonio Bernardino Ferreira Rios era filho de Bernardino Ferreira Rios, sogro de Francisco de Souza Monteiro, de quem este foi empregado, importante fazendeiro e comerciante de Cachoeiro, proveniente de Paulo Moreira, província de Minas Gerais, e genro do tabelião Joaquim Jorge. Era também guarda livros e, segundo MARINS (1920, p. 177), dava-se a advogado. Era casado com D. Leonarda Quintaes, matrimônio ocorrido em 02/12/1882.

manobra da oposição para articular a derrota dos candidatos da situação, incompatibilizando seus candidatos Pinheiro Jr., Bernardino Monteiro e Bernardo d' Almeida Ramos.

Para Dragueiro e Sá, como os unionistas não conseguiram vencer os construtores pelo voto, era necessário encontrar outro meio para não permitir a ascensão desses três indivíduos ao poder municipal. Assim, o presidente do governo municipal, para organizar a junta apuradora, retira do cargo de governador Lafayette José Bernardes, porque este foi suplente de juiz de direito e dá posse ao governador Diogo Pires de Amorim, que há muito não podia exercer o cargo. Exonerou ainda o tesoureiro do governo municipal para fazer parte da mesma junta. O presidente afirma ainda que há vinte dias esse plano vinha sendo arquitetado pela União e que tal teve o intuito de enganar o povo de Cachoeiro, que confia nesses políticos, os quais chama de oligarquia. Defendendo-se das acusações, Lafayette Bernardes e Pinheiro Jr. apresentam protestos questionando o caráter verificador da junta, quando ela deveria exercer apenas função apuradora.

Os argumentos de Bernardo Horta contra os candidatos do Partido Construtor giram em torno do acúmulo de funções, como as de suplente de juiz de direito, advogado e juiz distrital, que, segundo o autor, não podem ser cumulativas com a função de governador municipal. Para ele, a questão central decorre do fato de que o exercício das funções tanto de juiz distrital, de direito ou mesmo suplente ou advogado, afetaria um princípio norteador das eleições: o da livre manifestação dos cidadãos nas urnas não sendo, assim, influenciados por pressões e/ou favores que poderiam exercer os candidatos no exercício dessas funções. Entretanto, o que se observa do processo eleitoral é exatamente isso. Independentemente do fato de o candidato exercer ou não esses tipos de funções, os favorecimentos aconteciam, as fraudes e as pressões também, uma vez que é característica da Primeira República esse tipo de atitude. Por que a profissão de advogado pode ser impedimento ao exercício da função de governador municipal se ela é pressuposto de prestígio nesse contexto? A seguir, Bernardo Horta passa a demonstrar as irregularidades que, segundo ele, teriam acontecido na 2^a, 3^a e 4^a secções eleitorais²⁷.

²⁷ Primeiro ele fala da 2^a secção que funcionou na secretaria do Governo Municipal e que fora presidida por Lafayette Bernardes. Sobre a 3^a secção que funcionou no Grémio Bibliotecário e que teve como presidente o Dr. José Espíndula Batalha Ribeiro, Bernardo Horta afirma que assinaram o termo declarando que compareceram 159 eleitores, mas apenas 95 votaram. Além disso, o presidente emitiu duas cópias da ata, ao invés de três e que a mesma não foi transcrita no livro do escrivão, o que para ele, torna a eleição nessa secção, nula. Sobre a 4^a secção que funcionou no

Ele também ataca Lafayette José Bernardes, visto que este convocou os cidadãos Antonio de Almeida Ramos, Geraldino Avelino de Freitas e Manoel Pedro Victorino do Rozario para fazerem parte da junta de apuração como suplentes de governadores municipais. No entanto, segundo o autor, só poderia ser suplente quem obtivesse a 9ª parte do total dos votos na última eleição, o que não aconteceu. Ainda segundo a lei, os suplentes substituirão os governadores municipais no último ano do quadriênio quando se dá a hipótese prevista no fim do art. 21 (morte, resignação ou perda do lugar) e, em caso de ausência por mais de 30 dias do município, não comparecimento a três sessões consecutivas, fato que não ocorreu. Isso deixa claro que a União objetivava deslegitimar a junta apuradora liderada por Lafayette Bernardes que teria agido ilegalmente no cargo de governador municipal, o que torna suas ações também ilegais. Para finalizar, o autor pede que os envolvidos sejam punidos criminalmente pelo artigo 117 do Código Criminal.

A partir do dia 03 de maio, o alvo das críticas passa a ser o Congresso, que não acatou a decisão do governo municipal em tornar ilegal a junta apuradora liderada por Lafayette Bernardes e também por não se decidir sobre qual das duas juntas-se a liderada por Diogo Amorim, unionista, ou aquela liderada por Lafayette, construtora - seria considerada legal: “(...) preferio a evasiva de tal ou tal apuração estar de accordo com as authenticas parciaes”. (*O Cachoeirano*, 03/05/1896). E mais: ao tomar conhecimento de que o governo do Estado enviaria força policial para dar posse aos governadores eleitos ilegalmente – entenda-se os construtores - a União convida os eleitores a comparecerem à redação de *O Cachoeirano* para resolverem o que farão quanto a isso.

Para resolução do impasse sobre a inelegibilidade dos candidatos do PRC, há uma interferência do presidente do Estado, à época Moniz Freire, e da Corte de Justiça, que resolvem não aceitar os protestos da União, o que, é claro, não é aceito pacificamente uma vez que todos os recursos e artimanhas engendradas para incompatibilizar os adversários não lograram êxito. A decisão do Congresso Estadual foi favorável àquela junta apuradora liderada por Lafayette Bernardes, cuja resolução foi

“Existindo duas actas, differentes, da apuração feita no Cachoeiro de Itapemirim, assignada uma pelos cidadãos Lafeyette José Bernardes, Manoel Pedro Victorino do Rozario, Geraldino Avelino de Freitas, Antônio José Ramos, dr. Eugenio Pires de Amorim(Fiscal) e outra pelos Srs. Francisco Vieira de Almeida Ramos, Longo Baptista Pereira, Carlos Pinheiro de Souza, Diogo Pires de Amorim e Antonio Bernardino Ferreira Rios, a comissão apurou a primeira, por ter verificado não achar a segunda de accordo com as authenticas parciaes das diversas secções dessa localidade. Essa verificação foi feita por alta e habitual recreação do Congresso, pois que artigo algum de lei auctoriza”. (*O Cachoeirano*, 03/05/1896)

À decisão de legar à Corte de Justiça do estado o dever de resolver o impasse tanto das duas juntas quanto da incompatibilidade dos candidatos seguiu-se um debate pela imprensa sobre a legalidade dessa corte nas soluções de problemas que, segundo a União, feriam o princípio da autonomia municipal. Os construtores defendem a decisão da Corte por meio de seu jornal, elencando alguns questionamentos interessantes, tais como: Quem defende a autonomia municipal: os que defendem o resultado legítimo das eleições, ou quem deseja incompatibilizar três candidatos eleitos e dar o cargo a outros três derrotados nas eleições? Seria interessante o governo do estado intervir no caso, pondo um grupo contra o outro, ou que ele submeta ao tribunal a interpretação da Lei?; O governo decidir à força quem é que tem razão, ou que a decisão seja tomada no calmo terreno do direito? Numa situação em que dois grupos se acham investidos de razão, por qual dos dois deve decidir o governador? (*Estado do E. Santo*, 24/04 e 01/05/1896)

Os construtores justificam a atitude acertada do governo do estado em legar à Corte de Justiça o veredicto sobre a situação das eleições de Cachoeiro, pois Moniz Freire poderia ter decidido em favor de seus correligionários. No entanto, argumentam que a Corte de Justiça é um poder estranho e independente dos partidos políticos. Quanto à ausência de autonomia municipal da qual acusam os unionistas por causa das decisões tomadas pelo governador, afirmam que este agiu respeitando o constitucionalismo moderno, pois quem é que obteve a maioria dos votos nas eleições? Seria justo um pleito em que vencidos ocupariam o lugar dos vencedores? Cabe à Corte de Justiça legislar sobre essa questão e, particularmente, sobre a incompatibilidade dos candidatos, a validade das eleições, entre outras coisas.

Na resolução nº 34 da Corte de Justiça, datada de 01/05/1896, que trata das eleições municipais de Cachoeiro, há um fragmento sobre as atribuições da junta apuradora numa eleição municipal: o de somar os votos e não anular as eleição e/ou verificar poderes dos

eleitos. Em seguida, esclarece que as funções de advogado e de outros cargos de auxiliar de autoridade judicial não são motivo para incompatibilizar funcionários, desde que não sejam cumulativas, ou seja, exercidas ao mesmo tempo. Não poderiam desempenhar funções de magistrados (e seus auxiliares) e de governadores municipais ao mesmo tempo, conforme lei nº 11, at. 57 e não estão de acordo com a lei nº 6, artigo 17, parágrafo 3 e 4 que declaram não poder exercer a função de governador municipal membros da magistratura e serventuários da justiça. Afirma ainda que o artigo 14 da Lei nº 7 de 28 de julho de 1892 não inclui na profissão de advogado membros da magistratura ou seus auxiliares.

“Considerando que esse auxílio é, de todo ponto, indirecto, e repugna até certo ponto ao simples bom senso considerar os advogados como autoridade judiciária, conclusão a que se chegaria si se considerasse compreendidos no artigo . 57 da lei n. 11 e artigo 17 da lei n. 6; Considerando que o suplente de juiz de direito, não percebendo rendimentos effectivamente, e sim acidentalmente, não pode ser tido como empregado público remunerado”. (decisão de 01/05/1896, publicada no *Estado do E. Santo* de 07/05/1896)

Assim, a Corte de Justiça decidiu que, reunido em junta apuradora, o governo municipal não tem competência para anular eleições nem para verificar poderes dos eleitos. Decidiu ainda: a verificação compete ao governo eleito; os auxiliares das autoridades judiciais não estão inibidos ao receber votação e que a incompatibilidade declarada na lei n. 11, de 12/07/1892, só afeta o exercício do cargo; não é incompatível a profissão de advogado para o exercício da função de governador municipal; o suplente de juiz de direito não é empregado público remunerado.

Em telegrama ao presidente do governo municipal, Moniz Freire julga como ilegal e anárquico o procedimento de membros de Cachoeiro na tentativa de tornar incompatíveis candidatos eleitos legalmente e que a própria Corte de Justiça se pronunciara a favor desses candidatos e contra essa tentativa de inelegibilidade. Resultado: dia 23/05/1896, depois que toda confusão fora solucionada acatando a deliberação da Corte, deu-se a posse dos candidatos eleitos: Cel Bernardo D’Almeida Ramos, presidente interino; Pinheiro Jr., Bernardino Monteiro; João Moura; Luiz Carlos Jordão; Bernardo Horta de Araújo e Carlos Pinheiro de Souza. Bernardo Horta se pronunciou e explicou sua posição e de seu companheiro, Carlos Pinheiro de Souza que, não reconhecendo legalidade alguma na intervenção do presidente do Estado e da Corte de Justiça em assunto que afeta a autonomia municipal, mas tendo o presidente do governo declarado aceitar a opinião da Corte como lei,

resolve acatar a decisão. Bernardo Horta de Araújo exerceu nesse período, por diversas vezes, o cargo de presidente do município, especialmente entre dezembro de 1897 e maio de 1898, setembro de 1898 e maio de 1899.

Terminava assim um dos pleitos mais renhidos, senão o mais, da primeira década republicana em Cachoeiro de Itapemirim, em que toda tentativa por parte da União Republicana de incompatibilizar os candidatos construtores não surtiu o efeito desejado e acabou por oportunizar a intervenção do próprio presidente do Estado, Muniz Freire, e da Corte de Justiça em favor do PRC. Deve-se destacar a atuação decisiva de Bernardo Horta na esfera municipal, embora este não estivesse desempenhando nenhum cargo político de relevância. Desde as articulações com as dissidências para lançamento de candidaturas, até sua atuação frustrada na tentativa de incompatibilizar os candidatos da oposição nesse pleito sua atuação foi categórica. Não obstante a isso, seu papel era exercido do ponto de vista intelectual e da informação através do jornal *O Cachoeirano*, do qual foi redator chefe durante muitos anos²⁸.

Em 26 de dezembro do mesmo ano, 1896, Bernardo Horta contraía matrimônio com Angelina Ayres, filha do coronel Joaquim Manoel Martins Ayres²⁹, importante comerciante da cidade, comprador de café da firma Faria & Comp., sediada no Rio de Janeiro, e D. Maria Cardoso Ayres. Bernardo Horta tinha trinta e quatro anos de idade na época e sua esposa, quatorze, diferença comum para a época. O enlace matrimonial ocorreu na casa da noiva, na rua 25 de Março, 10, e foram testemunhas os Drs. João Dias de Freitas e Raulino de Oliveira, entre outros. Desse consórcio nasceram cinco filhos: Fábio, Zilma, Lélia, José e Maria Isabel. (Anexo 2) Angelina Ayres Horta faleceria de tuberculose, no Rio de Janeiro, em 29/11/1905, aos 23 anos de idade.

O ano de 1896, além de sido marcado por um pleito municipal bastante conturbado e pelo casamento de Bernardo Horta, marca também a dissolução da União Republicana Espírito

²⁸ Bernardo Horta foi redator chefe de *O Cachoeirano* entre os anos de 1888 a 1899, fazendo oposição aos governos estaduais e municipais que se seguiam entre essas datas. Cachoeirano, fevereiro de 1913.

²⁹ Joaquim Manoel Martins Ayres nasceu em Portugal, no dia 15/04/1853 e chegou no Rio de Janeiro em 1870, empregando-se na conceituada Fotografia Imperial, cujo proprietário era o português Joaquim Pacheco e anos depois, em alguns anúncios datados de 1882, apresentava-se como fotógrafo da Casa Imperial. Em 1879, casa-se com Maria Cardoso Ayres, no Rio de Janeiro, mas passa, em seguida, a residir em Vitória. Foi pai de nove filhos: Judite, Angelina, Maria Izabel, Zélia, Joaquim, Felícia, Ida, Inah e Rômulo, sempre esteve ligado às questões políticas como a abolição da escravatura, ao republicanismo inclusive participando da fundação do Clube Republicano em Cachoeiro, da Loja Maçônica Fraternidade e Luz e da Santa Casa de Misericórdia. Faleceu no Rio de Janeiro em data ignorada. (LOPES, Almerinda da Silva. **Memória aprisionada: a visualidade fotográfica caxiense**. 1850-1950. Vitória: Edufes, 2002. p. 178-185.)

Santense e a adesão dos antigos unionistas ao Partido Republicano Federal. Essa agremiação, conforme dito anteriormente, fora a primeira tentativa de se criar um partido em âmbito nacional na república e, nos estados, os partidos aliados ao PRF mantiveram suas nomenclaturas e autonomia, caso, no Espírito Santo, do PRC.

Em Cachoeiro, o diretório do PRF era composto por Raulino de Oliveira, João de Souza Moura e João Cândido Borges de Athaíde. (*Comércio do Espírito Santo*, 26/12/1896) Essa adesão dos unionistas ao PRF se deu depois que importantes membros do PRC, como Torquato Moreira e Luiz Siqueira Lima, por divergências ocorridas no seio desse partido, negociaram com o setor florianista do PRF, fundando no estado uma seção regional desse partido. Isso ocorreu porque, após o término do mandato de Moniz Freire, este indicou Luiz Siqueira Lima para a vaga de senador pelo PRC. Entretanto, divergências internas culminaram com a candidatura de Henrique Coutinho, bem como com a exclusão de Torquato Moreira da chapa de deputados.

Assim, para as eleições federais de 1896 o PRF no Espírito Santo lançou Luiz Siqueira Lima para senador e Torquato Moreira, Campos Sobrinho e Bernardo Horta para deputados. Já o PRC lançou Henrique Coutinho como candidato ao Senado, Galdino Loreto, Pinheiro Jr.; e Jerônimo Monteiro na chapa de deputados. Deve-se destacar que, com o licenciamento de Prudente de Moraes em novembro de 1896 por motivo de saúde, Manoel Vitorino, que assumiu a vaga, começou a substituir funcionários federais no estado e a cassar nomeações de líderes do PRC na Guarda Nacional, nomeando partidários do PRF. Nas eleições federais de 1896, travou-se pelos jornais uma campanha violenta contra o Partido Construtor, quando houve pesadas acusações aos membros desse partido. Sobre o desfecho desse pleito eleitoral, SALETTO (2005) assim descreveria

“A polêmica nos jornais da situação e da oposição teve, portanto, como pano de fundo, a verificação de poderes no Congresso. Prudente reassumiu o governo e Torquato se apressou a felicitá-lo (O Comércio... 9-3-97) e, quando da derrota do exército em Canudos, que provocou violentas manifestações jacobinas contra o governo, Torquato mais uma vez telegrafou, manifestando solidariedade ao presidente e este, nas duas oportunidades, agradeceu (O Comércio... 14-3-97), enquanto o jornal oposicionista centrava fogo em José Monjardim, do P. Autonomista, que poderia entrar no “terço”, acusando-o, não sem alguma razão, de monarquista. Afinal, foram reconhecidos os candidatos do PRC – Henrique Coutinho, Galdino Loreto, Pinheiro Jr., Jerônimo Monteiro – e Torquato Moreira”. (SALETTO, 2005, p. 13)

Além da dissolução da União e a adesão ao PRF, o Partido Autonomista funde-se, em 1898, com o Partido Republicano Construtor. Forma-se o Partido Republicano Construtor Autonomista. Jerônimo Monteiro, contudo, desliga-se do PRCA, fundando com Ramiro de Barros o Partido da Lavoura, lançando o segundo como candidato ao governo estadual com o apoio da Concentração Republicana. Moniz Freire, candidato do PRCA, derrota Ramiro e é eleito para um segundo mandato.

Na esfera nacional, a sucessão presidencial de Prudente de Moraes torna-se tranquila e, em 15/11/1898, transfere o cargo para Campos Sales e sua saída é triunfante, sendo aclamado longamente pelas ruas. Campos Salles é eleito em 01/03/1898 com 174.578 votos contra 16.534 de Lauro Sodré. Seu vice será Rosa e Silva, eleito com 174.325 votos, tendo seu governo iniciado sob perspectiva otimista, num momento em que as lutas e cisões mais graves parecem entrar em declínio.

Campos Salles só pôde obter resultados satisfatórios porque, subindo ao poder, o jacobinismo e as dissensões estaduais estão praticamente controlados, por meio da ação enérgica do governo ou de acordos feitos por Prudente de Moraes. Mesmo antes da implantação da política dos governadores, o apoio que ele consegue no Congresso é geral. Os grupos oligárquicos estaduais no poder, que temem a possibilidade de intervenção federal a favor dos oposicionistas, ficam tranquilos com a posição governamental, embora a aparente calma pudesse degenerar em lutas políticas violentas.

O quadro nacional em que Campos Salles assume a presidência é de crise política, econômica e financeira. Ele tem clareza da ausência de uma base objetiva capaz de dar sustentação a um presidente para a implementação das políticas governamentais, porque: O PRF está cindido em alas que se opõem, o Congresso é fracionado em bancadas estaduais, divididas em correntes que oscilam segundo questões e estratégias de momento; o sistema partidário está basicamente estadualizado; o militarismo pretende-se depositário do poder; as facções oligárquicas se digladiam pelo poder nos estados. Do ponto de vista econômico-financeiro, o país encontra-se em um processo de depressão econômica e, enfrenta inflação galopante. Tem dívida externa elevada e há queda vertiginosa dos preços do café no exterior. Não obstante a tudo isso, acresce-se a agitação das classes populares urbanas, fruto do aumento dos preços. Para CAMPELLO DE SOUZA (1980),

“É preciso apontar aqui o seguinte fato: o poder legislativo, e não o judiciário, era o órgão verificador dos poderes dos deputados, senadores, presidente e vice-presidente da República. Dominar as eleições significava controlar automaticamente a comissão verificadora de diplomas, onde residia o fulcro das decisões...”. (CAMPELLO DE SOUZA, 1980, p. 182).

Campos Salles tinha consciência disso. Então, costura a política dos governadores, que garantia ao governo federal o apoio necessário traduzido, sobretudo, no fornecimento pelos governos estaduais de uma base eleitoral, enquanto o poder federal oferecia em troca apoio político e reconhecimento dos deputados eleitos pela oligarquia nos estados. Em caso de necessidade, o mecanismo da Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional se encarregava de corroborar com os resultados eleitorais, impedindo a titulação dos eleitos.

Seu objetivo é o estabelecimento de relações de compromisso recíproco entre o executivo federal e os executivos estaduais, formando um legislativo coeso no plano federal que sustentaria as decisões a serem implementadas por seu governo. No sistema instituído, os verdadeiros protagonistas do processo político eram os Estados, os quais, dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional, garantindo a governabilidade por meio do fortalecimento do poder executivo.

No que se refere aos partidos políticos no Espírito Santo, deve-se salientar que o Partido Republicano Federal sobreviveu aqui até 1899, quando parte de seus membros liga-se ao Partido Construtor Autonomista, dentre os quais Bernardo Horta de Araújo, Joaquim Pinheiro e Luiz Siqueira Lima, não sem enfrentar duras críticas. Dentre os objetivos dessa união está o apoio à candidatura de Moniz Freire ao governo estadual, em 1900. Os outros, dentre os quais Torquato Moreira, se reuniram sob a denominação de Concentração Republicana, empregada nacionalmente para designar remanescentes do PRF.

Luiz Siqueira da Silva Lima, tio de Bernardo Horta, era advogado, filho do Barão de Itapemirim e de D. Mariana Moreira Gomes, filha do coronel José Gomes Pinheiro, proprietário da fazenda São José. Formou-se em São Paulo, militou no Partido Liberal, exerceu cargos de vereador entre 1881 e 1884. Foi juiz distrital, juiz de direito da comarca de Cachoeiro de Itapemirim, e, posteriormente, senador pelo Partido Construtor. Segundo MARINS (1920),

“Foi proprietário da fazenda Bananal, onde por muito tempo residio, vendendo-a depois para o negociante de Castello, Antonio José Gonçalves. Homem de valor e energia foi chefe político acatado e sinceramente estimado pelo seu trato lhano e caracter bondoso”. (MARINS, 1920, p. 180)

A adesão de Bernardo Horta ao Partido Construtor Autonomista é justificada pelo fato de ele, em manifesto lançado em 18/11/1899, ter explicado que os chefes do ex-PRF apoiaram o programa de Campos Salles. Tal programa também recebeu apoio do Partido Construtor Autonomista, tanto que teve delegados na convenção que lançou a candidatura de Campos Salles à presidência. Logo, os programas políticos eram iguais. Assim, Bernardo Horta apoiava a candidatura de Moniz Freire “como o único competente para assumir este posto de sacrifício e graves responsabilidades”. (*O Cachoeirano*, 18/11/1899, citado pelo *Estado do E. Santo*, 5/12/1899).

Não é possível analisar essas adesões ao PRCA desconsiderando o contexto político-econômico federal e estadual. Campos Salles procurara, desde sua candidatura até sua eleição e durante o governo, promover a conciliação geral e isso se verificou com a elaboração da Política dos Estados, num momento em que a oposição vinha se enfraquecendo. Economicamente, o país passava pela crise do café, o que tornava a situação da economia brasileira muito difícil, pois tudo dependia desse produto. A crise representava uma política de corte de gastos e de saneamento das finanças públicas.

No Espírito Santo a situação não era diferente. Em 1898, José Marcelino, então governador do estado, “(...) enfrentou o agravamento da crise econômica, com uma seca que veio se somar à baixa no preço do café e à desvalorização da moeda brasileira”. (SALETTTO, 2008, p. 26). Ainda segundo SALETTTO (2008), a renda do estado que em 1897 foi de 4170 contos, já em decadência, despencou para 3.146 contos em 1899, ou seja, Moniz Freire, ao assumir o governo em 1900 encontrou o estado em situação de penúria. Politicamente, Moniz Freire buscou o mesmo caminho de Campos Salles, o da reconciliação das lideranças políticas que haviam se afastado do PRCA, dentre as quais Luiz Siqueira Lima, e o da aproximação de adversários, como Bernardo Horta.

Por causa de um suposto oportunismo em aderir ao PRCA, Bernardo Horta passa, então, a sofrer pesadas críticas por parte de Torquato Moreira, que publica caras em jornal, por meio das quais faz diversas acusações. Bernardo Horta procura defender-se e publica diversos

artigos em *O Cachoeirano*, justificando sua decisão de ligar-se ao Partido Construtor Autonomista. A citação a seguir representa parte da defesa de Bernardo Horta e, embora seja um pouco longa, julgo importante fazê-la:

“Collaborar na execussão do programma do exmo. Sr. Dr. Campos Salles? Só o podia fazer concentrando-me com o Partido Constructor, que com elementos radicaes de opposição organizou a legítima concentração neste Estado sendo esquecidos dissentimentos e rivalidades profundas, divergências de intuitos e de opinião, na conjuntura actual, collocando-se ou elevando-se à altura da missão patriótica que o patriotismo lhes destina, pondo ponto a esses dissentimentos e para collaborar eficazmente com o Poder Publico – como disse o creador da Concentração na Câmara dos Deputados a 21 de Novembro de 1899. Pela moralidade política? Mais uma vez declaro que não me utilisaria das cartas do sr. Torquato se elle não tivesse, para provar não sei ainda o que, publicado as minhas. Inesperadamente surge as candidaturas do sr. Ramiro de Barros à Presidência do Estado e do sr. Dr. Jerônimo Monteiro, como sabe o sr. Torquato, telegrapha dizendo ser- candidato á re-eleição!.... O meu fim é chegar à seguinte conclusão: fazer parte do Partido Constructor – Autonomista era o que devia fazer, sob qualquer ponto de vista que se queira estudar os acontecimentos. Em geral todos querem harmonia e apasiguamento das paixões, mas theoreticamente, quando fallão e não por vontade intima demonstrada por factos”. (*O Cachoeirano*, 04/01/1900)

O debate sobre a saída de Bernardo Horta e Luiz Siqueira Lima do PRF e a entrada no PRCA é assunto discutido diversas vezes pelos jornais, tanto da situação quanto da opposição. A principal acusação a eles reside no fato de que, primeiro, teriam se vendido em troca de cargo político, de fato conseguido, pois, logo em seguida, Siqueira Lima é eleito senador pelo PRCA. Os construtores defendem Siqueira Lima. Segundo eles, foi reparada uma injustiça e corrigido um erro cometido pelo partido em 1896. Por isso, lançaram-no como candidato ao Senado. Quanto a Bernardo Horta, a razão para sua adesão ao PRCA o mais alto patriotismo, pois era necessário para o bem do país e do Estado aderir ao programa político do presidente Campos Salles, o que só seria possível em um partido que comungasse com esse programa. No caso do Espírito Santo, o Partido Construtor Autonomista.

A adesão de Bernardo Horta ao PRCA é um fato que merece destaque. Desde 1890, conforme já fora dito, ele permaneceu na opposição e os cargos que conseguiu desempenhar na condição de opposição, como governador municipal, estão ligados mais ao âmbito municipal sem falar na redação de *O Cachoeirano*.

Quando se fala em política, essas atitudes de Bernardo Horta não devem ser vistas desprovidas de crítica. E se tratando de Brasil e de Primeira República, as mudanças de partido e as adesões a outros sempre são feitas na busca pelo poder. Todavia, há certa coerência de propósitos e de posições políticas nesse período que não deve ser descartada. Embora estivéssemos já no fim do século XIX, apenas onze anos se passaram da então institucionalização do novo regime, do qual Bernardo Horta foi um dos que, no Espírito Santo, ajudara a construir. Por isso, o contexto político-econômico do momento requeria uma posição de reconciliação e de união de forças para salvar um estado que se encontrava numa de suas mais duras crises.

Os reflexos da política estadual resvalam para os municípios e a política de Cachoeiro de Itapemirim acompanhará o ritmo das mudanças partidárias que se verificaram nesse momento. Dos candidatos lançados na chapa do PRCA, Bernardo Horta desponta como novidade e os demais, Agostinho Cruz, Francisco Gomes Pinheiro da Silva, Antonio da Roza Carvalho Machado e Francisco de Paula da Rocha Junqueira, este fazendeiro em Muqui, genro de Luiz Carlos de Miranda Jordão, cujo mandato se encerrava, já são figuras marcadas do antigo Partido Construtor. Já a oposição, representando a Concentração, tinha como candidatos Bernardino Monteiro, importante político do Partido Construtor, mas que, devido às mudanças políticas do Estado, passara à liderança da Concentração no município, e Marcondes Alves de Souza, político ligado à família Monteiro. A junta apuradora para essa eleição fora composta por Bernardo Horta, Cel Bernardino de Almeida e Tenente Cel João de Souza Moura. Foi também, nomeado pelos presentes o eleitor José Calazans, em conformidade com a lei 256 de 18/11/1897. O primeiro era candidato pelo PRCA; o segundo e o terceiro, antigos membros do PRC. No pleito municipal em questão, há uma inversão de posições entre Bernardo Horta e Bernardino Monteiro: enquanto aquele estava na oposição em 1896 e, em 1900, fazia parte da situação, este seguiu caminho inverso; saindo da situação em 1896 e foi para a oposição na eleição seguinte.

Das grandes lideranças políticas de Cachoeiro, quem manteve a posição foi Pinheiro Jr., que, desde 1897, rompera com Bernardino Monteiro. “*O Comércio do Espírito Santo*” de fevereiro de 1897 afirma que Pinheiro Jr. preside o governo municipal, mas sem maioria. Segundo a mesma fonte, Pinheiro Jr. se apoiava na força policial para não executar as deliberações da

Intendência Municipal e seu aliado é Eugênio Amorim³⁰. Pinheiro Jr. teria com o delegado interceptado papéis da Intendência que seriam levados a Bernardino para serem legalizados por ele. É impossível saber o que é verdade, mas o que fica claro é que Bernardino rompera com a situação estadual.

Sobre essas eleições para governadores municipais, assim como para presidência e vice-presidências do estado, o PRCA enfatiza a necessidade de conciliação, pois as finanças estaduais passam por um momento delicado em virtude da crise internacional do café. Para os construtores, a situação atual do estado requer sacrifícios, bem como o “abandono” dos interesses individuais e as rixas políticas, particularmente no que tange à classe da lavoura, numa tentativa de desarticular a atuação do Partido da Lavoura, recém-criado e que tem como liderança Jerônimo Monteiro. Segundo o PRCA, trata-se de “(...) um arranco de última hora...”. (*O Cachoeirano*, 11/01/1900)

Ao contrário do que ocorria em eleições anteriores, a oposição se enfraqueceu com a saída de Bernardo Horta e seu grupo. Apesar de denúncias e de um pouco de estardalhaço, apurados os resultados em 23 de fevereiro, foram eleitos os seguintes candidatos a governadores municipais³¹: Bernardo Horta de Araújo, obtendo 553 votos; Antonio da Roza Carvalho Machado, com 527 votos; Francisco Gomes Pinheiro da Silva, com 510 votos; Francisco de Paula Rocha Junqueira³², 506 votos; Agostinho Cruz, com 487 votos, (todos membros do PRCA); Bernardino de Souza Monteiro, com 290 votos; e Marcondes Alves de Souza, alcançando 279 votos (membros da Concentração Republicana). A diferença entre o mais bem colocado candidato da oposição, Bernardino Monteiro, em relação ao último colocado da situação, Agostinho Cruz, é de quase 200 votos, o que demonstra a força da situação no município, ancorada, é claro, no grupo que domina a cena política no âmbito estadual. Entretanto, mostra também que, apesar de a maioria eleita ser da situação, a oposição, mesmo enfraquecida, conseguiu eleger alguns de seus candidatos, embora pelo “terço”

³⁰ Comércio do Espírito Santo, 27/02/1897 e 04/03/1897.

³¹ Para suplentes foram eleitos José Alves Rangel, com 255 votos; Francisco Antonio de Moraes, com 245; e José Gomes Prates Junior (Este era português, fazendeiro, natural do Rio de Janeiro, casado com D. Maria Luiza Prates, obtendo a mesma quantidade de votos do segundo candidato). Os imediatos eleitos foram: João Finamore, com 54 votos; Rudoxio P. Caiado, com 51; Joaquim R. P e Souza, com 28 votos; e Antonio J. da Silva, alcançando 22 votos.

³² Francisco de Paula Rocha Junqueira era genro de Luiz Carlos de Miranda Jordão, cujo mandato de encerrava, casado com sua filha Climeria Junqueira. Era fazendeiro de São João de Muqui.

A oposição acusa os governistas de diversas irregularidades nessas eleições denunciadas em seu jornal, O Comércio do Espírito Santo, como já era de costume nesse período. Segundo a Concentração, teria havido pressão, ameaça, negação de títulos e votos aos eleitores da oposição e que as correspondências teriam sido extraviadas pelos correios para manejo político. Embora as eleições estivessem cercadas por diversas denúncias, elas não impediram que, em 23 de maio de 1900, fossem empossados os governadores municipais eleitos para o quadriênio 1900-1904. a seguir houve a eleição do presidente, tendo alcançado maior votação Bernardo Horta de Araújo, 2 votos, contra 1 dos candidatos Francisco Gomes Pinheiro da Silva, Bernardino Monteiro e Marcondes Alves de Souza, cargo que desempenhou durante praticamente todo o período.

Nesse período, divergências com Bernardino Monteiro, sem razões explícitas, embora seja uma provável continuação da briga entre Bernardino e Pinheiro Jr., , fazem Bernardo Horta pedir resignação do cargo presidente do governo municipal, procedendo-se, em 27 de novembro de 1900, 07 e 12 de julho três eleições consecutivas para o cargo. Bernardo Horta é eleito na primeira e, na segunda, é eleito Agostinho Cruz que diz não aceitar o cargo, embora não diga a razão para tal posicionamento. Depois de nova eleição, Bernardo Horta sagra-se vencedor obtendo 2 votos contra 1 de Agostinho Cruz, havendo um voto em branco. Em 02 de fevereiro de 1901, há uma eleição para juízes distritais de Conceição de Castelo e Castelo. Para este, o Partido Construtor lança a candidatura de Pedro Vieira da Cunha, João de Souza Moura, Manoel Antonio Carneiro e Joaquim Amâncio Fernandes, eleitos com 247, 216, 216, 187 votos, respectivamente.

Já em 07/05/1903, há a eleição de um governador municipal para preencher a vaga de Francisco de Paula Rocha Junqueira, que deixou o cargo. Dentre os candidatos, destaca-se Constantino Netto Serra³³, do Partido Construtor Autonomista, que derrotou, entre outros candidatos, Raulino de Oliveira, da Concentração. Duas semanas depois, em virtude de sua candidatura ao Congresso Federal, Bernardo Horta deixa o cargo de presidente do governo municipal. Ocorre a eleição de um novo presidente. Vence o governador municipal recém eleito Constantino Netto Serra, que obteve quatro votos contra um de Antônio da Roza Carvalho Machado. A vaga de governador municipal deixada por ele devido a sua eleição

³³ Constantino Netto Serra era empresário (comerciante), ganhou licitação para calçamento das ruas do município, bem como fazia parte da Empresa Força e Luz, responsável pelo abastecimento de água na cidade e pelo fornecimento de luz elétrica.

para a Câmara Federal é ocupada pelo tenente-coronel José Alves Rangel³⁴, integrante do PRCA e importante comerciante. Nesse mesmo ano, em dia 05 de abril, Carlos Augusto de Assumpção e Silva compra a Farmácia Horta de propriedade de Bernardo Horta desde 1882. (Anexo 4) A venda foi decorrência da dedicação à carreira de deputado federal, bem como de dívidas contraídas.

Para o quadriênio 1904-1908 vinte e seis indivíduos recebem votação, inclusive Bernardo Horta que, à época, exercia o cargo de deputado federal e que não se candidatara ao cargo de governador municipal. Isso não quer dizer que todos tenham sido candidatos, pois havia o pressuposto de que não necessariamente precisava ser candidato para ser votado. O Partido Construtor Autonomista lança, em 21 de janeiro de 1904, sua chapa que concorreria à eleição para presidência e vice-presidências do Estado, tendo como candidatos Henrique Coutinho para presidente, Cerqueira Lima, Constante Sodré e Argeu Monjardim, para as vice-presidências. Para governadores municipais, eleição marcada para fevereiro, a chapa do PRCA era composta por Dr. José Gomes Pinheiro Junior, Dr. Joaquim Teixeira de Mesquita³⁵, que era médico, Mileto de Almeida Ramos³⁶, genro de Luiz Siqueira Lima e capitão ajudante da Guarda Nacional, Marcondes Alves de Souza, que aqui aparece na chapa do PRCA, o que não acontecera em 1900, e Luiz Paulo de Azeredo Araújo. Em lançando seus candidatos, o Partido Construtor afirma que

“Os nomes que devem ser votados para dirigir os destinos do nosso Estado e constituir a representação municipal correspondem inteiramente a justa confiança do Partido e cada um delles encerra em si o prestígio, a orientação abnegada e o patriotismo na defesa dos direitos populares capazes, portanto de bem curar da causa publica”. (*O Cachoeirano*, 28/01/1904)

Bernardino Monteiro reclama das eleições. Segundo ele, ocorreram diversas irregularidades: eleitores que votaram em diversas seções, apresentando documento que comprovava o fato;

³⁴ José Alves Rangel era comerciante com firma de nome José Alves Rangel & Comp.

³⁵ Joaquim Teixeira de Mesquita era médico, filho do capitão Camillo Teixeira de Mesquita e D. Anna Teixeira de Mesquita. Nasceu em 06/12/1853, no município de Pirai, no Rio de Janeiro. Matriculou-se em 1873 na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cujo curso terminou em 1878. Formado, dedicou-se a profissão na sua cidade e depois em Barra Mansa. Nessa cidade, fez parte do Clube Republicano, do qual foi um dos fundadores, tendo, com o advento da República, exercido o cargo de governador municipal e, mais tarde, intendente geral com função executiva. Em 1893, transferiu-se para Cachoeiro de Itapemim, prestando serviços nas epidemias de varíola e cólera. Sem ser consultado, foi eleito governador municipal pelo Partido Construtor Autonomista, filiando-se a corrente de Pinheiro Jr. Foi deputado estadual e Senador da República. (MACIEL, 2001, p. 281-282)

³⁶ Mileto de Almeida Ramos foi nomeado capitão ajudante da Guarda Nacional em 23/09/1902

atas que não foram transcritas emitindo resultados diferentes, entre outras. Além dele, Bernardo Horta também questiona alguns fatos ocorridos em algumas secções, como, por exemplo, o fato de terem votado 141 eleitores, mas, na lista, constam apenas 140. A junta apuradora dá a vitória aos seguintes candidatos: Pinheiro Jr.³⁷, com 1028 votos, Joaquim Teixeira de Mesquita, 982, Pio Ramos, com 968, João de Souza Moura, com 839, Mileto de Almeida Ramos, 760, Luiz Paulo de Azeredo Araújo, 755 e Bernardino Monteiro, obtendo 657³⁸.

A presidência do governo municipal durante todo o quadriênio coube a Pinheiro Jr., líder do Partido Construtor Autonomista em Cachoeiro, embora exercesse conjuntamente o cargo de deputado estadual nas legislaturas entre 1904-1906 e 1907-1909. Da chapa do Partido Construtor, apenas Marcondes Alves de Souza não se elegeu, embora ficasse como primeiro suplente, sendo eleitos dois candidatos de oposição, Bernardino e Pio, além de João de Souza Moura, de posição não mencionada. O candidato eleito do PRCA, Pinheiro Jr., exerceu o cargo de deputado estadual juntamente com o cargo de governador municipal, prática que não era proibida nesse período.

Sobre essa eleição é importante destacar a vitória de um candidato que desempenhará papel preponderante na política capixaba durante um longo período: Pio Ramos. Agrimensor, fazendeiro de Castelo, proprietário da fazenda Santo Antônio (diz *O Cachoeirano* que tinha residência na fazenda Povoação), além de ser casado com Jovita, filha do capitão Conrado Vieira da Cunha, da fazenda Fim do Mundo. Sua filha, Isaura Ramos da Silva, foi a primeira professora nomeada em Castelo. Foi eleito deputado estadual para o mandato de 1898 a 1900, reeleito para mais três legislaturas consecutivas, até 1909, além de ter sido eleito para o governo municipal nesse pleito e reeleito para o quadriênio de 1908-1912, eleição que abordaremos no próximo capítulo.

Ao que parece, seu prestígio na região em que reside é enorme, fruto, provavelmente, de seu poder econômico, bem como de seus laços familiares, uma vez que tem relação estreita com os Vieira Machado, família de importantes fazendeiros e políticos da região. Tais elementos o credenciavam a exercer o poder por tão longo período, quase ininterrupto e na oposição

³⁷ Pinheiro Jr. foi deputado estadual entre as legislaturas de 1895 a 1897, 1904 a 1906, 1907 a 1909

³⁸ Estado do Espírito Santo, 22/02/1904.

exercendo, às vezes, dois cargos políticos conjuntamente, o de deputado estadual e governador municipal.

No estado, a divergência ocorrida em 1905 entre Moniz Freire e Henrique Coutinho, este presidente do Estado e aquele, senador, ambos do mesmo partido, ocasionou uma cisão no Partido Construtor Autonomista, acompanhando Moniz Freire a maior parte da representação federal, inclusive Bernardo Horta de Araújo, e diversos deputados estaduais além do Barão de Monjardim, Domingos Vicente e Horácio Costa. Entretanto, nova liderança política emergia no estado: Jerônimo de Souza Monteiro, dado que será tratado no próximo capítulo.

Tanto em nível estadual quanto no âmbito do município, o que se observa é a preponderância política de indivíduos do mesmo partido, não apenas nessa eleição, mas em todo o período do início da Primeira República no Espírito Santo, conforme visto anteriormente. Dos candidatos municipais eleitos, a maior parte é alinhada com a situação dominante no âmbito estadual. Entretanto, o que se observa é que, mesmo havendo preponderância dos candidatos da situação, havia espaço para a oposição e em todas as eleições municipais do período abordado neste capítulo e no próximo, houve a eleição de candidatos da oposição. Há momentos inclusive, como entre 1904-1908, em que na própria chapa da situação um ou outro candidato não é eleito.

Mesmo em 1892, quando a União se abstém do pleito, dois candidatos simpáticos à oposição, Carlos Pinheiro de Souza e Francisco Antonio de Moraes, foram eleitos pelo “terço”. Isso demonstra que, embora o apoio da oligarquia que detém o poder estadual fosse fundamental e, na maioria das vezes, garantisse a vitória dos candidatos alinhados, o poder pessoal dos políticos em redutos por eles dominados era um elemento muito importante nesse período, garantindo, muitas vezes, a vitória nas eleições. Trata-se, muitas vezes, de coronéis e também de comerciantes, profissionais liberais, cuja influência sobre seus apaniguados era determinante no momento da eleição, fosse empregando o voto de cabresto, fosse utilizando a força como forma de coação. É importante compreender que nesse contexto o coronel exerce uma ampla influência sobre esses apaniguados, uma vez que responde por uma série de instituições sociais, uma vez que é pequena a atuação do Estado nesses ambientes. Ele arbitra sobre seus dependentes e, muitas vezes, detém em suas mãos funções policiais por meio de seus capangas.

A miséria na qual está inserido esse empregado faz com que ele veja no coronel alguém que pode lhe ajudar nos momentos dificuldades contínuas às quais está condenado, fruto de sua condição sócio-econômica desprivilegiada. Assim, os únicos benefícios que ele tem são oriundos da ação desse indivíduo. A maior parte do eleitorado mora em regiões muito pobres onde o poder público e as políticas públicas não chegam, ou, se chegam, é em pequena escala. Embora Cachoeiro fosse a mais rica cidade do sul do Estado, uma parcela significativa de sua população vivia em situação de miséria e na dependência dos coronéis que a ‘compra’ em períodos eleitorais. Nesse sentido, afirma LEAL (1975, p. 37)

“São, pois, os fazendeiros e chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição. (...) Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até a roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento. (...) É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de foot-ball, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgoto, a água encanada -, tudo exige o seu esforço. (...) É com essas realizações de utilidade pública (...) que (...) o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança”.

Não obstante a isso, o alinhamento dos poderes estadual e o municipal pode ser verificado quando, no término da administração de Moniz Freire e no início do mandato dos governadores municipais eleitos em 1904, *O Cachoeirano* traz um editorial intitulado “23 de Maio”, em que se lê:

“Seríamos suspeitos para tecer louvores ao governo cujo mandato vae terminando e quando aos nossos ouvidos soam ainda os échos sympathicos da festiva recepção feita ao digno Ministro da Viação, o benemérito dr. Lauro Muller, grato nos recordar nestas ligeiras linhas os termos precisos de um telegramma em que s.ex. applaudio a – tenacidade- com que Moniz Freire empenhou-se sem intermittencia, por dotar a nossa terra de uma via férrea como à Sul do Espírito Santo. (...) O município de Cachoeiro de Itapemirim vio operar-se nestes quatro annos próximos, na sua sede, como em vários pontos do seu território, transformações que se traduzem em reaes melhoramentos públicos, bem perceptíveis ao olhar do observador. É, assim, digno de ser louvada a edilidade que o dotou com benefícios como o da illuminação electrica, não sendo sem propósito chamar-se a este que finda – o quadriênio da luz...” (*O Cachoeirano* 22/05/1904)

Verifica-se aqui uma alusão a essa relação estreita entre as esferas de poder que, por estarem afinadas, poderiam proporcionar tanto ao estado quanto ao município transformações que representassem uma melhoria na qualidade de vida da população.

2.1. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E A ATUAÇÃO DE BERNARDO HORTA DE ARAÚJO (1896-1903)

A atuação de Bernardo Horta enquanto desempenhou o cargo de governador municipal foi preponderante, quer nas propostas relacionadas às melhorias para o município, quer nas comissões formadas para a formulação de pareceres sobre assuntos diversos, independentemente de ele estar na oposição ou na situação. Uma dessas comissões em que ele teve papel importante foi a do exame de contas da recebedoria do município. Por diversas vezes, foram solicitadas por esta comissão, mas não apresentadas de maneira satisfatória, documentos e informações sobre as despesas de alguns meses do ano de 1896, bem como os balancetes do período, além de dados sobre vencimentos dos fiscais. Isso ocasiona certo mal estar entre os governadores, porque a prestação de contas não vinha sendo feita de maneira transparente.

A busca pela transparência nas ações do governo é uma busca constante, embora nem sempre alcançada e praticada nesses primeiros tempos da República, particularmente em se tratando de um elemento da oposição, como é o caso de Bernardo Horta nessa época, mesmo tendo defendido isso durante boa parte de sua carreira política.

Bernardo Horta, juntamente com Carlos Pinheiro, propôs, ainda no início de 1896, além da criação de uma casa de caridade e o livre trânsito na ponte municipal de 1º de janeiro de 1897 em diante. Segundo eles, havia a necessidade de desonerar os habitantes da cidade, principalmente aqueles oriundos do lado norte, que precisavam vir ao centro comercial. Quanto à casa de caridade, a proposta é aprovada pelos governadores, mas o mesmo não acontece em relação ao pedágio que, em sendo formada comissão para analisar a proposta, esta apresentou parecer contrário alegando impossibilidade financeira, tendo em vista as condições em que o município se encontrava. Segundo a comissão, só em 1900, depois que houvesse terminado o pagamento das ações contraídas pelo empréstimo para construção da ponte, seria possível esse livre trânsito.

Em de 1898, em 06 de setembro, foi instalada a Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”, prédio situado na rua 25 de Março, construído pelo português João Mendes, cujo projeto fora feito pelo engenheiro José Calazans. Dentre os fundadores da Loja, destacam-se Joaquim Ayres,

Júlio Pereira Leite, José Lopes de Abreu, Ângelo Maria Mignoni, Manoel Nunes Machado e Bernardo Horta, entre outros. Nessa loja, a partir de 1900, funcionava também uma biblioteca pública contendo uma quantidade considerável de obras a serem utilizadas pela população.

Nesse mesmo ano, em 11 de fevereiro, a Associação de Beneficência Cachoerense, instalada em 25/12/1889, foi transformada na Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim³⁹ cujo objetivo era, e ainda o é, prestar atendimento hospitalar à população. Dentre os fundadores dessa instituição de saúde que, ainda hoje, presta imprescindíveis serviços à população de todo o sul do estado, destaca-se Bernardo Horta de Araújo.

No período conhecido como o “quadriênio da luz”, 1900 e 1904, Bernardo Horta de Araújo atuou, agora na situação, como presidente do governo municipal. Sua administração foi bastante promissora para a cidade. Ao analisar o cotidiano das sessões da câmara municipal nesse período, o que se observa é a discussão e a resolução de assuntos diversos. Dentre eles, figuram os pedidos de isenção e/ou redução de impostos sobre determinadas profissões e atividades comerciais, como, os carroceiros e comerciantes; pedido de pagamentos a funcionários municipais; pagamento a professores que apresentam o mapa de frequência dos alunos, pré-requisito para o recebimento de salários; pedidos de instalação e/ou baixa de casas comerciais; abaixo assinados de comerciantes reclamando do preço dos impostos cobrados, ou para fecharem as portas mais cedo aos domingos e dias santos; abertura de concorrência pública para prestação de serviços públicos, como por exemplo, a cobrança de pedágio sobre a ponte municipal, iluminação e limpeza pública, assuntos tratados em demasia pelo governo municipal; exoneração e/ou contratação de funcionários; criação de cargos públicos; questões de divisa de municípios, como entre Cachoeiro e Moniz Freire; conserto de estradas e pontes, especialmente aquelas localizadas nas zonas mais afastadas do município.

Dos temas discutidos, um que está presente em quase todas as sessões é o conserto, manutenção e/ou construção de pontes e estradas. Isso se deve ao fato de que havia uma necessidade premente de viabilizar o escoamento da produção do café, mola propulsora da economia do município. Desde o limiar da produção de café na então província do Espírito

³⁹ A primeira diretoria da Santa Casa foi composta por Raulino de Oliveira, presidente; vice-presidente, Joaquim Teixeira de Mesquita; 1º secretário, Joaquim Ribeiro Pinto e Souza; 2º secretário, Argeu Pinto dos Santos; tesoureiro, Mileto de Almeida Ramos; e procurador, Valentim Soares. Já os primeiros médicos foram os Drs. Olyntho Castro Monteiro de Carvalho, Pinheiro Jr e Raulino de Oliveira.

Santo e durante boa parte da Primeira República, a necessidade de vias para o escoamento desse produto é assunto dos mais relevantes na pauta dos políticos.

Em se tratando de Cachoeiro, principal produtor de café do sul do Estado, não poderia ser diferente. Os fazendeiros, fossem pequenos ou grandes, assim como comerciantes e outros grupos que se beneficiavam com o café e do qual dependia todo seu investimento, de contínuo pressionavam o governo municipal a empreender melhoramentos nos caminhos pelos quais transitava a riqueza do município. As decisões do governo municipal eram, na maioria das vezes, favoráveis às reivindicações desses grupos que, constantemente, viam as verbas sendo liberadas para os melhoramentos necessários, ainda que nem sempre os valores liberados fossem suficientes. Para o governo municipal era muito importante resolver problemas relativos às vias de escoamento do café, pois isso garantiria a simpatia desses grupos, bem como um retorno substancial para a economia do município. Não é possível deixar de dizer que muitos desses políticos, ou a maioria deles, tinham suas riquezas, oriundas direta ou indiretamente do café.

Para se ter noção da importância dada a esse assunto por parte do governo municipal, bem como pelos munícipes, um fiscal geral elabora um relatório referente a 1903, no qual elenca as necessidades mais urgentes do município, bem como os melhoramentos feitos nas vias de escoamento do café. Nesse relatório, o fiscal faz um raios-x das condições precárias dos principais caminhos em que trafega a principal riqueza do município:

“O caminho que se dirige ao districto de S. Gabriel, até a fazenda das “Antas”, está mal conservado, e a sua maior extensão pertence ao sr. Simão Rodrigues; e na de três kilom., pertence aos srs. Bazílio Lopes Pimenta (...), herdeiros de Felisberto de Souza Monteiro e d. Maria Lina Vieira Ramos; estes últimos não teem conservado os trechos de suas respectivas propriedades, com prejuízo dos viajantes(...). Da fazenda “Pau Brasil” ao antigo rancho das “Duas Barras” no caminho precisa ser totalmente roçado e reparado os trechos em mattas, e não só ahí como nos em que o mesmo caminho atravessa pastos e lavouras da fazenda “Morro Grande”; onde se encontram diversos pontilhões totalmente estragados inclusive uma ponte (...)”(*O Cachoeirano*, 24 e 31/03/1904)

Do conteúdo do relatório, o que se observa é a ênfase na conservação e na melhoria das estradas e pontes que cortam as fazendas produtoras de café, sempre com a preocupação de se viabilizar o escoamento desse produto.

A limpeza de ruas e praças da cidade assim como o pedágio sobre a ponte municipal, eram atividades desenvolvidas por particulares por meio da aprovação de orçamentos para sua execução. Além disso, outro tema recorrente nas pautas das sessões do governo municipal era o da iluminação da cidade, bem como as propostas para o fornecimento dessa atividade para o município.

A iluminação em Cachoeiro teve início em janeiro de 1887, sendo, a princípio, pública e a querosene. Segundo MACIEL (1992, p. 190), havia “(...) 24 lampiões a iluminar as ruas, devidamente assistidos por um fiscal (...)”. Já em 1890, o governo aprovou resolução para o arremate do serviço de iluminação pública, ficando o arrematante obrigado a “(...) trazer os lampiões e respectivos acessórios em perfeito estado de limpeza, conservação, e segurança, correndo por sua conta as despesas para este fim”. (MACIEL, 1992, p. 201) Durante o período aqui estudado são apresentados diversos orçamentos para a execução desse serviço e, em 1901, são expostos os seguintes pela ata da câmara municipal

“1º Mariano da Fonseca Filho a razão de 10\$700 por cada combustor; 2º de Domiano Agostino a 10\$800; (...) 5º de Nicolau Benedicto a 11\$500, obrigando-se a por todas as capellas de cobre, reformar todos os depósitos, pintar os postes, numeral-os e conserval-os, tudo durante o prazo de três annos (...). O governo resolve acceitar esta ultima proposta”⁴⁰.

Sob a presidência de Bernardo Horta, é fundamental destacar alguns empreendimentos do governo municipal. No dia 18 de julho de 1900, ele propõe que seja aberta concorrência para o calçamento das ruas do município, não revelando quais ruas teriam prioridade ou se todas seriam calçadas. Duas propostas foram apresentadas: a de Constantino Netto Serra e Antonio Alves de Queiroz, orçada em 4\$799 o metro quadrado; e a de Narciso Vieira Rodrigues, orçada em 5\$500. Como o preço da primeira proposta foi menor, ela foi aceita, ficando o presidente do governo municipal autorizado a mandar lavrar o contrato. O calçamento das ruas do município era questão há muito requerida pelos cidadãos de Cachoeiro, principalmente por causa relativa aos períodos de chuva, quando as ruas da sede do município e, particularmente, do interior, ficavam intransitáveis. Segundo MACIEL (2001, p. 225), “(...) Na rua Moreira, no trecho que vai hoje de Cine Plaza ao Ateneu Cachoeirense, formava, nas épocas chuvosas, um atoleiro que aterrorizava os cavaleiros e condutores de carroças(...)”.

⁴⁰ Ata da Câmara Municipal de 17/12/1900 citada em *O Cachoeirano* de 24/03/1901.

Em 1902 foi inaugurado o trecho da Estrada de Ferro Leopoldina que ligava Muqui ao Rio de Janeiro. Em 25 de julho de 1903, foi Inaugurado o trecho ligando Santo Eduardo a Cachoeiro.

A maior realização da administração de Bernardo Horta e, certamente, a de maior destaque é a implantação de uma usina hidrelétrica, elevando a cidade de Cachoeiro de Itapemirim à categoria de 1ª cidade do estado a ter o fornecimento de energia elétrica. Na sessão da câmara municipal de 26 de fevereiro de 1902, fica decidida a abertura de concorrência pública para o estabelecimento da luz elétrica. Em nota divulgada em *O Cachoeirano* de 08 de abril do mesmo ano, o governo afirma que os interessados deviam remeter suas propostas dentro do prazo de 60 dias. O serviço deve seguir as seguintes condições:

“1ª Todo material à empregar será de primeira qualidade; 2ª A luz será de lâmpara incandescente e de arco voltaico; 3ª As lâmpadas terão a intensidade de 16 à 32 vellas de accôrdo xom as distâncias que guardarem entre si; as de arco serão enceradas em globos de vidro translucido não polido; 4ª as canalisações da energia elétrica serão subterrâneas ou aéreas em postes sobre isoladores, passando os cabos á distância conveniente das fachadas e telhados das casas; 5ª O governo em hypotese alguma aceitará proposta para executar o serviço por sua conta (...); 6ª Ao particular ou empresa que para exploração desse serviço se organizar, o governo municipal dentre de sua alçada, concederá os direitos geralmente conferidos ás empresas congêneres; 7ª Os proponentes deverão apresentar as suas propostas até o dia dez de julho do corrente ano, ao meio dia(...)” (*O Cachoeirano*, 08/04/1902)

Aberta a concorrência, a empresa de propriedade do sr. Antonio Gonçalves Neves, Empresa Força e Luz, foi contratada. A comissão organizada para analisar a proposta de Antonio Gonçalves Neves era composta pelos governadores municipais Bernardino Monteiro, Antonio da Rosa Carvalho Machado e Francisco Gomes Pinheiro da Silva, que resolvem deixar a cargo de Bernardo Horta a decisão sobre a aceitação ou não da proposta, que, ao que parece, fora aceita. Logo, o que se percebe é uma atuação efetiva de Bernardo na execução dessa obra de tamanha envergadura para o município.

O local escolhido para a instalação da usina hidrelétrica foi uma ilha entre as fazendas Cachoeira Grande e Aquidabã, uma vez que, no local, havia queda d'água suficiente para produzir força superior a 80 cavalos. As terras foram compradas de Maria Lina de Almeida Ramos, que, de acordo com *O Cachoeirano*, já tinha interesse em vendê-las para tal empreendimento. No dia 8 de outubro, foram inaugurados os trabalhos, contando com a presença de importantes personalidades, entre as quais o bispo Fernando Monteiro, irmão de

Jerônimo e Bernardino Monteiro, o engenheiro Florentino Ávidos, o presidente do governo municipal de Cachoeiro e outras autoridades.

O local foi batizado de Ilha da Luz, nome que até hoje identifica o bairro localizado onde, na época, foi construída a usina. No mesmo dia 08 de outubro, Bernardo Horta envia ao governo, ao Congresso Legislativo do estado, uma solicitação de isenção de impostos relativos à assinatura do contrato para a instalação de serviços de iluminação e fornecimento de água para a cidade. Tal pedido que foi prontamente atendido pelo congresso (21/12/1902) que, pela lei 391, art. 1º, isenta de qualquer imposto estadual a assinatura e primeira transferência do contrato assinado pelo governo de Cachoeiro com Antonio Gonçalves Neves para os serviços de iluminação e fornecimento de água para a cidade.

A inauguração de iluminação elétrica ficou marcada para o dia 01 de novembro de 1903, data em que se inauguraria, também, o palácio do governo municipal, prédio adquirido durante o período em que Bernardo Horta era presidente do governo municipal. Desde as primeiras experiências com a luz elétrica há um entusiasmo declarado por parte das autoridades políticas, da imprensa local e dos próprios cidadãos, uma vez que se tratava de um feito sem precedentes na história de Cachoeiro e do próprio estado. Isso pode ser visto claramente na afirmação de *O Cachoeirano* de 18/10/1903, quando afirma que a “(...) alma da população cachoeirense tem bastante motivos de palpar de contentamento. Vamos atravessar uma phase toda de felicidade e prosperidade (...)”. É claro que é preciso relativizar um pouco essa frase e o próprio feito, pois trata-se de um discurso e, como tal, é carregado de intenções. No entanto, não é possível desvalorizar um acontecimento como esse e com forte impacto sobre o imaginário da população.

O dia da inauguração foi marcado por grande festa e presença de importantes autoridades políticas e populares quem buscam participar de um momento tão importante na história da cidade, pois além da luz elétrica, a sede do governo municipal também seria inaugurada, servindo para as “(...) sessões deste governo, as do jury desta comarca, tendo também as acomodações necessárias para o funcionamento de todo foro (...) “. (*O Cachoeirano*, 01/11/1903, citado no mesmo jornal em 22/11/1903).

Todo o centro da cidade estava ornamentado, com bandas de música tocando desde as cinco horas da manhã. Num pronunciamento bastante aplaudido, o presidente do governo

municipal, na época Constantino Netto Serra, lembrou os esforços feitos por Bernardo Horta para que essa obra pudesse ser implantada naquele dia. Exaltou em Bernardo Horta tanto a reestruturação econômica que ele fizera enquanto estivera à frente do governo municipal, quanto a resolução de (...) dois problemas mais importantes da prosperidade deste município; adquirindo por compra o prédio que vamos inaugurar e contractando a iluminação eléctrica desta cidade (...). (*O Cachoeirano*, 05/11/1093) Como Bernardo Horta assumira a vaga no congresso federal, não pôde estar no ato da inauguração das duas obras, tendo sido representado por seu tio, o senador Siqueira Lima.

Uma descrição pormenorizada do palacete do governo municipal⁴¹, elaborada por um cidadão anônimo, alguns dias antes da inauguração, mostram-nos que

“(...) logo a entrada, tem uma sala de espera e a direita desta esta o gabinete do presidente (sic), magnificamente mobilado e com uma pintura chic, à esquerda esta a secretaria (...) Internamo-nos no edificio e encontrei o bello salão, onde funcionarão as Assembléias Municipaes e o Jury. É um salão de aspecto encantador, todo forrado a papel, tendo quatro portas com sacadas e gradil de ferro (...); todo illuminado por dois candelabros de metal em forma de jarras oblíquas, com flores, pendendo da caule destas, três focos electricos com intensidade de mais de dez velas cada um. Neste são serão collocados os retratos dos marechaes Deodoro e Floriano, de Benjamin Constant e (...) Dr. Muniz Freire (...). O edificio tem no lado direito janellas com graciosas venesianas (...). A direita da secretaria, será installada a Recebedoria, num salão confortável, e com três janellas para o terraço existente no centro do edificio; há ainda salões destinados as audiencias do juiz de direito, para a delegacia, dois para archivo municipal (...) No andar térreo, existem três bons e confortáveis salões estando installado em um deles o escriptorio da empresa Força e Luz (...). Todos estes compartimentos tem entrada para um grande saguão existente no centro do edificio e estão ligados ao andar superior por uma escada. O palacete é todo pintado a amarello (esteriormente) e é illuminado em cada lado por duas lâmpadas incandescentes com a intendidade de trinta e duas vellas cada uma (...)”

O prédio, localizado no lado direito da rua Barão de Itapemirim, a 25 metros da rua 25 de Março, a principal da cidade, foi comprado de Valentin Soares e custou aos cofres públicos, juntamente com as reformas empreendidas, em torno de 40 contos de réis. Sua pintura ficou sob responsabilidade do artista Affonso Luciano. (Anexo 3) Não restam dúvidas de que a descrição anterior, assim como o próprio custo da obra, refletia sua grandiosidade tanto para a cidade quanto para os próprios cidadãos e que, juntamente com a instalação da luz elétrica,

⁴¹Gazeta do Povo, 15/10/1903, citado pelo jornal *O Cachoeirano*, 18/10/1903.

marcava essa administração como uma das mais profícuas da história de Cachoeiro nesse início da República, quiçá nos períodos posteriores.

Calçamento das ruas da cidade, instalação da energia elétrica, abastecimento de água, bem com a construção do prédio-sede do município. Todas essas obras já faziam parte da pauta de Bernardo Horta há muito tempo, desde os tempos da União Republicana Espírito Santense. Em artigo intitulado Governo Municipal, datado de 27/01/1895, ele e os políticos de oposição, na época, propunham essas importantes obras que, segundo eles, impunham-se como urgentes. Desse artigo, transcrevo parte, para confirmar o que eu aqui afirmei:

“(...) a canalisação de água potável, mais profusa illuminação, os esgotos e o calçamento impõem-se como urgentes. A canalisação de água e os esgotos devem ser feitos ao mesmo tempo e a mesma empresa se incumbirá da illuminação que poderá ser electrica, obtendo-se a força motora e productora com as próprias águas no nosso rio. (...) O actual edifício do governo municipal é acanhado e mall collocado, prestando-se unicamente para cadeia publica e trabalhos de foro. O edifício do governo municipal deveria ser construído no centro da cidade, deve ser espaçoso, apropriado e pago pelo cofre municipal, que cederá o actual ao Estado”. (*O Cachoeirano*, 27/01/1895)

É claro que as propostas da época vão além dessas obras. Discorrem sobre outros itens: a criação de um jardim municipal e público, por causa do calor que faz na cidade; necessidade de ampliação do mercado municipal; criação de vilas operárias; subsídio municipal aos médicos para que fizessem visitas e consultas aos pobres da cidade, entre outras coisas. Todavia, o que se observa é que, das críticas feitas à administração quando Bernardo Horta estava na oposição, às obras realizadas agora, na situação, o que percebe-se é um comprometimento em fazer cumprir o que se propôs, às custas de uma reorganização econômica. Não obstante a isso, pode-se afirmar que, mesmo quando houve as críticas à administração, ou quando foram realizadas obras, houve comprometimento em cumprir o proposto às custas de uma reorganização econômica.

CAPÍTULO 3

DE GOVERNADOR MUNICIPAL A DEPUTADO FEDERAL: A TRAJETÓRIA DE BERNARDO HORTA DE ARAÚJO NO CONGRESSO NACIONAL E O SEU SUICÍDIO (1903-1913)

Em 1902, a política federal aponta para a sucessão de Campos Salles que articula a candidatura de Rodrigues Alves, tendo Silviano Brandão como vice. A vitória de ambos é arrasadora: 316.248 votos contra 23.500 da oposição. Campos Salles deixara o terreno preparado para seu sucessor: não existe inflação, mas deflação; os capitais estrangeiros voltaram a afluir ao país, sinal de confiança nas condições existentes. A calma política é geral, não sendo perturbada por acidentes regionais, mas certos sinais mostram que todas as contradições persistem.

O governo Rodrigues Alves é marcado por suas preocupações político-administrativas, remodelação e saneamento da cidade do Rio de Janeiro, objetivando sua transformação em grande centro, obra que tem precedência sobre todas as tarefas do governo. Ela se faz com sacrifício e desalojamento da população pobre do centro da cidade, porque a idéia é transformá-la em uma metrópole com todas as características de um moderno centro urbano, não sem atingir grandemente hábitos e costumes da população pobre e de classe média. Rodrigues Alves é sucedido por Afonso Pena que toma posse em 25/11/1906. Seu antecessor deixa o Rio de Janeiro embelezado: obras materiais distribuídas por grande parte dos estados e a situação financeira é ótima. O novo governo focaliza suas ações nos problemas econômicos e financeiros e a luta contra a instabilidade monetária. Entre 1906 e 1907, aparecem os primeiros resultados da estabilização da moeda. Além disso, empreendeu uma política de valorização do café, resposta imediata àqueles que apoiaram sua candidatura.

No Estado, divergências políticas ocorridas em 1905, entre Moniz Freire e Henrique Coutinho desencadearam grave cisão no Partido Construtor Autonomista. A maior parte da bancada federal, inclusive Bernardo Horta, bem como a maioria dos deputados estaduais em aliança com Moniz. O rompimento entre eles ocorreu em virtude de Henrique Coutinho ter se recusado a aceitar a indicação pelo líder do partido de dois candidatos ao governo municipal da capital. Essa divergência não era a primeira: quando da ida de Moniz à Europa, o partido já cindira em virtude de sua ausência e do não-cumprimento de alguns acordos quanto às candidaturas ao Congresso Nacional. Entretanto, a luta atual pelo poder no estado foi tão

grave que resultou em um pedido de *impeachment* do governador, pedido rejeitado sob alegação por parte da situação, de que era inconstitucional.

Nas eleições de 1906, a continuação da disputa entre os partidários de Moniz e os de Henrique se dá em âmbito federal, nas eleições para o Congresso Nacional. A chapa de oposição era composta pelo próprio Moniz, candidato ao senado, e Bernardo Horta, Graciano Neves e José Monjardim, à Câmara. Embora o resultado final desse a vitória à situação, a chapa de oposição tinha mais poder em âmbito federal. Tal poder a fez reconhecida como vitoriosa pela Comissão de Verificação de Poderes do Congresso. Nas eleições para o Congresso Estadual, embora houvesse “duplicata de assembléia”, Henrique Coutinho venceu a batalha, sua chapa foi reconhecida como vitoriosa. (SALETTTO, 2008)

O governo Henrique Coutinho foi marcado ainda pela permanência da crise econômico-financeira ocasionada, principalmente, pela crise do café, bem como pela venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e pelo pagamento da dívida contraída pelo estado, em 1899, junto ao Banco do Brasil. O principal articulador desses negócios foi Jerônimo Monteiro, que há alguns anos se afastara da política capixaba, comprara uma fazenda e passara a residir em Santa Rita de Passa Quatro, no estado de São Paulo, onde advogava e participava da política local. Essas negociações renderam-lhe, a princípio, excelentes resultados, mas lhe trariam grandes problemas em virtude da ausência de transparência nas negociações.

Bernardo Horta, durante o governo de Henrique Coutinho, passou da situação à oposição, seguindo a mesma direção tomada por Moniz e a bancada federal do partido. Embora participasse de uma questão muito importante desse governo, a dos limites entre Espírito Santo e Minas Gerais entre 1904-1905 e da qual produzira importante obra intitulada “Limites dos Estados de Minas Gerais e o Espírito Santo: exposição dos motivos, documentos pelo Estado do Espírito Santo⁴²”, Bernardo passou a atuar na oposição. Na Câmara, em debate com Galdino Loreto sobre a situação de Henrique Coutinho, suas ações em perseguir a oposição e o rompimento com o partido, são de maneira bastante contundente. Para Bernardo, o rompimento no estado se deu não por idéias, mas pelas ações praticadas por Henrique Coutinho, bem como por aqueles que, no partido, quiseram açambarcar todas as posições

⁴² Bernardo Horta afirma que o governo Henrique Coutinho lhe prometera pagar sete contos de réis pelo seu trabalho, mas nunca o fez. Todo custo das viagens, materiais, entre outras coisas foi custeado pelo próprio Bernardo.

políticas. Para ele, o rompimento foi político, reforçando a tese de que Henrique não teria aceitado a indicação por parte de Moniz dos candidatos a governadores municipais de Vitória, tendo ele próprio indicado outros três candidatos. Bernardo afirma que Moniz Freire nunca fez exigências no terreno administrativo, nem quis fazer de Henrique Coutinho um “títere político”, fato contestado por Galdino Loreto, que afirmou ter Moniz pedido a Henrique que mantivesse no cargo secretários e chefes de repartições públicas. No entanto, para Bernardo, o pedido ocorreu porque eles tinham capacidade para permanecer no cargo.

Depois de um longo debate e de acusações por parte de Bernardo de que Henrique Coutinho teria demitido funcionários, cassado governadores municipais arbitrariamente e de ser incapaz de ter idéias políticas, orientação e programa políticos, ele conclui lastimando o fato de o Espírito Santo estar nas mãos de alguém que “(...) desbarata os dinheiros públicos, sob todos os pontos de vista(...)”⁴³. A situação política do Espírito Santo não soou muito bem na Câmara e o deputado Moreira da Silva questionou a legitimidade de Henrique Coutinho, afirmando ter perguntado ao presidente da República se o governador do Espírito Santo estaria exercendo o cargo de forma legal, pois sabia de um pedido de seu afastamento do cargo por parte da Assembléia Legislativa do estado.

A divisão que se verificou em nível estadual se dará, também, no âmbito municipal. Em Cachoeiro, o jornal *O Cachoeirano* seguirá o mesmo caminho que o de seu redator-chefe, Bernardo Horta, passando à oposição ao governo de Henrique Coutinho. Além de Bernardo, aparecem ainda Luiz Siqueira Lima, tio de Bernardo e aliado de Moniz há muito tempo; seu genro, Mileto de Almeida Ramos; João de Souza Moura. Há, inclusive, uma notícia de que *O Cachoeirano* teria sido empastelado. Tal notícia foi desmentida por Pinheiro Jr., Pio Ramos, Bernardino Monteiro, Joaquim Teixeira de Mesquita, Júlio Leite, Anacleto Ramos, Pedro João Vieira Machado⁴⁴, filho de João Pedro Vieira Machado, importante fazendeiro em Muqui, e Quintiliano (provavelmente, Quintiliano de Azevedo), (Marcondes) partidários de Henrique no município⁴⁵, importantes lideranças políticas também em nível estadual. A notícia do empastelamento de *O Cachoeirano* foi tema de discurso proferido por Bernardo

⁴³ Discurso proferido por Bernardo Horta na Câmara dos Deputados. Anais do Câmara dos Deputados, 18/10/1905, p. 314-319.

⁴⁴ Membro do Diretório do Partido Construtor em Muqui, filho de João Pedro Vieira Machado e Leonarda Josepha da Fraga Vieira, da fazenda Entre Morros, membro de poderosas e importantes famílias de Muqui, os Vieira Machado e os Fraga, e irmão de João Vieira da Fraga, o Janjão, importante fazendeiro e comerciante dessa região e amigo de Marcondes.

⁴⁵ Jornal Oficial, 06/07/1896.

Horta na Câmara dos Deputados repudiando essa atitude por parte dos partidários de Henrique Coutinho no município e de um intenso debate entre ele e Torquato Moreira.

É importante ressaltar que, durante todo o quadriênio que vai de 1904-1908, Pinheiro Jr., importante liderança política e aliado de Henrique Coutinho, exerce o cargo de presidente do governo municipal vencendo na primeira eleição Luiz Paulo de Azeredo Araújo e Joaquim Teixeira de Mesquita nas eleições subseqüentes, ambos companheiros de partido, garantindo o domínio de importante cargo para a manutenção da relação entre os poderes municipal e o estadual. Em visita a Itapemirim por causa das eleições para o Congresso Legislativo do estado no fim de 1906, Pinheiro Jr. é recebido com festa oferecida por um político local, Antonio Hautequest, em apoio à chapa oficial.

É importante dizer que esses grupos vão se digladiar, como de costume, pelos jornais. Em resposta a um artigo publicado em *O Cachoeirano*, Joaquim Teixeira de Mesquita ataca duramente o senador Luis Siqueira Lima, que teria reprovado a ausência deste numa sessão da Câmara Municipal. Joaquim Teixeira o acusa de não ter capacidade moral para censurá-lo e afirma que outros políticos, inclusive o genro de Luis Siqueira, Mileto Ramos, e João de Souza Moura, teriam faltado a diversas sessões seguidas⁴⁶, sendo passíveis da perda do mandato, mas que nem por isso foram retirados do cargo⁴⁷.

Marcondes é outro situacionista que se defende das críticas da oposição de que teria resignado ao cargo de membro do diretório do partido em Muqui por causa de nomeações de autoridades policiais naquela região. Segundo ele, as “(...) autoridades policiais foram nomeadas de accordo com meu companheiro de Directorio Luiz Affonso de Souza Gomes e coronel Pedro João, a quem dei poderes para representar-me (...)”. (*O Alcantil*, 13/05/1905, texto é datado de 11/05/1905) Outra questão bastante interessante é a que diz respeito a uma conversa entre ele e Bernardo Horta sobre a quantidade de votos que teria Pinheiro Jr. naquela região:

“Relativamente à conversa que tive com o muito digno deputado Bernardo Horta, em casa do sr. Geraldo Vianna, o correspondente não teve o menor escrúpulo em falta a verdade (...). Nem por gracejo eu disse que o dr. Pinheiro Jr. teria 5% do eleitorado (...). S.s. trocou as bolas, quem disse que

⁴⁶ Para forçar a perda do mandato de governadores municipais “indesejados”, era comum não avisá-los das sessões da câmara e, na falta em três delas, esses perderiam o mandato.

⁴⁷ *O Alcantil*, 01/11/1905

os Governistas do Cachoeiro só davam 10% do eleitorado a oposição, foi o deputado Bernardo Horta, eu respondi, em gracejo, que ainda deram muito, eu só daria 5% e talvez menos em todo o Município. Sobre a pergunta que o mesmo deputado me fez, se retirasse o elemento do dr. Bernardino Monteiro, com que elemento ficaria o Dr. Pinheiro, respondi que qualquer dos dois elementos isolados, era suficiente para derrotar a oposição e não fiz mais referência ao dr. Pinheiro (...). O correspondente bem sabe que neste Districto, ende pretendemos fazer mais de 10% do eleitorado do município, so da fracção (sic) do partido Contructor, a maioria, o dr. Pinheiro dispõe della, e nem por gracejo eu poderia dizer a asneira de dar 5% ao Dr. Pinheiro”. (*O Alcantil*, 13/05/1905, texto datado de 11/05/1905)

O que se apreende dessa fala é força pessoal que especialmente Pinheiro Jr. tem na região de Muqui, a ponto de arrebatá-lo, sozinho, 10% do eleitorado para a situação. Essa força, é claro, pode advir também das alianças e do apoio que ele tem do grupo que detém o poder político-econômico na região. Pode-se concluir também que há uma tentativa da oposição de criar desavenças entre os políticos da situação ocasionando, talvez, um mal estar entre eles. Não obstante a isso, os conflitos entre oposição e situação vão se refletir, é claro, nas eleições tanto para o Congresso Federal, em 1906, eleição em que Pinheiro Jr. e Bernardo Horta disputam em lados opostos, quanto para deputados estaduais. Ainda em 1905, o redator do *Alcantil*, João Motta⁴⁸, deixa o jornal e passa a ser redator do jornal da oposição, *O Cachoeirano*. Embora não seja revelado o motivo e isso seja tratado de maneira bastante amena pela situação, sua saída certamente está ligada às questões políticas já explicadas anteriormente.

Em âmbito federal, a sucessão de Afonso Pena é problemática, pois ele insiste em indicar o nome de David Campista, candidato inexpressivo e que não tinha adesão entre os republicanos mais importantes o que abre espaço para a indicação de seu Ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, visto com maus olhos pelos que desconfiam da possibilidade de um militar reassumir o poder. Segundo CARONE (1974, p. 250) “(...) o choque com que Afonso Pena recebe a carta de demissão e, depois, a visita de Hermes da Fonseca, é motivo do abalo que o levaria à morte”. Outros dois possíveis candidatos esquentam a questão sucessória: Rui Barbosa, candidato venerável, mas que não tem atrás de si o apoio de nenhum grande estado; e o Barão do Rio Branco, candidato conciliador.

A pressão de Pinheiro Machado, importante político gaúcho, para que os pequenos estados apoiem a candidatura de Hermes da Fonseca representa um feito fundamental para o

⁴⁸ João Motta nasceu em 1881 e faleceu em 1914. Era filho de Frederico Vieira da Motta, proprietário de padaria, e foi redator de *O Cachoeirano*, o *Alcantil*, poeta.

reconhecimento da vaga que o marechal pleiteia. Aos poucos, esses estados se comprometem em seguir a orientação desse político, influente também na Comissão de Verificação de Poderes. Assim, fica definido o nome de Hermes de Fonseca como candidato à presidência e o de Wenceslau Brás para vice. O desenvolvimento dessa candidatura abala a saúde de Afonso Pena, que morre em 14/06/1909. Esse fato servirá como fórmula de acusação contra aqueles que eram homens de sua confiança e que fugiram do compromisso que tinham com ele, argumento que “cai como uma luva” para o discurso da oposição. Com a morte de Afonso Pena, o vice, Nilo Peçanha, assume a presidência. Na tentativa de romper com os elementos do governo anterior, renova todo o ministério, cuja constituição é um ato de partidarismo pró-Hermes da Fonseca.

Para concorrer com o candidato do governo, destaca-se Rui Barbosa. O apoio de São Paulo e Bahia à sua candidatura prenuncia uma vitória. Pela primeira vez, tenta-se galvanizar o povo para uma campanha, pretendendo-se que a escolha do futuro presidente seja feita por métodos democráticos, embora continue a vigorar o sistema oligárquico e suas formas pragmáticas e eleitorais de pressão. A Campanha Civilista se faz pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia e ela representa um triunfo popular, em que as classes dirigentes e a massa se confundem. A candidatura de Rui Barbosa teve grande valor educativo e aglutinador político das massas, porque dirigida ao povo, àqueles que estiveram desprezados e de cuja existência não se tomava conhecimento, especialmente pela política dominada por São Paulo e Minas Gerais. Segundo CAMPELLO DE SOUZA (1980, p. 201),

“Desencadeou-se violenta campanha civilista que procurara ferir a candidatura Hermes em seu ponto fraco perante a opinião pública: seu caráter militar. Comandando-a estavam Albuquerque Lins (presidente de São Paulo) e Rui que dera início ao movimento antimilitarista”.

A acirrada divisão das candidaturas leva as partes a desfecharem violentos ataques e manifestações. Entretanto, as eleições de 01/03/1910 correm tranquilas e, apesar de ambos os lados se proclamarem vencedores, Hermes da Fonseca é o novo presidente do país. A chapa civilista foi derrotada nas duas fases da disputa: a eleitoral e a de reconhecimento de poderes.

No Espírito Santo, a sucessão de Henrique Coutinho aponta para uma candidatura que se estruturara e se fortalecera desde a venda da Estrada de Ferro Sul e do pagamento da dívida do estado com o Banco do Brasil: Jerônimo Monteiro. Desde setembro de 1907, os jornais já

falavam dessa candidatura, apresentada pelo governador na Convenção do Partido, em outubro do mesmo ano, recebendo objeções apenas de Monsenhor Pedrinha e Pinheiro Jr.. Jerônimo lança um Manifesto ao Povo, em janeiro de 1908, no qual anuncia seu programa de governo, destacando os problemas e as possíveis soluções. Para ele, o governo deveria ser o estimulador e mobilizador das forças produtivas; deveria intervir na economia, fomentando novos empreendimentos com apoio dos governos federal e municipal. Anuncia uma política fiscal rigorosa, com pagamento das dívidas, supressão de alguns cargos, fiscalização sobre a arrecadação; propõe a criação de um ensino técnico, além de dotar a capital do estado de serviços de abastecimento de água, esgoto e iluminação elétrica, entre outras coisas. Jerônimo é eleito em 02 de fevereiro de 1908, tendo sido candidato único. A oposição não lançara candidato, porque, segundo ela, a nova lei eleitoral inviabilizava uma candidatura de oposição. (SALETTTO, 2008, p. 37-38)

Jerônimo de Souza Monteiro era filho do capitão Francisco de Souza Monteiro e nasceu no dia 04 de junho de 1870, na fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro. Seus primeiros passos no universo das letras foram dados na própria fazenda onde nasceu e, em 1890, matriculou-se na faculdade de direito de São Paulo, graduando-se advogado quatro anos mais tarde. Casou-se com a filha do comendador Cícero Bastos e, por vários, anos atuou como advogado em Santa Rita de Passa Quatro, no estado de São Paulo, além de participar da política local. Em Cachoeiro e no Espírito Santo, além de sua atuação como advogado, exerceu cargos muito importantes como promotor de justiça, deputado estadual, deputado federal, entre muitas outras funções. (PEREIRA, 1913, p. 52)

Para as eleições municipais de 1908, a oposição lança como candidatos ao governo municipal Victor de Moraes, importante comerciante da cidade, redator de *O Cachoeirano*, oposicionista desde os tempos da União Republicana Espírito Santense, além de capitão da Guarda Nacional; Constantino Netto Serra, que fora membro do Partido Construtor Autonomista, eleito governador municipal em 1903, agora na oposição; Alziro Vianna, importante comerciante; Longo Pereira e Aristeu Ramos.

Já o Partido Construtor lançou uma chapa muito ligada aos Monteiro e composta por Emygdio de Vargas Corrêa⁴⁹, membro de importante família de Castelo, aparentada com os

⁴⁹ Emygdio de Vargas Corrêa era casado com Dona Adelaide de Vargas e proprietário da Fazenda Monforte, localizada na região do Alto Castelo, hoje Vanda Nova do Imigrante. ZANDONADI, Máximo. **Venda Nova do**

Vieira Machado, Júlio Pereira Leite, Marcondes Alves de Souza, Nestor Gomes e Bernardino Monteiro. Nestor Gomes era importante comprador de café, coronel da Guarda Nacional e deputado estadual em três legislaturas consecutivas, de 1908 a 1915. Júlio Pereira Leite, baiano de nascimento, era importante aliado da família Monteiro, casado com a filha de Octávio de Souza Werneck, membro de poderosa família de cafeicultores do vale do Paraíba, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi redator do *Comércio do Espírito Santo*, diretor do *Alcantil* e deputado estadual nas legislaturas: 1907 a 1909, 1910 a 1912, deputado federal, entre 1916 e 1918. Foi presidente do Congresso Estadual em 1912 e presidente do Conselho Municipal de Vitória em 1911.

A junta apuradora das eleições fora composta por Bernardino Monteiro, presidente, Pio Ramos, Joaquim Teixeira e um suplente de governador municipal. E sua totalidade havia elementos da situação, fato que favoreceria ainda mais a vitória dessa facção.

As eleições municipais de 1908 retratam uma nova situação política em Cachoeiro, em decorrência da divisão do Partido Construtor provocada pela luta entre Moniz Freire e Henrique Coutinho, bem como pela candidatura de Jerônimo, que despertava reações contrárias, notadamente do líder municipal Pinheiro Jr. O PRCA lançou uma chapa de predomínio dos Monteiro. Pinheiro Jr., eleito presidente do governo municipal em todo o quadriênio, foi excluído. Os antigos membros do partido se colocaram na oposição, que não consegue eleger os dois candidatos pela lista incompleta, o que até então era respeitado pelos governistas.

Longe de ser um pleito tranquilo, a oposição acusa os governistas de toda sorte de artifícios para vencer as eleições. Liderados por Victor Moraes, João de Souza Moura e Mileto de Almeida Ramos, os oposicionistas acusam os governistas de lavrarem atas falsas, de instalarem mesas eleitorais antes da hora prevista, de proibirem a entrada de seus representantes e fiscais nos locais de votação, além de outras irregularidades. A seção localizada em São João de Muqui, distrito de Cachoeiro, é a que deu mais problema e os protestos foram encabeçados por importantes políticos da região: Luiz Carlos de Miranda Jordão, Francisco de Paula Rocha Junqueira, Mileto de Almeida Ramos e João de Souza Moura.

Vale ressaltar que durante muito tempo os políticos em questão compuseram as fileiras do extinto Partido Construtor e, depois, do Partido Construtor Autonomista que, na época, figurava como o partido da situação. Agora, esses políticos atuam na oposição. Mileto Ramos e Francisco de Paula Rocha Junqueira, por exemplo, foram eleitos no quadriênio anterior pelo partido, e Luiz Carlos de Miranda Jordão, liderança política do partido no sul, já havia sido eleito governador municipal para o quadriênio 1896-1900. João de Souza Moura, também do partido, foi eleito governador municipal para dois mandatos, 1896-1900 e 1904-1908, além de juiz distrital pelo mesmo partido.

Em carta endereçada a Victor de Moraes, Luiz Carlos de Miranda Jordão descreve o que teria havido em Muqui:

“Sendo-me pedidas informações sobre a eleição do dia 2 do corrente na secção de S. João do Muquy, direi o que directamente se passou commigo. Sabendo que antes da hora legal já se achava installada a mesa eleitoral, sem o único mesário da opposição, fui pessoalmente ao local indicado para a eleição. Dirigindo-me ao presidente da mesa, (...) perguntei-lhe si nos seria concedido o direito de apresentação de fiscal, respondeu o presidente que sim. Logo depois, (...) o mesmo presidente que dava dois meios para ser admittido, disse que não admittia mais porque o numero de fiscaes estava preenchido”. (*Cachoeirano*, 12/02/1908)

Os governistas apresentam versão diversa daquela apresentada pelos oposicionistas, é claro. Segundo o *Alcantil* (05/02/1908), as eleições correram no mais perfeito estado de ordem e o chefe do partido no município, Bernardino Monteiro, primou pela observância da lei eleitoral, ainda que o resultado das urnas fosse adverso. A versão dos governistas procura demonstrar que a oposição teve todas as condições legais de fiscalizar, por meio de seus candidatos e/ou fiscais, todo o processo eleitoral. Para a situação,

“O prestigioso chefe do partido governista neste município empenhou-se junto de seus amigos, fazendo valer toda a sua influência, para que o pleito corresse libérrio e a opposição fosse cercada de todas as garantias, fiscalizando por intermédio de seus candidatos ou de fiscaes deste todo o processo eleitoral”. (*Alcantil*, 05/02/1908)

As denúncias apresentadas pela oposição não impediram que toda a chapa governista fosse eleita e empossada no dia 23 de maio daquele ano. Foram eleitos e empossados Bernardino Monteiro, governador municipal mais votado, com 788 votos, exercendo também o cargo de deputado estadual entre 1907 e 1909; Marcondes Alves de Souza, 736; Nestor Gomes, 710;

Júlio Pereira Leite, 696; Emygdio de Vargas Correia; 619. Entre os eleitos e que não constavam nas chapas, tanto de oposição quanto de situação, estão Pio Ramos, com 556 votos, e Custódio Moreira da Fraga⁵⁰, com 457. Conforme destacado anteriormente, da chapa de oposição, nenhum candidato se elegeu e a derrota foi arrasadora, pois seus candidatos mais votados, Alziro Vianna e Constantino Netto Serra, obtiveram apenas 92 votos, seguidos por Aristeu Ramos, 89, Longo Batista e Victor Moraes, 84⁵¹. Mais uma vez prevaleceu a força da situação e a lógica eleitoral que marcou a Primeira República: a vitória daqueles que estavam em consonância com a oligarquia no âmbito estadual.

Nesse período, momento em que Jerônimo Monteiro assume a presidência do estado, houve a criação de um novo partido: o Partido Republicano Espírito Santense, em substituição ao Partido Construtor, depois de completada a unificação de quase todas as forças políticas do estado, inclusive Torquato Moreira e o Barão de Monjardim, absorvendo elementos das mais diversas facções políticas. Essa união das forças políticas lhe permitiu certa tranquilidade para implementar um audacioso programa de governo, legando-lhe enorme popularidade. Dentre as principais realizações de Jerônimo na chefia do estado, destaca-se a instalação, em Vitória,

“(...) de serviços de esgoto, água, luz elétrica, bondes elétricos, urbanização, criação de serviço de limpeza pública e domiciliar com inspeção e desinfecção das residências; (...) reorganização da Escola Normal, a criação de uma Escola Modelo e uma Escola Complementar. Ampliação e construção de estabelecimentos de ensino, como os Grupos Escolares de Cachoeiro, São Mateus e Santa Leopoldina. Equiparação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Carmo) e Escola Normal, entrega do Ginásio Estadual à administração da Congregação do Verbo Divino; (...) criação do Arquivo Público e da Prefeitura Municipal de Vitória; industrialização e diversificação econômica do baixo vale do Itapemirim (...) montando indústrias cuja exploração seria entregue à iniciativa privada: usina de açúcar, fábricas de tecidos, papel, óleo vegetal e cimento, grande serraria e uma usina hidrelétrica, que fornecia energia para todas (...); fundação do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo (...)”. (SALETTTO, 2008, p. 40-41).

Entretanto, nem todos os pontos de seu programa lograram êxito, pois o projeto de industrialização e diversificação da economia do vale do Itapemirim, mal planejado e sem apoio de uma avaliação consistente de seus custos e viabilidade, superdimensionaram as

⁵⁰ Custódio era natural de Vitória, filho do português Manoel Francisco Moreira e Leopoldina Fraga, proprietário da fazenda Liberdade, membro da importante família de Muqui, os Fraga, casado com a filha de José Gomes Prates. Ele exerceu o cargo de deputado estadual nas legislaturas de 1892 a 1894, 1910 a 1912 e 1913 a 1915, quando faleceu.

⁵¹ O *Alcantil*, 12/02/1908.

possibilidades reais do projeto. Além disso, o Banco Hipotecário transformou-se numa fonte de problemas que não ofuscaram o brilho de seu governo. (SALETTTO, 2008)

A presidência do governo municipal durante o quadriênio 1908-1912 foi exercida por Marcondes Alves de Souza, proveniente de Itaúna, Minas Gerais e veio para o Espírito Santo com 15 anos. Membro da família Fonte Boa, valeiro, casado com uma prima de Jerônimo, enriqueceu e fixou-se em Muqui. Segundo MOREIRA (2004),

“Marcondes era natural de Minas Gerais (...). Comercializava muito com os Souza Monteiro, tornando-se parte da família e resolveu trocar seu nome – Marcondes Alves Fonte Boa, por Marcondes Alves de Souza e, como tal, adquiriu patente da Guarda Nacional. Fixou-se em Muqui, em seu ofício, elegendo-se vereador e presidente da Câmara, em 1908/1911, por influência de Jerônimo e do ‘compadre Bernardino’”. (MOREIRA, 2004, p 193)

Em virtude da saída de dois governadores municipais, Júlio Pereira Leite e Nestor Gomes, por causa da mudança de município, uma vez que venceram as eleições para deputado estadual, houve nova eleição em observância à lei eleitoral nº 623, art. 123 de 11/12/1909. São eleitos Antonio Alves da Cunha, 294 votos, e Aguilar Vieira de Freitas, com 249, eleição realizada em 01/04/1910. Este último era casado com Jenny de Azevedo, filha do professor Quitiliano Fernandes de Azevedo, e neto de um importante fazendeiro em Castelo, João Vieira Machado de Freitas. No mesmo ano, com a saída de Pio Ramos que se mudou para Vitória, houve nova eleição. Quem assume a vaga é Bazílio Lopes Pimenta⁵², membro do Partido Republicano Espírito-Santense. Essa eleição que visava à ocupação da vaga de Pio Ramos, foi cercada de denúncias da oposição por ter sido, segundo ela, a bico de pena. De acordo com os oposicionistas, não houvera eleição, pois não teria comparecido nem um só eleitor nas três secções da cidade, entre outras razões. Por isso, afirmam que a eleição deveria ser nula e qualquer assinatura nas atas deveria ser considerada falsa. Na apuração ocorrida em 11/10/1909, um suplente que certamente fazia parte da junta apuradora e que era oposicionista afirma não ter tido eleição em sessão alguma do município, registrando seu voto de protesto “(...) ao facto de se fazer eleição a bico de penna”. (*Cachoeirano*, 17/10/1909)

⁵² Ata da câmara municipal (*O Estado do Espírito Santo*, 24/04/1910 e 31/10/1910). Bazílio Pimenta era natural da Barra do Paraí, estado do Rio de Janeiro, filho de Lourenço Pimenta, fazendeiro. Casou-se com Genoveva Espínola de Castro, filha do Tenente José Quirino Espínola de Castro e D. Ana Gonçalves Leal. De segundas núpcias casou-se com Rita, filha de Francisco de Salles Ferreira.

Em 1912, a sucessão de Jerônimo Monteiro enfrentará forte oposição, pois este indicara Marcondes Alves de Souza, ligado intimamente à sua família, mas desprovido de prestígio político no estado. A oposição era composta por Torquato Moreira, o Barão de Monjardim, Moniz Freire, Afonso Cláudio, Pinheiro Jr. e Bernardo Horta, entre outros, que vão lançar a candidatura à presidência do estado de Getúlio dos Santos, Capitão do Corpo de Saúde do Exército e natural de São Mateus, pelo Centro Espírito-Santense, “(...) agremiação fundada por Afonso Cláudio e o marechal Rodrigues de Campos, entre outros, reunia capixabas residentes na capital federal, alguns deles participantes ativos da vida do estado, inclusive da política estadual, na qual o Centro sempre procurara influir (...)”. (SALETTTO, 2005, p. 16). Seus vices eram Pinheiro Jr., César Velloso e Antônio Marins, além de Aristides Guaraná, candidato ao Senado, Torquato Moreira, Argeu Monjardim e Alfredo Reginaldo Teixeira, à Câmara dos Deputados. Em Cachoeiro, a oposição tinha forte aliado, o jornal *Cachoeirano* que, em 1899, deixara de ser oposição e passara à situação, em virtude da adesão de Bernardo Horta ao Partido Construtor Autonomista. A partir de 1905, voltara à oposição devido ao racha ocorrido no mesmo partido.

O Alcantil, jornal que apoiava a candidatura de Marcondes, afirma que a campanha levantada pela oposição não tem popularidade nem força política dentro do estado. Por isso, ressentia-se até mesmo de não ter um chefe político de prestígio, daí a indicação de Getúlio dos Santos. A oposição, entretanto, acusa Marcondes por meio dos jornais *Cachoeirano* e *Comércio do Espírito Santo* de ser homem sem tradição, sem cultura, sem títulos de qualquer espécie que o credenciassem à investidura de presidente do governo. O *Jornal do Comércio*⁵³ (sem data) publica trechos de uma carta que teria sido escrita por Marcondes que diz

“(...) quanto à minha candidatura e minha plataforma, cuja eu já estou estudando, tenho de mostrar ele primeiramente ao dr. Jeronymo e ao compadre Bernardino, para ver se elles aprova, ela porque como você sabe eu indas não tenho prática de governo e para ti fallar a verdade, estou arrecesoso de fazer fiasco e então quando eu for apresentado eu vou mandar a plataforma”. (MOREIRA, 2004.p. 188)

A candidatura de Marcondes Alves de Souza foi muito combatida e provocou grande agitação e conflito no estado, mas a influência e poder do chefe político que o apoiava, Jerônimo, resultou em sua vitória. Comícios e manifestações eram debelados. Em Cachoeiro, segundo MOREIRA (2004, p. 190), quando da chegada do candidato oposicionista, Getúlio dos

⁵³ Citado por MOREIRA, 2004, p. 188.

Santos, acompanhado de grande comitiva e muito povo, “(...) um foguete mal dirigido explodiu sobre o prédio da delegacia, provocando o revide de muitos tiros contra o grupo, ferindo várias pessoas”. Marcondes Alves de Souza assume o governo, apesar das diversas tentativas de incompatibilizá-lo, mesmo quando a oposição afirmava que seu candidato obtivera 6.000 votos contra 2.200 de Marcondes, alegando que Jerônimo manipulara o Congresso para reconhecer a vitória de seu candidato.

O governo Marcondes, empossado em 23 de maio de 1912, foi marcado por sérios problemas de ordem econômica e financeira, particularmente ligados à administração Jerônimo. Segundo SALETTO (2008, p.44-46), o principal problema a ser enfrentado por ele estava no Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo e na Companhia Industrial, responsável pelas indústrias do Itapemirim. Todo o ônus dessas instituições recaía sobre o estado, onerando-o sobremaneira. A situação de Marcondes não era fácil porque toda sua carreira política sempre fora à sombra dos Monteiro e deles dependia sua sobrevivência, sem contar que a política capixaba estava nas mãos deles. Marcondes contou, então, com um apoio externo, de um importante político em nível federal, o senador gaúcho Pinheiro Machado, mas não conseguiu solucionar as questões financeiras do Estado.

No governo de Hermes da Fonseca, é criado um novo partido, o Partido Republicano Conservador, fundado em 1910, sob a liderança de Pinheiro Machado e aparece como uma forma de pressão sobre o presidente e os militares que pretendem atacar as oligarquias nos estados. Em 29/11/1910, é eleita a comissão executiva do PRC cujo programa defende a Constituição de 1891, a liberdade eleitoral, a estabilidade cambial e valorização gradual da moeda, revisão do sistema tributário, defesa das indústrias nacionais, agrícolas etc., a defesa dos interesses do comércio nacional e a defesa de uma das mais perfeitas organizações civis da sociedade brasileira.

O partido Republicano Espírito Santense filiou-se ao PRC sem se dissolver, objetivando manter a autonomia estadual. Entretanto, O PRC foi extinto logo após a morte de Pinheiro Machado, sua principal liderança, em 1915. Além do PRC, foi criado também o Partido Republicano Liberal, de Rui Barbosa, cujo diretório, em Cachoeiro, era formado por Pinheiro Jr., presidente, Alziro Vianna, vice-presidente, Fernando de Abreu e João Motta, secretários, e

Constantino Netto Serra, tesoureiro. A comissão executiva era formada por Antonio Marins, Antonio Bernardino Ferreira Rios, Anacleto Ramos, Mário Imperial⁵⁴.

Na esfera municipal, para o quadriênio 1912-1916, o recém formado Partido Republicano Conservador do Espírito Santo lança chapa ao governo municipal composta por Aguilar Vieira de Freitas, Emygdio de Vargas Correa, Antonio Alves da Cunha, ambos concorrendo à reeleição, Felinto Elysio Martins e José de Souza Monteiro. Em editorial, assim se dirigiram os governistas ao eleitorado

“O Partido Republicano Conservador do Espírito Santo, neste município, depois de consultar todas as influencias locais e as convenções políticas do momento, assentou em apresentar a chapa que se segue, composta de nomes de eminentes correligionários...”. (*Alcantil*, 25/01/1912)

A oposição vai concorrer às eleições municipais com os seguintes candidatos: Anacleto Ramos⁵⁵, fazendeiro, casado com Carly Levy, filha do importante comerciante e ex-governador municipal, Samuel Levy; Alziro Vianna, comerciante com a Casa Comercial Ferreira Viana & Cia., filho do Major Primo da Conceição Vianna; Emiliano Amorim, membro de família de importantes políticos, a família Amorim, da qual foram figuras já mencionadas Joaquim, Diogo e Eugênio Pires de Amorim; João Vieira da Fraga⁵⁶, grande fazendeiro e comerciante de Muqui; e Aristides Azevedo⁵⁷.

Da chapa governista são eleitos os seguintes governadores municipais: José de Souza Monteiro, engenheiro, diretor do banco Hipotecário Espírito Santo, filho do cel Francisco de Souza Monteiro, irmão de Jerônimo e Bernardino, com 863 votos; Felinto Elyzio Martins, 851; Emygdio de Vargas Correia, 847; Antonio Alves da Cunha, com 764, não se elegendo o candidato Aguilar Vieira de Freitas. Dos que faziam oposição, nenhum se elegeu, tendo sido

⁵⁴ MOREIRA, Evandro. **Cachoeiro**: uma história de lutas. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2004, p. 206.

⁵⁵ Anacleto Ramos era filho de Antônio José Ramos. Seu pai era originário de Anchieta, morou em Itapemirim, onde aprendeu a profissão de mestre em pranchas. Veio para Cachoeiro passando a residir na rua Moreira, contraindo matrimônio com D. Francisca Ramos. Anacleto Ramos era proprietário da fazenda Aquidabã, doou áreas de terra hoje ocupadas pelo Tiro de Guerra, para a construção de casas para operários da prefeitura e ferroviários, para a construção do Grupo Escolar que tem o seu nome, hoje EMEB Anacleto Ramos. Foi presidente da Santa Casa de Misericórdia, da Loja Maçônica Fraternidade e Luz, da União Operária, do Caçadores Carnavalescos Clube e faleceu em 1970. MACIEL, 1992, p. 235-236.

⁵⁶ João Vieira da Fraga era proprietário da fazenda São Francisco. Janjão, como era conhecido, nasceu em 24/10/1868 e casou-se, em 07/05/1888, com Ana Antonia Ribeiro, nascendo desse consórcio 14 filhos, dos quais dois morreram ainda antes dos dois anos de idade. Era maçom, membro da Loja Maçônica Fraternidade e Luz, onde galgou até o grau 17º na hierarquia desta CASTRO, Leandra Passini de. **Fraga, fragata, fragou**: a família Fraga em Muqui, mais de um século de história. Vitória: Artgraf, 1990.p. 18,19,27.

⁵⁷ Era neto do fazendeiro José Luiz Homem de Azevedo, natural de Valença.

eleitos três candidatos avulsos, Joaquim Antônio Caiado, 564, Custódio Moreira da Fraga, com 538 votos que se elegera da mesma forma em 1908; José Pereira Rios, com 206 votos. (Ata da Câmara Municipal: 22/02/1912). O que acontece a partir do domínio dos Monteiro é a burla do “terço”, quando a situação lançava candidatos avulsos eleitos para as vagas reservadas à oposição, garantido que os sete governadores municipais fossem da situação, alijando a oposição do poder que, por não se eleger, vai desanimando de concorrer às eleições.

José de Souza Monteiro renunciou poucos meses depois. O Partido Republicano Conservador lançou a candidatura do Cel Antonio de Souza Monteiro, o irmão mais velho dos Monteiro, para preencher a vaga nas eleições realizadas em 04 de agosto de 1912. Sem candidato da oposição, o Cel Antonio de Souza Monteiro vence as eleições, exercendo a presidência do governo municipal. A partir da conquista do poder pelos Monteiro, a oposição não elege mais governadores municipais.

3-1 - A ATUAÇÃO DE BERNARDO HORTA NO CONGRESSO NACIONAL

Bernardo Horta foi eleito deputado federal para sua primeira legislatura entre os anos 1903 e 1906, fazendo parte da chapa do Partido Construtor Autonomista ao Congresso Nacional ao lado de Moreira Gomes, José Monjardin e Galdino Loreto. Alcançando um total de 14.117 votos, segundo resultado divulgado pelo partido. Das comissões formadas no Congresso, Bernardo Horta fez parte da que tratava das Pensões e Contas. Além dessa comissão, existiam muitas outras, dentre as quais Obras Públicas e Colonização, Diplomacia e Tratados, Agricultura e Indústrias Conexas, Instrução, Saúde Pública etc. Seu primeiro mandato foi marcado por intensos trabalhos no Congresso. Seus discursos receberam diversos elogios por parte dos jornais da capital federal e do Espírito Santo, dentre os quais se destaca aquele relacionado aos impostos interestaduais. Além desse tema, ele debateu no Congresso a questão da reforma eleitoral, da primeira política de valorização do café, do *homestead*, do Tratado de Petrópolis relacionado ao acordo firmado entre o Brasil e a Bolívia, além de muitos outros temas.

Um dos primeiros temas discutidos por Bernardo Horta no Congresso Nacional foi a questão da reforma da legislação sobre as eleições federais, projeto do deputado Anísio Abreu, que propunha o voto cumulativo, o voto a descoberto e que cada município fosse uma secção

eleitoral, bem como a entrega do alistamento eleitoral e das mesas eleitorais a uma junta composta pelo juiz de direito de comarca, pelo presidente do governo municipal e pelo primeiro suplente de juiz seccional. Desse debate, participaram com ele os deputados Anísio de Abreu, autor do projeto, e Julio dos Santos. Bernardo dá seu parecer sobre o art. 34, parágrafos 22 e 24, e a parte 1ª do art. 35 da Constituição Federal. Para ele, a firmeza de uma eleição estaria na validade ou não do alistamento eleitoral. Por isso, ele defende a junta eleitoral, embora reconheça que muitos discursos alegam que a Constituição não admite a delegação desse poder ou atribuição às juntas estaduais pelo Congresso. Segundo o art. 34, parágrafo 22, ao Congresso Nacional é concedida a faculdade de “(...) regular as condições e o processo da eleição para os cargos federaes em todo o paíz” e no parágrafo 24 (art. 34), a de “(...) decretar as leis orgânicas para execução completa da Constituição”. Para ele, a eleição eleitoral é orgânica e substancial do regime presidencial representativo. Sem ela, não há poder Legislativo. No art. 15, argumenta ainda: “(...) incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente”. Conclui que a outros poderes nacionais competem atribuições do parágrafo 1º “(...) providenciar sobre as necessidades de caracter federal”. Para ele, não apenas ao Executivo cabe isso, mas ao Congresso, aos poderes locais e aos governos estaduais e conclui que

“Sendo a lei eleitoral substancial ao nosso regimen político e uma das “necessidades de caracter federal”, os governos dos Estados, os poderes locais são competentes para providenciar, nos seus respectivos círculos de ação, para que ella tenha a devida execução”. (*O Cachoeirano*, 03/09/1903, discurso proferido no Congresso Nacional, 12/08/1903)

Para fundamentar sua exposição, cita o trabalho de um representante dos Estados Unidos junto ao governo britânico que afirma que para garantir a supremacia absoluta do governo federal, ficou estatuído que a Constituição, bem como as leis dos EUA, serão as leis supremas do país e que os juízes de cada um dos estados deverão cumpri-las, independentemente de haver coisas contrárias em qualquer um dos Estados.

Ao citar a realidade dos EUA para fundamentar a defesa de algo que se refere à realidade brasileira, Bernardo Horta é criticado pelo deputado Julio dos Santos, mas se defende alegando que nossa Constituição foi moldada na Constituição daquele país. Por isso, fez uso do estudo desse cidadão estadunidense. Antes mesmo de se defender, Bernardo é defendido pelo deputado Anísio de Abreu, que seguiu o mesmo raciocínio. Bernardo defende ainda não ser necessária a presença do alistado, mas apresenta emenda em que basta “(...) que o

requerimento feito pela própria letra do pretendente a ser eleitor, reconhecida por tabelião, seja não arquivado em cartório ou na secretaria da municipalidade, mas remetido à junta de revisão da capital do estado (...).” (*O Cachoeirano*, 03/09/1903, discurso proferido no Congresso Nacional, 12/08/1903)

A emenda apresentada por Bernardo Horta abre espaço para uma manobra feita pelos Monteiro, mas que certamente era bastante praticada nas diversas localidades do país. Em depoimento de Carlos Lindemberg, quando entrevistado por Fernando Lima Sanchotene, João Eurípedes F. Leal e Todeska Badke, explica no que consistia a fraude por ele denominada o “constitui”

“(...) Mas eu já estava envolvido na vida política desde 9 ou 10 anos. Na época de fazer a inscrição eleitoral, nós éramos chamados pelos candidatos para fazer **o Constitui**. Era o seguinte: o sujeito passava uma procuração, que dizia: **constituo meu procurador o Coronel Antonio de Souza Monteiro, para fim de me alistar como eleitor e assinava**. Fazíamos isso com a letra de meninos de 9 ou 10 anos, justamente porque a letra, ruim, confundia-se com letra de colonos que, geralmente, não era boa. **Assim esse processo passou a chamar-se Constitui, uma procuração que a gente fazia ao Coronel Antonio de Souza Monteiro, meu tio, para alistamento de eleitores**”. (ZORZAL, 1995. p. 84)

É muito importante ressaltar que, embora não fosse o que Bernardo Horta defendia, sua proposta foi usada de forma distorcida pelos políticos no ímpeto de vencer as eleições, conforme o próprio Carlos Lindemberg conclui em seu depoimento.

O debate do qual Bernardo Horta participa, sobre o projeto de reforma eleitoral proposta pelo deputado Anísio de Abreu, vai redundar na aprovação da lei nº 1.269, também conhecida por lei “Rosa e Silva”, de 15/11/1904, homenagem ao senador que refundou o projeto e o defendeu até transformá-lo em lei. Considerada a mais importante lei eleitoral do início da república no Brasil, a lei Rosa e Silva permite o reconhecimento da oposição e a eleição de alguns de seus membros. No entanto, isso não acontece em alguns estados, ou porque não estão bem organizadas as oposições, ou porque as minorias fizessem parte do partido dominante. Todavia, essa lei foi fundamental num ambiente político no qual desde o Império, os grupos novos, assim como os velhos, objetivavam -e conseguiram- dominar e controlar o eleitorado, bem como a oposição que, marginalizada, ficara quase sempre alijada do poder. A

lei Rosa e Silva, garantia a representação das minorias e norteava o novo alistamento eleitoral entregando esse serviço

“(...) aos juizes, com formais exigências para sua validade, havendo recursos em cada Estado e Distrito Federal para uma junta composta por um juiz federal... e do procurador geral do Estado; cercava de garantias a entrega de títulos, sendo a eleição por escrutínio secreto, com permissão de votar o eleitor a descoberto, perante mesas organizadas por uma junta... sendo estabelecido o voto cumulativo (...)”.(CARONE, 1975, p. 297).

O voto cumulativo a que se refere a citação estava ligado à votação em chapa incompleta (o “terço”). Permitindo que o eleitor desse todos os seus votos, ou parte deles, a um só candidato, em lugar de votar na chapa. Assim, os eleitores de oposição poderiam eleger alguns de seus candidatos.

Sobre os impostos interestaduais, projeto apresentado ao Congresso pelo então deputado Serzedello Correa, modificado pelo deputado da bancada paulista, Arnolpho de Azevedo, Bernardo Horta teve participação muito intensa nos debates, com discursos que arrancaram muitos elogios não apenas de seus pares, mas da imprensa de modo geral. As opiniões sobre os impostos interestaduais divergiam quanto a sua constitucionalidade ou inconstitucionais, sobre os que consideravam constitucionais os impostos, mas que deveriam ser abolidos e os que, apostando na sua inconstitucionalidade, propunham a criação de um imposto novo, o que para Bernardo Horta, sacrificaria o comércio e a lavoura. Bernardo Horta é contundente na defesa de que o Congresso não deveria criar outro tributo, porque o ônus recairia sobre aquelas atividades em torno das quais girava a maior parte das economias dos estados brasileiros, especialmente o Espírito Santo. O *Correio da Manhã* de 26/09/1903 assim se referiria aos boatos que corriam sobre a questão dos impostos interestaduais

“(...) será aprovado não propriamente o projeto Serzedello Corrêa, proibindo os impostos interestaduais, mas o substitutivo do sr. Arnolpho Azevedo, que de algum modo dificulta a taxação dos produtos que transitam por mais de um Estado”.

Para fundamentar sua explanação, Bernardo Horta se propõe examinar a questão de brechas e a ausência de clareza na Constituição, bem como a discriminação das rendas, quando se trata dos impostos interestaduais, passando a analisar os artigos 7º, 9º, 10º e 11º, 12º, 34º, parágrafo 5º, 65º, parágrafos 2º e 83º. Esses artigos tratam, respectivamente: da receita da União, dos estados, do que é vedado tanto à União quanto aos estados, da atribuição do Congresso de

regulamentação do comércio, da outorga aos estados do que não lhe seja negado em cláusula expressa, do vigor de toda antiga legislação não contrária ao atual regime de governo e à Constituição. Segundo ele, haveria três maneiras de se analisar a questão em debate: tendo como base a Constituição dos Estados Unidos; pela história, demonstrando os exemplos da monarquia; tendo como base a Constituição brasileira. É a partir da terceira que ele se propõe fundamentar sua análise, considerando-os artigos elencados anteriormente, dos quais abordaremos os mais elucidativos.

O art. 7º diz que a competência de decretar impostos sobre a importação de produtos de procedência estrangeira é da União. Bernardo procura diferenciar procedência de origem o que, segundo ele, são coisas diferentes. Procedência tem a ver com o que viria de outro país direto para a alfândega brasileira. Origem estrangeira refere-se ao que, tendo entrado em um estado, é enviado para outro. Por isso, o documento que regula essa negociação de um estado para outro trata do comércio nacional, não estrangeiro raciocínio com o qual há algumas concordâncias. Para tentar mascarar essa falha na lei, houve uma alteração do texto constitucional por parte do autor do projeto, Serzedello Correa, substituindo procedência por origem. Ainda no art. 7º, que se refere à isenção de impostos por parte da União sobre o comércio de cabotagem, isso não se aplica à navegação de cabotagem que, segundo Bernardo e outros deputados, são coisas diversas. Quanto ao art. 10º, este afirma que a União não pode taxar serviço estadual e estabelecer imposto de transporte em uma estrada de ferro estadual, em navegação estadual, cobrando imposto adicional do passageiro. O art. 11º diz que tanto estados quanto União não podem criar impostos de trânsito pelo território de um estado ou na passagem de um para o outro, mas não afirma que, se o produto entra na circulação de determinado território estadual, deve ser taxado. Ponto questionado por ele, pois é óbvio que, se um produto apenas passa de um estado para outro, não pode ser constitucionalmente taxado, fato que não ocorre caso o produto entre em circulação para consumo. Já o parágrafo 5º do art. 34 afirma ser do Congresso Nacional, de maneira privativa, a competência de regular os produtos importados, entre os estados e com o distrito federal. Todavia, Bernardo questiona o art. 9º, parágrafo 3º, por meio dos quais os estados podem regular os produtos importados.

Perguntado pelo deputado Felisberto Freire sobre o destino da renda desses impostos cobrados pelos estados, Bernardo afirma que vão para a União. No entanto, se um estado qualquer tem um produto e sofre concorrência de outro produto importado, pode criar um

tributo proibitivo para proteger o seu. Embora alguns deputados afirmem que isso não é permitido aos estados, ou seja, criar impostos proibitivos, eles o fazem, pois o imposto de entrada é proibitivo desde que o produto não encontre consumidor por causa de seu alto valor. Além disso, para proteger seus produtos, os estados recorrem aos prêmios para seus produtores, prejudicando o produto estrangeiro.

Em outro discurso datado de 13/12/1903⁵⁸, Bernardo reafirma que não há no texto constitucional, de maneira expressa, a proibição dos impostos interestaduais. Segundo ele,

“(...) os que consideram constitucionaes os impostos inter-estaduais estão de pleno accordo concedendo à União o direito de regular o commercio, mas não de taxar; dos que consideram inconstitucionaes esses impostos é considerável o número de projectos salvadores, de emendas logo em seguida apresentadas, diametralmente oppostos, completamente antagônicos entre si, não tendo todos esses projectos dispositivos similares ou orientação coherente⁵⁹”. (*O Cachoeirano*, 27/12/1903)

Bernardo Horta afirma que o próprio Serzedello Correa diz ser o projeto de Arnolpho de Azevedo, em votação, uma cópia de seu projeto e que as alterações são inócuas e seu texto inconstitucional. Para Bernardo Horta, a constitucionalidade do projeto é inexistente: se constitucional, não haveria diversos projetos tão diversos e antagônicos.

Ele afirma também que os acórdãos do Supremo Tribunal têm sido desmoralizados pelo Congresso, que contraria suas decisões alegando ser constitucional o que o Judiciário alega ser inconstitucional, o que torna duvidosa a competência do Judiciário em julgar a constitucionalidade das questões. Os debates sobre os impostos interestaduais sempre recorrem aos acórdãos, o que não seria preciso houvesse constitucionalidade.

Enquanto na questão da reforma eleitoral Bernardo Horta baseia-se na Constituição dos Estados Unidos, na dos impostos critica o fato de alguns quererem recorrer a ela para justificar a proibição, argumentando que, enquanto lá os impostos de importação e exportação são proibidos aos estados, aqui os de exportação não o são. Por isso, a incompatibilidade dessa comparação. Enquanto apresenta seus argumentos, Bernardo Horta é acusado por Malaquias Gonçalves de mostrar o mal sem apresentar o remédio, uma vez que ele afirma deixar a questão da elaboração de emendas sobre o assunto aos entendidos do direito, embora

⁵⁸ Citado em *O Cachoeirano*, 27/12/1903.

⁵⁹ Discurso datado de 13/12/1903 no Congresso Nacional citado em *O Cachoeirano*, 27/12/1903.

afirme que, no percurso de sua exposição, tenha apresentado possíveis saídas para o problema. A solução, segundo Malaquias, “(...) é dar aos Estados uns tantos por cento da receita de importação. Isso é, mais do que lógico e eqüitativo. Estados há que tem grande importação e renda muito pequena”. (*O Cachoeirano*, 07/01/1904, citando discurso de Bernardo Horta no Congresso Nacional, 13/12/1903). Para outros, como Eloy Chaves, outro parlamentar, o governo não deveria disputar com os estados essas pequenas migalhas representadas pelos dividendos provenientes de alguns impostos que são muito importantes para economias em crise.

Nesse mesmo discurso, Bernardo Horta mostra como os jornais estão se posicionando em relação à questão dos impostos interestaduais, opondo-se a eles, e cita o *Jornal do Brasil* de 01/10/1903, onde se lê

“(...) O perigo é real, os Estados, no caminho em que vão, ameaçam guerrear-se com as respectivas tarifas, não podendo ter essa luta resultados que não sejam funestos. Segundo a opinião mais corrente, a Constituição não permite, porem, também não proíbe expressamente tão prejudicial cobrança; logo, uma vez que a lei básica da Republica se resente de uma falha a respeito, só um accordo entre os Estados poderá resolver o problema, sem os perigos que poderão advir de uma lei em que o Congresso procura dictar modos de proceder a circunscrições políticas autônomas⁶⁰”.

O jornal aponta para alguns problemas sérios que envolvem a questão tão debatida no Congresso. Entre esses problemas, a existência de uma falha na Constituição relativa aos impostos interestaduais. Caso não haja um acordo entre os Estados, a possibilidade de uma guerra fiscal é iminente, ou então, afirma o jornal, seria necessária uma revisão constitucional, o que demandaria, certamente, um tempo muito maior. Além disso, o jornal defende também que o projeto em questão proposto pelo membro da bancada paulista, é inconstitucional e contraproducente, porque

“(...) si taes impostos são legalmente cobrados, os Estados não teem que dar satisfação da maneira por que essa cobrança é feita; si não, o projecto é contraproducente e perigoso, acrescentemos, porque reconhece aos Estados um direito que actualmente é discutível⁶¹”.

Em texto no jornal *Correio da Manhã*, de 10/07/1903, Gil Vidal trata dessa questão como sendo capital, uma vez que desde há muito, os estados a discutem, o que gera verdadeira

⁶⁰ Jornal do Brasil, 01/10/1903, citado em *O Cachoeirano*, 07/01/1904.

⁶¹ Jornal do Brasil, 01/10/1903, citado em *O Cachoeirano*, 07/01/1904.

“guerra de tarifas” entre esses estados e os próprios municípios. Como se vê, a “guerra fiscal” hoje discutida é um velho problema.

O *Jornal do Comércio*, de 25/09/1903, fazendo alusão a seu discurso afirma que

“O Sr. Bernardo Horta diz preferir para a discussão dos textos constitucionais ao regimen tributário dos Estados Unidos ou mesmo aos exemplos do domínio monarchico. Encara os textos constitucionais de accordo com a opinião do dr. Julio de Castilhos, na Constituinte, considerando perturbador do systema de distribuição de rendas o art. 12. Cita opiniões de diversos membros da Constituinte, terminando por declarar que considera os impostos inter-estaduais perfeitamente constitucionaes”⁶².

Bernardo Horta sai em defesa do Espírito Santo em discurso datado de 03/11/1903⁶³, quando um deputado do Rio Grande do Sul, Alfredo Varella, desfecha várias críticas contra diversos estados, inclusive o Espírito Santo, referindo-se ao “aniquilamento do estado”, sem, contudo, explicitar que aniquilamento seria esse. Bernardo Horta, então, partindo desse ponto, questiona a que tipo de aniquilamento ele estaria se referindo. Afirma que, se administrativo, o Rio Grande do Sul também estaria aniquilado, uma vez que o Espírito Santo sempre acompanhou a política de Júlio de Castilhos e que a constituição do Espírito Santo é modelada pela do Rio Grande do Sul. Se o aniquilamento é “de caráter”, afirma que nenhum presidente do estado do Espírito Santo tinha sido acusado de descuido com a administração pública no cumprimento do dever. A própria oposição, da qual ele fez parte durante tanto tempo, reconhecia isso. Segundo ele, nenhum presidente do estado foi atacado em sua dignidade e honra pela oposição. Se econômico e financeiro isso não procede, pois basta olhar o desenvolvimento do Espírito Santo e para ver isso. O que o estado fora na monarquia não é nem de perto o que tem sido na república, uma vez que as exportações não diminuíram, mas aumentaram. Embora haja a crise do café, o Espírito Santo não é responsável por ela. Se o aniquilamento decorre de empréstimo contraído no exterior com a garantia de suas rendas internas, então o Rio Grande do Sul e outros estados também encontram-se na mesma situação porque Borges de Medeiros, em discurso, dissera que fizera a mesma negociação; se relativo à má aplicação da renda no estado, há uma incoerência, pois o relatório do presidente do estado dá conta de que 65% da renda estadual é aplicada em melhoramentos públicos.

⁶² *Jornal do Comércio*, 25/09/1903, citado pelo jornal *O Cachoeirano* de 01/10/1903.

⁶³ Citado em *O Cachoeirano*, 26/11/1903.

Quando da apresentação de requerimento na Câmara pelo mesmo deputado, relativo ao Banco da República, Bernardo Horta, mais uma vez, posiciona-se de maneira contrária. O requerente solicita à Câmara que uma comissão parlamentar examine a conta corrente do Banco da República com o governo federal, relativa aos vários empréstimos, bem como pede um exame minucioso das transações entre os parlamentares e o Banco. Bernardo Horta se posiciona contra o requerimento, pois, segundo ele, o banco é obrigado a fornecer informações seguras ao governo sobre seus negócios. Por isso, o ministro de governo deveria fazer a solicitação e não criar uma comissão parlamentar para isso. Além disso, os parlamentares têm todo o direito de contrair empréstimos em qualquer estabelecimento bancário.

Outro tema sobre o qual Bernardo Horta se debruçou foi a questão da valorização do café. Sua atuação nesse sentido se verifica especialmente em um discurso datado de 14/10/1903. A crise mundial do café levou os estados brasileiros exportadores desse produto à discussão não apenas sobre as causas, mas sobre as possíveis soluções para saná-la. Desde 1895, o deputado Erico Coelho já previa a necessidade de intervenção do governo federal para solucionar o problema da crise. Entretanto, outros propõem a queima de 20% da produção, o que acarretaria uma diminuição da oferta e possibilitaria um equilíbrio entre oferta e procura, proposta aceita pelos cafeicultores e comerciantes em 1901. Entre 1902 e 1905, “(...) os estudos concretos de Augusto Ramos, F. Ferreira Ramos e Alexandre Siciliano dão ao Governo do Estado de São Paulo as bases teóricas para enfrentar o problema da superprodução e desvalorização do café.” (CARONE, 1976, p. 137) Assim, os estados passariam, a partir daí, a intervir na questão do café como forma de solucionar a crise.

Bernardo Horta, como dito no parágrafo anterior, também participou desse debate. Em seu discurso no Congresso, afirma que os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro se reuniram para formular e apresentar um projeto que apontasse uma solução para a crise agrícola pela qual passava o país e que ele compareceu a uma das últimas reuniões, quando a comissão composta por esses estados permitiu-lhe apresentar um adendo ao projeto, no parágrafo 7º, art. 1º que diz que o “(...) Governo poderá, si julgar conveniente, criar e regulamentar a bolsa do café, bem como criar tipos nacionaes de café”. (*O Cachoeirano*, 12/11/1903, citando discurso no Congresso Nacional, 14/10/1903) A idéia de criar bolsas e tipos nacionais de café são ideias defendidas pelo deputado para resolver o problema da crise.

Nesse discurso, Bernardo Horta aponta para os benefícios da crise para o país, bem como elenca as causas dos males que atingem o café: o fato de a cultura ser feita de maneira arcaica, rudimentar, sem a escolha adequada do solo, desconhecendo sua composição; a falta de instrução técnica do lavrador, a colheita em que o lavrador colhe indistintamente o café, misturando sementes verdes e maduras, não respeitando o período de colheita de cada tipo; a carência de transportes, aliada a falta de estradas de boa qualidade, além de altas taxas e do próprio preço do frete; o acondicionamento impróprio do produto que, misturado a outros gêneros para o transporte, altera seu aroma.

Todavia, segundo ele, a crise também trouxe coisas boas, dentre as quais a superprodução, pois embora ela cause baixa no preço do produto, alterando a questão da oferta e da procura, é o único meio de o Brasil manter sua supremacia como país cafeeiro, além de ela proporcionar um estudo para que os cafés de qualidade inferior fossem eliminados. A crise possibilitou a introdução de produtos químicos utilizados no ensacamento do produto para exportação, garantindo uma melhor conservação. Outra questão que destaca é a possibilidade de uma reflexão sobre o investimento no produto de melhor qualidade. No entanto, afirma que a diferença de preço entre um café de qualidade superior e um inferior é muito pequena, o que desestimula o produtor a investir nesse produto melhor. O mercado não leva isso em conta. Ele diz que o que ocasiona a falta de esmero do produtor em produzir uma mercadoria de melhor qualidade, além do explicitado anteriormente, é falta de mão-de-obra e carência de crédito, argumento utilizado por produtores de outras culturas também.

A seguir, ele passa a dizer quais seriam as possíveis soluções para a crise, aumentando o consumo e diminuindo a produção. Para isso, propõe que o governo invista na propaganda nos mercados europeus, africanos e asiáticos, que o governo auxilie os produtores como o faz com outros produtos e que se evitem as falsificações. Não concorda com a fixação de um preço mínimo para o café, assim como para nenhum produto, e é contra a queima do café para equilibrar a oferta e a procura. Os estados sozinhos não dão conta de arcar com todo o investimento na produção e na ajuda aos produtores, e a União deve apoiá-los, pois os estados cafeeiros só têm o mercado externo como alternativa, ao contrário de outros estados que podem abastecer o mercado interno. Por isso, ele advoga a proteção por parte do governo sobre o café. Para ele, a especulação comercial é o elemento que desvaloriza o café de boa qualidade, pois o intermediário mistura o café de má qualidade com o de boa qualidade. No exterior, são separados, mas a origem do que tem boa qualidade não é explicitada. Ele critica

os intermediários estrangeiros na venda do café, taxando-os de desleais e terríveis, defendendo que o nosso café deveria ser vendido em bolsas, em leilão, em tipos nacionais. Assim, os países consumidores veriam um café de boa qualidade, pois reduziria o número de vendedores intermediários. Para embasar seu raciocínio, faz alusão a uma fala de Cândido Rodrigues, quando secretário da agricultura de São Paulo, que diz

“Essas ligas ou caldeações que aqui se fazem para formação dos diferentes tipos para exportação são desfeitas nos países importadores, que separam as diversas qualidades das quaes as melhores são entregues aos mercados como procedentes de outros países productores, vantajosamente conhecidos, sendo as inferiores classificadas como cafés do Brasil”. (*O Cachoeirano*, 22/11/1903, citando discurso no Congresso Nacional, 14/10/1903)

Bernardo Horta de Araújo, concluindo seu discurso, afirma que é necessária a criação de um Ministério da Agricultura mais interessado nas questões da lavoura. É importante também uma bolsa de café com as vendas em leilão e a criação de tipos nacionais de café, cujo objetivo maior será desestruturar o intermediário, bem como a especulação do produto que por eles é feita. Questionado pelo deputado Eduardo Ramos sobre se o governo deveria intervir na seleção dos cafés no mercado de consumo, Bernardo afirma que ao governo caberia regular, uma vez que a intervenção seria atribuição do comércio. Sem essas medidas, diz Bernardo, nunca se poderá valorizar o café, a não ser que se pretenda esvaziar os cofres públicos e arrasar a economia dos produtores.

Em 1904, Bernardo Horta esteve envolvido nas questões relativas ao Tratado de Petrópolis, assinado entre Brasil e Bolívia envolvendo questão de limites. Ele apresentou uma emenda que suprimia algumas palavras que não lhe pareciam claras no texto do projeto, especialmente aquelas referentes à linha designada em tratado anterior, datado de 1867. *O Correio da Manhã* de 17/01/1904, citado em *O Cachoeirano* de 24/01/1904, afirma que Bernardo Horta, respondendo ao discurso de Lindolpho Serra, afirmou que o Tratado de Petrópolis não fez maiores concessões à Bolívia que aquele assinado em 1867 e que também não lhe fornece um número maior de fontes, além de ter afirmado que o custo da ferrovia Madeira-Mamoré seria de 14 contos e não 60 como se tem orçado. Questionou no discurso de Lindolpho o fato de ter ele dito que o território de Mato Grosso é litigioso, porque os territórios não pertencem aos estados, mas ao país. Bernardo diz aprovar o tratado, mas não como ele está. Deveriam ser eliminadas do art. 1º as palavras “modificando, mediante permuta de território e outras compensações, a linha divisória entre os dois países, traçada pelo anterior tratado de 27 de

março de 1867, promulgado pelo decreto n. 4.280 de 28 de novembro de 1868”. (*O Cachoeirano*, 24/01/1904, citando discurso de Bernardo Horta na Câmara em 16/01/1904). A justificativa para tal posicionamento reside no fato de que a lei nº 23 de 30/10/1891, parágrafo 3º, art. 9º, diz que tratados e convenções executados pelo Presidente da República devem ser sujeitos à ratificação pelo Congresso mediante projeto de lei elaborado pelo executivo e esse projeto não foi enviado. Entretanto, isso não impede que ele vote a favor do Tratado de Petrópolis.

No mesmo ano, Bernardo Horta esteve envolvido em outro assunto de importância capital para o país; discussão e votação do projeto 112, de autoria do deputado federal da bancada paulista Francisco Malta, que estabelecia o privilégio do *homestead*. Essa Lei, implantada primeiramente nos Estados Unidos e depois na Argentina, é apresentada no Brasil como complemento à Lei de Terras e lá “(...) concede a cidadãos americanos e estrangeiros interessados em naturalizar-se 160 ares de terras públicas, que devem ser cultivadas e habitadas pelo comprometente (...)”. (CARONE, 1975, p. 18) O título de propriedade é dado ao agricultor depois de cinco anos recebendo também isenção de penhora e venda forçada, mesmo antes do recebimento desse título.

Vários projetos correspondentes ao *homestead* foram apresentados no Brasil, mas nada de positivo foi realmente levado a termo. O primeiro projeto, datado de 1893, solicita restrições à penhora da casa do devedor; outro, em 1895, reforça a idéia de isenção de penhora de seguro do chefe da família, da casa e das terras de até 48 hectares; entre 1896 e 1897 novo projeto propõe, além da isenção da penhora em caso de dívida, o direito do cidadão de requerer um lote de 50 hectares de fronteira, desde que morasse nele há cinco anos, mas o projeto é rejeitado. A questão volta à baila e, em 1903, o debate é o maior desde o início da discussão, em que anteprojeto, agora com mais riqueza de informações, reduz para 25 hectares a quantidade de terras a que o agricultor teria direito, mantendo a ideia de isenção de penhora por dívida. É desse debate que Bernardo Horta faz parte, defendendo veementemente a lei do *homestead*. Segundo CARONE (1975, p. 18), o projeto tramitou no Congresso, sofreu algumas emendas, mas foi engavetado, voltando à discussão no Senado em 1910 e depois foi “(...) remetido para a Comissão Geral do Código Civil”. (CARONE, 1975, p. 18)

Em discurso datado de 02/08/1904, no Congresso Nacional, Bernardo Horta inicia sua defesa tentando desconstruir o argumento de que o *homestead* seria inviável para o Brasil porque nos

Estados Unidos o foi. Sofrendo então pesadas críticas. Lá, argumenta ele, a variedade de leis dos estados impossibilita o funcionamento dessa prática, pois cada estado legisla como quer. Há exemplos de estados em que o limite de isenção é de 300 dólares; noutros 5.000, 20.000. Em outros há em que não há limites impostos pela lei. Se as variadas leis estaduais são divergentes e há reclamações por isso, pela falta de limite ou pelo alto valor, desses impostos o mesmo não acontece com relação à lei federal, datada de 1862. Segundo Bernardo Horta, isso não ocorreria no Brasil, pois o projeto de lei em questão, além de determinar que a lei seja cumprida por todos os estados indistintamente, fixa um valor máximo para a isenção: 10:000\$000. (dez contos de réis).

Contrariando a idéia de que o estado não deveria ser tutor, Bernardo Horta argumenta que houve uma evolução ao longo do tempo, outrora, as dívidas contraídas eram pagas com a escravização do devedor, passando depois aos bens, até o momento em que alguns estivessem isentos da hipoteca. Sobre a objeção de que a implantação do *homestead* faria retrair o crédito, ele nega, utilizando exemplos de outros países, como França e Itália, onde isso não aconteceu.

Uma dos argumentos mais fortes utilizados por Bernardo Horta na defesa do *homestead* é que ele fortaleceria o lar, a família e sua estabilidade, pois o proprietário, com garantias, persistiria no campo, habituando-se à economia que pratica, evitando uma rotatividade de profissão ou o abandono da terra. Utiliza frases de um senador estadunidense, Benton, que afirma: “O arrendamento concilia-se mal com o regimen de liberdade (...). O livre proprietário do solo é, ao contrario, o sustentáculo natural de um governo livre (...)”⁶⁴. Para Bernardo, o privilégio do *homestead* deve ser concedido em alguns casos;

“(...) a quem seja na ocasião solvável, a quem não tenha o mínimo debito, e nesse caso a lei póde impor a inalienabilidade da propriedade e declarar que não será sujeita a hypoteca (...). Em outro caso o homestead poderá ser autorizado até para aquelle que contrahir empréstimo para adquirir o bem que váe collocar sob esse regimen”⁶⁵.

Isso quer dizer que esse privilégio não irá açambarcar todos os proprietários, tampouco os que tem dívidas com o Estado, mas aqueles que estiverem em condições pagando, inclusive, os impostos territoriais regularmente. Um dos deputados que participam da sessão, Candido Rodrigues, discute que o privilégio do *homestead* não deve ser em prejuízo de dívidas contraídas anteriormente, tampouco futuras, depois de sua constituição. Bernardo Horta

⁶⁴ O Cachoeriano, 24/01/1904, citando discurso de Bernardo Horta na Câmara em 16/01/1904.

⁶⁵ O Cachoeriano, 24/01/1904, citando discurso de Bernardo Horta na Câmara em 16/01/1904.

responde ao parlamentar que a questão envolve somente dívidas anteriores à concessão do privilégio. Se a dívida é anterior à constituição, não deve ficar livre, pois o proprietário só poderá penhorar a propriedade se quitar regularmente os impostos territoriais. Para alguns, isso não é correto uma vez que haverá uma desigualdade entre o credor particular e o Estado credor, fato que já acontece, argumenta Bernardo. Para ele, o *homestead* é favorável, também ao parcelamento das terras, o que é bom para o país, pois possibilitaria ao imigrante a propriedade da terra.

Concluindo, Bernardo Horta apresenta as seguintes emendas ao projeto do *homestead*: supressão dos parágrafos 8º e 9º do art. 1º, por não encontrar razões para dispensa de alguns impostos, bem como por não haver necessidade do fornecimento de livros e da dispensa do selo, onerando a União. Quanto ao art. 10º que afirma que no “(...) caso de falecimento de um dos cônjuges, o imóvel ficará pertencendo ao cônjuge sobrevivente, com exclusão dos filhos⁶⁶”, deve ser substituída a parte que exclui os filhos para (..)” e filhos de até a maior idade”, pois a razão do *homestead* é a defesa da família e de seus bens. E ainda “os terrenos mineralógicos não ficam compreendidos nos efeitos desta lei⁶⁷”.

Em meio aos grandes debates na Câmara Federal, Bernardo Horta participou, ainda, como representante do Espírito Santo, da resolução de uma questão litigiosa envolvendo os limites entre esse estado e o de Minas Gerais. teve que, juntamente com o representante daquele estado, Antonio Augusto de Lima, examinar a questão dos limites definidos pelo decreto n. 3.013 de 10/01/1868. Em seguida, elabora relatório minucioso para pôr fim ao litígio. Ao que parece, a região em litígio é um povoado denominado Príncipe (Regente), localizado à margem direita do riacho José Pedro. Dentre as questões que teriam de examinar, estão estas: se a solução dada pelo decreto contém a melhor solução para pôr fim ao litígio, embora provisoriamente; se os territórios por ele definidos estão sob a jurisdição dos respectivos estados; se, em algum tempo, os estados manifestaram oposição à solução dada pelo decreto. Em seguida, deveriam examinar a questão relativa às divisas entre os dois estados, interpretando-as através de mapas e documentos, tanto os da coroa portuguesa, quanto os dos Estados (à época, províncias). Depois desses exames, teriam de responder aos seguintes questionamentos:

⁶⁶ O *Cachoeirano*, 24/01/1904, citando discurso de Bernardo Horta na Câmara em 16/01/1904.

⁶⁷ O *Cachoeirano*, 24/01/1904, citando discurso de Bernardo Horta na Câmara em 16/01/1904.

“a) Há alguma cordilheira ou serra, que sirva de divisor das águas entre os dous Estados, do Espírito Santo e Minas Gerais de modo a constituir uma linha natural de demarcação? b) Existe alguma outra que offerece mais vantagem que essa e capaz de dirimir para sempre a possibilidade do littigio entre esses? c) Há algum acto perfeito, emanado do poder constituído, regulando esses limites entre os dous Estados? d) De que forma cada um dos dous estados tem interpretado esse acto? A linha demarcatória tem sido observada por ambos elles? No caso contrário, de quando data a não observância dessa linha por parte de qual dos estados e com que fundamento? e) O governo do Espírito Santo tem praticado actos de jurisdição que induzam intenção de posse no território banhado pelo rio José Pedro e seus affluentes da margem direita? Desde quando e em que títulos se fundam esses actos? f) O governo de Minas Gerais tem praticado actos de jurisdição que induzam intenção de posse no memso território? Desde quando e em que títulos se fundam taes actos? g) Os habitantes da zona discrupta na línea antecedente a que jurisdição tem obedecido? Onde têm executado e desde quando, seus direitos e cumprido seus deveres cívicos e políticos? h) Póde qualquer dos dous Estados invocar a seu favor o uti possidelis pra justificar sua occupação daquelle território? i) É de habitantes naturais de Minas Gerais ou do Espírito Santo a maioria da população da zona em questão?” (O *Alcantil*, 22/03/1905, texto datado de 18/10/1904)

Depois de responderem a essas questões, ambos teriam de propor soluções para esse problema. Em caso de divergência de opiniões, deveria ser nomeado um terceiro para arbitrar sobre os pontos decisivos. A posição serviria de base para a solução definitiva da questão. Quanto às deliberações dos representantes dos dois estados, pouca coisa há de divergente e, em 27/02/1905, ambos apresentam sua resposta sobre as questões que lhes foram colocadas. Ambos concordam com estas questões: o decreto 3.013, de 10/01/1868, é o que melhor decide sobre os limites em questão, que os habitantes desse povoado, Príncipe, à margem direita do riacho José Pedro, são oriundos de Minas Gerais e exercem seus direitos civis e políticos no Espírito Santo, que há divisas naturais entre os dois estados, entre as quais a serra do Caparaó e a do Espigão; nenhum dos estados faz oposição ao decreto. É consenso também a necessidade de se nomear um engenheiro para dar seu parecer sobre o assunto, pois

“(...) para effectividade da solução que propõem aos respectivos governos, se proceda a um exame topográphico por um engenheiro do Estado de Minas Gerais, afim de verificar a identidade entre a actual povoação do Príncipe, situada à margem direita do riacho José Pedro, e a localidade que com a mesma denominação é designada nos roteiros e mappas, desde a abertura da Estrada Rubim ou de S. Pedro de Alcântara, em 1814⁶⁸”.

Entretanto, os pontos conflitantes residem na interpretação do roteiro escrito em 1814 pelo Capitão Duarte Carneiro sobre se a localidade de São João do Príncipe é a mesma

⁶⁸ O *Alcantil*, 22/03/1905, citando ata das deliberações dos representantes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo de 27/02/1905 sobre a questão dos limites entre esses estados.

denominada Príncipe (Regente). Além disso, há as questões que envolvem a posse desse território e a possibilidade de um dos estados, o Espírito Santo, estar praticando atos de jurisdição sobre o território litigioso. Segundo o representante de Minas Gerais, o Espírito Santo não estaria observando parte do decreto alegando “(...) uti passidetis desde 1814, pela abertura da estrada Rubim ou São Pedro de Alcântara”. (O *Alcantil*, 22/03/1905, texto datado de 18/10/1904) Todavia, ele afirma que Minas Gerais teria, segundo a interpretação do decreto de 08/10/1800, o direito sobre toda a região em disputa, fato contestado por Bernardo Horta. Depois de respondidos os requisitos solicitados, ambos propõem a seguinte linha divisória:

“Pelo Rio Preto, braço principal do Itabapoana, até a Serra do Caparão ou Chibata, dahi, pelo ribeirão José Pedro até sua embocadura no Manhuassu, dahi, pelo serrote divisório das águas dos ribeirões S. Manoel e capim até a Serra do espigão e deste até o Rio Doce, de accordo com o auto de 08/10/1800”. (O *Alcantil*, 22/03/1905, texto datado de 18/10/1904)

Em 14 de outubro de 1905, o governador Henrique Coutinho apresenta uma mensagem enviada a ele pelo governador de Minas Gerais, Francisco Salles⁶⁹, em que apresenta o parecer do engenheiro conforme solicitação dos representantes dos dois estados especialmente sobre a divergência relativa ao território de Príncipe (Regente). Segundo o relatório do engenheiro, citado pelo governador mineiro, o território não se localiza à margem do riacho José Pedro, afluente do Manhuaçu, mas à margem do Rio Perdição, nas vertentes do Rio Pardo, do lado oriental da Serra Geral. O governador mineiro confirma que, de acordo com o roteiro do Capitão Duarte Carneiro, a região em questão é a de Príncipe Regente, situada no vale do Rio José Pedro ou do Manhuaçu, e não do Rio Perdição ou Rio Pardo, apelando para a solução dada pelos representantes de ambos os estados.

Em discussão sobre o orçamento para 1905, Bernardo Horta, mais uma vez, atua em defesa do Espírito Santo no que se refere a uma questão que estava criando um conflito entre o Espírito Santo e a União, os terrenos de marinha, onde reside uma importante riqueza do estado que interessava à União: as areias monazíticas. Há, inclusive, declaração de um dos parlamentares, Eloy Chaves, defendendo o imposto sobre dividendos para os estados, com os quais o governo não deveria disputar “(...) essas pequenas migalhas(...)”⁷⁰. Em discurso datado de 13/10/1904, Bernardo Horta inicia sua exposição procurando definir o que seria

⁶⁹ O *Alcantil*, 14/10/1905

⁷⁰ Anais da Câmara de Deputados, 13/10/1904, p. 290. , citado em O *Cachoeirano*, 03/11/1904.

terreno de marinha. Tem como referência o art. 64 da Constituição Federal, segundo a qual os ditos terrenos seriam os “(...) atingidos pela ação do fluxo das marés”, argumento defendido por Eptácio Pessoa, citado por ele. Bernardo faz uma alusão à situação da Bahia que, segundo ele, teria alguns privilégios na exploração dessa riqueza mineral.

“Fimando-se na disposição do art. 64 do governo federal, entendeu mais o governo estadual da Bahia que lhe assistia o direito de permitir, e de fato permitiu (...), a extracção das ditas areias a outros pretendentes que se lhe apresentaram pedindo essa concessão. O fundamento desse acto consistiu na allegação de que as areias da concessão estadual existiam, não em terrenos de marinhas, de propriedade da União, mas em terras devolutas, que, segundo o já citado art. 64 da constituição pertencia, ao patrimônio do Estado⁷¹”.

Para ele, se as areias estão em terrenos de marinha, pertencem à União e não cabe ao Estado taxá-las. Se estão não exclusivamente em terrenos de marinha, mas em terras devolutas, também não é legítima a cobrança porque o art. 64 ainda não está regulamentado. Age irregularmente o governo da Bahia.

Segundo Bernardo deveria haver igualdade por parte da União no tratamento dos estados, o que não acontece em relação ao Espírito Santo. Afirma ainda que, desde 1899 e 1900, em relatório de Joaquim Murtinho, estava comprovada a existência de areias monazíticas no Espírito Santo. Por sua insistência, o Congresso autorizou o governo, por meio do art. 2º da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900, a arrendar sua exploração. Entretanto, o governo adiou esse arrendamento por alguns anos, por causa das reclamações da Bahia e do Espírito Santo. Este queria mais percentagem, uma vez que a Bahia há muito gozava de rendas da exploração dessas areias, e o Espírito Santo as incluiria só então.

Criticado por um de seus pares, Urbano dos Santos, representante da Bahia, que alegou que Bernardo Horta não estava sendo agradável com seu estado, este responde que ambos concordam que não há igualdade no tratamento feito pela União aos estados, fato com o qual Urbano concorda, além de outros deputados. Bernardo Horta, então, para comparar o tratamento dado ao Espírito Santo pela União, cita um episódio em que Carlos Schmitzpahn teria, ao fazer proposta do arrendamento de alguns terrenos para exploração das areias, oferecido 40% do preço bruto da venda como imposto, sendo 30% para a União e 10 % para o estado.

⁷¹ Discurso datado de 13/10/1904 na Câmara dos Deputados, citado em *O Cachoeirano*, 06/11/1904.

Segundo Schmitzpahn, houve a necessidade dessa emenda pelo fato de que a União deveria discutir com os estados sobre os percentuais, mas que, no contrato, os 40% ficaram todos para a União. Segundo Bernardo, o contrato só foi assinado em 31/12/1901, embora não houvesse sua execução em razão de o governo ter rescindido o contrato e inserindo na lei de 29/12/1902, orçamento da receita para 1903, art. 2º, parágrafo VIII que o governo era autorizado a arrendar as terras para exploração das areias mediante concorrência pública. Poderia reavaliar o contrato de 31/12/1901 e entrar em acordo com os estados para exploração das terras⁷².

Apesar de diversos pareceres de advogados e do consultor geral da república alegando que o estado deveria ser indenizado rescisão do contrato, nada foi feito. O governo assinou contrato, em 12/12/1903, com o sr. Maurício Israelson, pois o governo não considerou haver propostas para exploração das terras por parte da Bahia e do Espírito Santo. O contrato de 1901 incluía os dois estados, mas o de 1903 contemplava apenas a Bahia, saindo mais uma vez prejudicado o Espírito Santo. Além disso, esse contrato estaria contestando terras de Guarapari e Benevente que há muito estavam arrendadas segundo o decreto 4.105 de 22/02/1868. Tal contrato que, no império, havia mais dividendos para os municípios do que na República.

Bernardo cita outro fato importante: duas comissões foram nomeadas para demarcar os terrenos de marinha pertencentes à União e ao estado em Guarapari: uma federal e outra estadual. Ambas chegaram à mesma conclusão sobre a distância para começar a medição. Entretanto, a comissão federal considerou aquela onde a onda atingia sua maior distância. Assim o comprimento de terras da União durante o Império era a metade que na República.

O deputado Urbano Santos, relator do orçamento, afirma que essas questões são solucionadas pelo Supremo Tribunal Federal. Para Bernardo, o Supremo não teria atribuição de criar novo dispositivo constitucional. Urbano afirma que caso a União tenha sentença favorável nesse caso de o Espírito Santo, a questão fica definitivamente resolvida, mas em caso do Espírito Santo obter parecer favorável, é claro que a União deve devolver os terrenos de marinha⁷³. Para Bernardo, o deputado tem razão na teoria, porque na prática não é isso que acontece. As

⁷² Discurso datado de 13/10/1904 na Câmara dos Deputados, citado em *O Cachoeriano*, 06/11/1904.

⁷³ Discurso datado de 13/10/1904 na Câmara dos Deputados, citado em *O Cachoeriano*, 10/11/1904.

decisões do judiciário não eliminam os conflitos entre a União e os estados e que, só depois de esgotados os depósitos de areia, a União não fará mais conta desses terrenos, temendo, apenas, a indenização.

Terminado o primeiro mandato, Bernardo é reeleito para uma segunda legislatura na chapa dissidente, liderada por Moniz Freire. Esse mandato não foi tão profícuo como fora o primeiro. Em setembro de 1906, apresentou na Câmara um requerimento dos funcionários da Alfândega de Vitória relativo a aumento de salário e argumentou que no relatório do Ministério da Fazenda, datado de 1903, um inspetor da Alfândega do Espírito Santo viu a necessidade de aumentar os vencimentos dos guardas. No mesmo ano, 1906, opõe-se ao governo do Espírito Santo julgando inconstitucional um ato que cria um instituto de instrução secundária igualando-o ao ginásio nacional. Segundo ele, a lei 460, art. 6º, parágrafo 4º, é inconstitucional porque equipara um instituto estadual a um Ginásio Nacional, o que não é possível por ser uma prerrogativa federal. Isso se justificaria, talvez, se as disciplinas fossem idênticas às do nacional, mas não o são. A pessoa que frequenta as aulas acredita, ao final, adquirir diploma de igual valor ao do ginásio nacional, o que não ocorre⁷⁴.

Num discurso de Torquato Moreira na Câmara, em 07/06/1907, em que afirma que o Banco do Brasil não teria recebido um vintém do Espírito Santo relativo a uma dívida deste com aquele contraída em 1899, Bernardo Horta contesta suas e afirmações demonstra que nas mensagens do presidente do estado ao Congresso Legislativo há referências ao pagamento da dívida entre os anos de 1901 e 1903. Em seguida, questiona que alguns indivíduos, inclusive a imprensa, especialmente da capital do país, dizia que partidários de Moniz estariam atrapalhava as negociações entre o Banco do Brasil e o Espírito Santo para a liquidação da dívida. Logo depois, Bernardo passa a criticar a obscuridade das negociações dessa dívida feitas por Jerônimo Monteiro com o Banco do Brasil.

Em discurso datado de 07/07/1908, Bernardo Horta critica a candidatura de João Luiz Alves ao Senado, mostrando-se pessimista em relação à política. Seu pessimismo advém do fato de que, para ele, há uma unanimidade no apoio à candidatura de pessoas que não são residentes no estado por onde se candidatam, uma vez que elas estariam alheias aos problemas locais, às brigas políticas, às hostilidades etc. Para fundamentar suas ideias, cita o exemplo de Jerônimo

⁷⁴ Anais da Câmara dos Deputados (RIO DE JANEIRO, 01 a 31/11/1906, p. 253-254).

Monteiro que, algum tempo fora do estado, não militando na política local, foi eleito quase por unanimidade. Isso aconteceu exatamente pelo seu distanciamento das questões locais, bem como de brigas, disputas e ressentimentos a que estão submetidas as lideranças que residem no município. Bernardo Horta ataca a comissão formada por Jerônimo Monteiro no governo Henrique Coutinho, responsável por liquidar a dívida do estado com o Banco do Brasil. Ataca ainda aquela formada com João Luiz Alves na transação da Leopoldina com o Espírito Santo para a venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, vendida por três contos, quando na verdade custou aos cofres públicos quatorze. Conclui ratificando a necessidade de que o governante seja oriundo de seu estado, embora a Constituição Federal não exija isso. Embora a exposição de Bernardo sobre a eleição de políticos da região e que nela residem nela seja procedente, não era o que ocorria na política na Primeira República, pois muitos políticos, inclusive no Espírito Santo foram eleitos não tendo qualquer relação com o estado. Ser eleito não dependia disso, mas das relações costuradas com a situação e, depois de eleitos, de posse dos mandatos, muitas vezes abandonavam posições e partidos com os quais haviam sido eleitos.

Para a legislatura de 1909, o PRES apresentou uma chapa ao Congresso Nacional que contemplava as principais correntes políticas anteriormente na oposição, mas que se uniram para a criação do novo partido dirigido por Jerônimo Monteiro: para o Senado, Bernardino Monteiro; para a Câmara, Torquato Moreira (ex-PRF), o Barão de Monjardim (ex-Autonomista), Bernardo Horta (líder em Cachoeiro) e Galdino Loreto. Nessa época, até Moniz Freire, que não participou da fundação do PRES, manifestava “expectativa” em relação a ele, postura adotada também por Bernardo Horta.

Em manifesto intitulado Ao eleitorado do Espírito Santo, de 01/01/1909, publicado no *Cachoeirano* em 09/01/1909, Bernardo Horta assim escreveria:

“A pacificação política que se observa no Estado do Espírito Santo, é o resultado da orientação segura, da vontade enérgica, e da proveitosa dedicação à causa da República do seu actual presidente o exmo. sr. dr. Jeronymo de Souza Monteiro. Solidário com essa orientação, a minha attitude política será coherente com o programma do partido Republicano Espírito-Santense, que acceitei, e para cuja execução propugnarei sob a direcção do seu benemérito chefe. Candidato ao logar de deputado federal, se merecer o apoio do partido e os suffrágios do digno eleitorado, procurarei, como até agora, cumprir meu dever de trabalhar pelo engrandecimento do Estado e da República”.

Bernardo Horta, envia junto com Luis Siqueira Lima telegrama⁷⁵ parabenizando a atuação de Jerônimo Monteiro na administração do Estado. Apóia suas iniciativas e, apesar de algumas críticas feitas a Jerônimo antes da fundação do PRES, teve força política para ser inserido na chapa do partido tendo a seu lado um grupo em Cachoeiro com força suficiente para isso. Ao que parece, ele, a princípio, não foi lançado pelo partido, mas lançou-se como candidato, aparecendo, em seguida, na chapa do PRES, em 17/01/1909, com o apoio de Jerônimo, o que prova sua força política e a de seus aliados. Depois de 1908, a atuação de Bernardo Horta declina de maneira impressionante. Enquanto o primeiro mandato, e parte do segundo fora, bastante produtivo, parte do segundo e o terceiro foram muito modestos, chegando ao caso de, nos Anais da Câmara de Deputados não existir nenhum discurso seu entre os anos de 1909 e 1911. O que há, em 1909, diz respeito a um pedido de um voto de pesar pela morte de Galdino Loreto e uma objeção ao pedido de demissão de um deputado reeleito para o cargo de presidente da Câmara. Sua atuação nos últimos anos como deputado federal reflete bem a situação física, emocional e financeira a que ele estava exposto, fatos que resultarão em seu suicídio.

3.2 – O SUICÍDIO DE BERNARDO HORTA DE ARAÚJO

Na sociedade brasileira o suicídio é um tabu, especialmente em virtude de questões religiosas. Pouco ou quase nada se fala dele ou sobre ele. Tal fato reflete o desejo de não mais viver, pois nele está implícita -ou não- a ideia de que seria melhor morrer. E ainda: morrer pela suas próprias mãos. Foi isso que Bernardo Horta fez com um tiro na cabeça em 20/02/1913, data em que completaria 51 anos, no porão da casa de Delphim Horta de Araújo, seu irmão, na rua Conde do Bonfim nº 22, entre meia noite e uma hora da madrugada. A descrição de sua morte por parte de seu sogro, em artigo (carta) ao jornal *Correio da Manhã*, datado de 26/02/1913, é bastante impressionante:

“(…) Vi seu corpo em posição natural, na cama, rosto virado para o lado esquerdo, com os braços: o direito pousando sobre o corpo (...), deixado cair o revolver para o lado esquerdo, na altura da cintura, que antes empunhava, o braço esquerdo, caído ao longo do corpo; o rosto todo ensangüentado, tendo disparado uma bala na fronte (...), do lado direito, dando-se forte hemorragia, alagando toda soleira (...) o assoalho. O corpo estava calçado de meias, vestindo ceroulas e camisa branca (...). Parecia dormindo! Os olhos cerrados e a boca fechada. So o olho direito estava aberto (...). Em

⁷⁵ Cachoeirano, 19/12/1908.

cima de uma cadeira foi encontrada a roupa preta, com que se devia vestir, depois de cadáver, colarinho, punhos, gravata e até botas pretas⁷⁶.

Joaquim Ayres foi testemunha ocular e foi quem agilizou, junto com Delphim, todos os trâmites para o sepultamento de Bernardo Horta . Na mesma carta, Ayres desmente o que a imprensa carioca vinha especulando sobre a morte: que ele teria 53 anos, que sofria de doença incurável, que tinha outra profissão em Guarapari, que seus filhos haviam sido entregues para serem cuidados por alguém em Vitória, que o enterro tivera grande acompanhamento, entre outras coisas. Um homem da envergadura de Bernardo Horta teve presentes em seu enterro apenas sete pessoas: Moniz Freire, o representante do chefe de polícia; seu sogro, Joaquim Ayres, Joaquim Ayres Filho; Delphim Horta e seu cunhado, além de um senhor de automóvel não identificado. Foi enterrado no dia seguinte à morte, no cemitério do Caju, às nove e meia da manhã, carneiro 1349, quadra 17, próximo ao de sua esposa, enterrada no carneiro 1326, mesma quadra, cemitério onde também estava sepultado seu pai.

Vale destacar que tudo ou quase tudo o que se sabe sobre Bernardo Horta reside no ambiente da vida pública: o político combativo, enérgico defensor da República, orador perspicaz, jornalista arguto, farmacêutico habilidoso, exímio conhecedor das leis e do direito, entre tantas outras características que marcaram seu caráter público. Todavia, pouco se sabe sobre sua vida privada, da qual trataremos um pouco a partir de agora. Conforme dito no 2º capítulo, Bernardo Horta era casado com Angelina Ayres e era pai de cinco filhos: Maria Izabel, nascida em 01/03/1898, Fábio, 22/09/1899, Zilma, 31/05/1901, Lélia, 27/04/1902 e José, 31/05/1904. Numa leitura atenciosa das cartas trocadas entre Bernardo Horta e sua esposa permite ver um Bernardo apaixonado e uma relação de muito afeto entre ambos. Ele a tratava carinhosamente de Nininha, ou simplesmente, Ni. Ela o chamava de Beré. Em uma carta endereçada à Maria Isabel, sua filha mais velha, fala da falta que Angelina lhe fazia. A esta, em 13/01/1905, Bernardo escreveria:

“Ni, minha bem amada.

Hontem foi um dia de alegria e de bem estar para mim. Recebi de uma só vez tuas boas cartinhas de 6, 8 e 9. Li-as com saudades (...), mas como é agradável ter noticias e consolação de bem amado e saber dos filhinhos”.

Em outra carta, esta endereçada à filha Lélia, pode-se verificar o carinho que marca a relação entre ambos:

⁷⁶ Jornal *Correio da Manhã*, 26/02/1913

“Lélia, minha mussinha.

Viva e levadinha como sempre, não é! Saudades muitas do (...) papai? Breve ahi estarei e me farás queixas da mamãesinha, dos feitos que ella tiver de passado e eu me zangarei com ella e não darei a ella nem frutas, bem doces, nem confeitos, nem ballas, nem sapatos novos. A minha mussinha, mais, terá tudo isso e mais o papae para beijal-a, abraçal-a e acalental-a e abençoal-a”. Beré (s/d)

O tratamento carinhoso é recíproco e, em carta datada de 16/07/1903, Angelina, sua esposa, o escreveria

“(…) Vejo pelo bom apetite que tens tido que voltas, gordo, forte, coradinho, mimosinho, com estes teus olhinhos expressivos, parece que estou vendo elles fallarem, anciosa espero-te com vontade de beijar-te e abraçar-te muitas e muitas vezes, a tua Ni”.

A relação entre Bernardo Horta , sua esposa e filhos é marcada pelo afeto, fato que é comprovado pelas cartas, mesmo diante da constante ausência deste em virtude do distanciamento que a atividade política exigia, especialmente a partir de 1903, quando, eleito deputado federal, precisava estar no Rio de Janeiro com mais freqüência. Mesmo em Cachoeiro, a rotina diária, particularmente quando no período das eleições, não lhe permitia estar sempre perto da família. Isso, inclusive, é motivo de queixa em vários momentos por parte da esposa diante, por exemplo, da saudade dele e/ou enfermidade de um dos filhos. Nessa perspectiva, a morte precoce da esposa, vítima de tuberculose, com 23 anos incompletos, deve tê-lo abatido. Além disso, ficava viúvo e tinha de cuidar de cinco filhos pequenos.

Desde 1894, Bernardo Horta estava às voltas com uma doença típica do século XIX conhecida com beribéri, ocasionada por falta de vitamina B1 (tiamina), cujas manifestações mais freqüentes são danos ao coração e sistema nervoso. Bernardo viajou durante vários dias, inclusive para o nordeste do país, para fazer tratamento da doença Acabou tendo, por ordem médica, de mudar para Guarapari, isso em 1909. Aliada à doença, sua mudança para Guarapari está relacionada também ao fato de estar muito endividado. Além do beribéri, esteve com problemas nos olhos. Ele afirma precisar fazer uma cirurgia para “retirar o deposito de chumbo”, sendo que, diariamente, precisava tratar dela para evitar inflamação. Afirma ainda ter estado muito doente de agosto a novembro de 1911 e reclamava com a sogra por não ter recebido visita nem dela nem de seus filhos. Em carta ao sogro datada de

19/02/1913, dia anterior à sua morte, expõe sua situação financeira, afirmando que sofrera um desfalque na farmácia, o que somava uma dívida de 12 contos de réis. Na carta, ele diz que

“Desde os roubos que soffri na infeliz sociedade na pharmácia que os meus recursos diminuíram. Tendo admitido um sócio sem capital, que retirou-se com doze contos com as mais caras drogas roubadas, tendo falsificado a escripta recebendo dinheiro e não os creditando, offerecendo recibos de soldo depois de dissolvida a sociedade, tendo eu de pagar as suas despesas particulares etc. etc, fiquei (e nem era de esperar outra coisa), devendo quantia superior a trinta contos”.

O sócio que o roubara era Arthur Martins, seu concunhado, casado com Judith Ayres, irmã de Angelina Ayres, com quem tinha um filho. Também acabou cometendo suicídio. Mesmo a venda da farmácia em 1903, depois de eleito deputado federal e mudando de cidade, não foi suficiente para que pudesse pagar a dívida. Bernardo queixa-se ainda de ter prestado um serviço ao estado no governo Henrique Coutinho: os limites entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O pagamento prometido foi de sete contos, mas isso não ocorreu. Assim, ele teve de arcar com todos os custos de viagens, documentos, estada, alimentação e outras despesas. Segundo Bernardo, Henrique Coutinho dissera a Galdino Loretto, em 1906, que lhe pagaria, fato discutido por ele em *O Cachoeirano* de 23 e 30/04/1905, mas não houve pagamento. Pegara com Delfim, seu irmão, além do que já lhe devia, mais dois contos de réis que lhe seriam adiantados pelo governo do estado. Isso não ocorreu, aumentando ainda mais sua dívida. Esta questão da dívida com o governo do estado é muito tratada por ele, principalmente na carta endereçada a seu irmão, datada de 18/02/1913:

Utlmimamente, implorei esse pagamento dos 7:000\$ como uma esmola e... nem assim. E no entanto esse dinheiro é meo, gastei-o (...). O Estado que mande avaliar o meo trabalho, por competentes, e saberá o quanto mesquinhamente procedeu. Não restará nem o recurso de diser que o meu trabalho parlamentar foi prejudicado, pois que n'esses annos foi que mais produzi e a verificação será fácil”.

Realmente esse foi o período de maior produção de Bernardo. Ele participou de grandes debates nacionais e com atuação impecável, defendendo o Espírito Santo de forma veemente e segura. Mesmo a atuação de Jerônimo Monteiro, Bernardino Monteiro e João Luiz Alves na tentativa de fazer com que o governo estadual lhe pagasse o débito foi em vão. Bernardo afirma ainda que lhe prometeram um cargo (emprego) no estado, através do qual, recebendo salário, poderia ir pagando suas dívidas. No entanto, outro foi posto em seu lugar, descumprindo mais uma promessa. Seu sogro, em artigo já citado no *Correio da Manhã*,

afirma que, em convenção com seus amigos, Bernardo abriu mão de se candidatar novamente à Câmara por causa desse emprego prometido, versão defendida pelo *Cachoeirano*, que diz que outro, de outro estado, foi posto em seu lugar.⁷⁷

Assim, ele chega à conclusão de que não havia outra solução a não ser dar cabo de sua própria vida. Viúvo, tendo de cuidar de cinco filhos pequenos, dependendo dos favores dos outros, sem emprego, muito doente, desacreditado politicamente, afirmando que seus feitos pelo estado estariam esquecidos e, principalmente, extremamente endividado, Bernardo se suicida. É impossível precisar o tamanho da dívida contraída por ele, mas ele fala em trinta contos de réis, uma fortuna para a época. Bernardo Horta tinha fama de econômico, de não ter vícios, de ser muito honesto, fatores que, certamente, influenciariam na decisão tão drástica como a que ele tomou, agravada pelo fato de não poder sustentar os filhos nas coisas mais elementares.

A tese defendida por quase todas as bibliografias existentes sobre as razões para o suicídio de Bernardo Horta é a de que, além das dívidas, ele se matou por “desgostos políticos”. MARINS (1920, p. 182), por exemplo, é um dos que a defendem, entre outros. Todavia, o que se pode apreender das cartas deixadas por ele é que a principal razão para seu suicídio foram as dívidas. É o que ele reforça em cada carta, Dívidas inclusive que o fizeram tirar alguns filhos da escola e não possibilita-la aos outros. Dívidas com seu irmão de muitos contos de réis. Com João Luiz Alves, senador da república. Faltava dinheiro inclusive para alimentação e vestuário dos filhos. *O Cachoeirano* de 23/02/1913, ao tratar da morte de Bernardo e de suas possíveis causas, situa-as apenas no âmbito político, afirmando, que ao terminar seu último mandato, de deputado federal, em 1911, teve início seu ostracismo, desiludido com os governos que se sucederam na república, abandonado pelos situacionistas do Estado. Também tem sido dito que Bernardo se decepcionara com os rumos que a República tomara, desviando-se dos princípios democráticos e que, “(...) desiludido com os atos e procedimentos da República (...)”⁷⁸, teria se suicidado. Pode ser que isso seja verdade, mas é preciso relativizar. Bernardo Horta era um homem de seu tempo, que, muitas vezes, lançou mão das fraudes eleitorais para se eleger, para impedir que outros se elegessem, ou as duas coisas. Seu prestígio e poder político provinham de seus atributos pessoais e morais, mas principalmente de suas alianças políticas com a oligarquia estadual, bem como com a elite local, ou seja, com

⁷⁷ *Cachoeirano*, 23/02/1913

⁷⁸ MACIEL, 2001, p. 190,

aqueles que detinham o controle político-econômico e a máquina estatal, que funcionava a serviço de um pequeno grupo, na maioria das vezes.

Antes de morrer, sua preocupação era com os filhos, seu presente e futuro. Em carta endereçada a eles, dá conselhos sobre a importância de um ajudar o outro, de aprenderem uma profissão e desempenhá-la com dignidade. Dentre os conselhos que dá aos filhos, diz que suas posições deveriam ser conquistadas por trabalho, bons modos e honestidade, cujos princípios norteadores eram os da religião cristã. Bernardo cogita a possibilidade de uma pensão por parte do governo federal para os filhos, com a ajuda de políticos influentes como João Luiz Alves, Moniz Freire, Bernardino e Jerônimo Monteiro, Torquato Moreira, Lauro Muller, Glicério, Francisco Salles, entre outros. Tal pensão daria aos filhos a possibilidade de um futuro melhor. Enfatiza que o empenho de Moniz e João Luiz seria fundamental. Preocupa-se também com aqueles com os quais tem dívidas, especialmente, seu irmão Delfim. O resultado da venda de seus pertences, mais o valor que o governo lhe devia, caso fosse pago, deveria ser empregado no pagamento a seus credores. O restante serviria para encaminhar os filhos, a quem pede que rezem por ele como ele sempre o fez por eles. Despede-se com lágrimas, deixando as últimas vontades

“Enterro de ultima classe, sem acompanhamento. Sepultura rasa. Ninguém use luto por mim. Os filhos uma fita ou laço preto no vestuário”. (Bernardo Horta de Araújo, 19/02/1913)

Terminava assim a vida de Bernardo Horta de Araújo, mas não sua história que permanece viva, à disposição, especialmente dos historiadores, ansiosa para ser reconstruída. Seus restos mortais e os de sua esposa, Angelina Ayres Horta, trasladados do Rio de Janeiro em 1919, repousam em jazigo perpétuo da família cedido pela Prefeitura, no cemitério de Cachoeiro de Itapemirim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de uma conclusão vale ressaltar o que já teria sido afirmado por SOUZA (1980, p. 186): não era no município que as decisões políticas se davam, mas no nível da oligarquia instalada no estado. Isso pôde ser visto no decorrer da pesquisa e da leitura deste trabalho. As facções políticas de Cachoeiro de Itapemirim que não estavam em consonância com a oligarquia estadual não vão se eleger a não ser pelo espaço reservado às minorias, a partir de 1892, conhecido como “terço”. O que se observa é que a composição do governo municipal de Cachoeiro acompanha a oligarquia estadual.

Durante o período conturbado do início da república, em meio à ascensão e à queda dos governadores estaduais, se seguiu a ascensão e queda dos intendentes municipais. Iniciado o período em que os governadores estaduais passaram a ser eleitos, a maioria deles fazia parte da situação instalada em âmbito estadual. Instalada a República, são nomeados para a Intendência Municipal Raphael di Martino, Felipe de Mello Pereira Filho e Diogo Pires de Amorim. Quando da cisão no Partido Republicano do Espírito Santo e da entrada para a oposição do grupo de Cachoeiro, é nomeada nova Intendência composta por membros do Partido Republicano Construtor: Novaes Mello, João Cândido Borges de Athayde e Francisco Marques e Guardiã, e os grupos se revesaram no poder até 1892, quando os governadores municipais passaram a ser eletivos. Na primeira eleição municipal, cinco dos sete governadores municipais eleitos (Francisco Marques e Guardia, Samuel Levy, Francisco Vieira de Almeida Ramos, Silvino Luiz da Fraga e Lafayette Bernardes) são componentes do Partido Construtor, mesmo partido do governador estadual, Moniz Freire. No pleito seguinte, 1896, a situação se repete, apesar da tentativa da oposição liderada por Bernardo Horta de incompatibilizar os candidatos da situação. Depois da ascensão dos Monteiro, a oposição não conseguirá se eleger, pois vai haver a burla do terzo, além do “constitui”.

Pode-se afirmar que muitos políticos nesse período conferem seu apoio a determinados candidatos, especialmente em períodos eleitorais em que há a disputa por cargos em âmbitos estadual e federal e o fazem em virtude da aceitação da direção que o partido tomou. No entanto, por princípio, um tempo depois retiram o apoio dado ou então, de posse do mandato, mudam de lado. Além disso, pode-se perceber que muitas das divergências políticas que ocorriam no município não se configuravam no âmbito das relações pessoais, íntimas, pois as pessoas convivem entre si, participam de festas, são testemunhas de casamentos de filhos.

Mantêm em âmbito público e, às vezes, privado certa aproximação, fato que não se observa no âmbito político.

É possível falar em uma geografia do poder em Cachoeiro centrada em duas importantes regiões produtoras de café, Castelo e Muqui, além da sede do município. Além de representantes da cidade de Cachoeiro, havia representantes desses dois distritos, ou pelo menos de um deles, em todos os pleitos municipais como em 1904 quando, embora não houvesse representante de Muqui, havia de Castelo, o agrimensor Pio Ramos. Houve casos em que a maior parte dos governadores municipais era dessas regiões, como por exemplo, em 1892, em que três governadores eram de Castelo (Carlos Pinheiro de Souza, Francisco Antonio de Moraes e Francisco Vieira de Almeida Ramos) e um era de Muqui, Silvino Luiz da Fraga.

Vale ressaltar que, nesse ano, além da abstenção da União Republicana Espírito Santense, havia forte oposição no município, liderada por Bernardo Horta. Esses indivíduos são oriundos de poderosas famílias dessas regiões: Vieira Machado, Souza Werneck e Fraga, de Muqui; Vieira Machado, Pinheiro de Souza, Almeida Ramos, Vargas Correa, Vieira da Cunha etc., de Castelo. O poder dessas famílias advém de sua riqueza, bem como de seu entrelaçamento matrimonial possibilitando a construção de alianças familiares, mas também políticas que forneceram importantes políticos nas três esferas de poder: municipal, estadual e federal. Quanto às profissões, destacam-se os fazendeiros, em sua maioria, comerciantes, médicos, advogados, farmacêuticos, entre outras.

Dos políticos municipais que se destacaram tanto em nível municipal quanto estadual e até federal estão Bernardino Monteiro, governador municipal em quatro legislaturas consecutivas (1896-1908), além de deputado estadual (1907-1909), senador e governador (1916-1920); Pinheiro Jr., governador municipal entre os anos de 1896-1900, 1904-1908, além de deputado estadual nas legislaturas 1895-1897, 1904-1906, 1907-1909; Júlio Pereira Leite, governador municipal entre os anos de 1908-1912, deputado estadual entre os anos de 1907 a 1909, 1910 a 1912, deputado federal entre 1916 e 1918, presidente do Congresso Estadual em 1912 e presidente do Conselho Municipal de Vitória em 1911. Já em níveis municipal e estadual destacaram-se Pio Ramos, governador municipal nas legislaturas 1904-1908 e 1908-1912 (deixou o cargo em 1910), além de deputado estadual entre 1898 a 1900, reeleito para mais três legislaturas consecutivas (1901-1903, 1904-1906, 1907-1909), até 1909; Marcondes

Alves de Souza, eleito governador municipal entre 1900-1904, 1908-1912, além de vice-governador (1908-1912) e governador entre 1912-1916; Nestor Gomes, governador municipal entre 1908-1912, deputado estadual em três legislaturas consecutivas, 1908 a 1909, 1910 a 1912 e 1913 a 1915, governador estadual entre 1920-1924; Custódio Moreira da Fraga, governador municipal entre 1908-1912 e 1912-1916, deputado estadual entre 1910-1912, 1913-1915; entre tantos outros como Felinto Elysio Martins, Antonio Marins, Antonio Aguirre (vice-governador e governador estadual), Antonio de Souza Monteiro, Jerônimo Monteiro, Luis da Siqueira Lima além, é claro, de Bernardo Horta de Araújo cuja carreira está centrada em Cachoeiro de Itapemirim, onde atuou como propagandista da República, vice-governador estadual, deputado estadual na primeira Constituinte no estado, governador municipal entre 1896-1903, redator-chefe do jornal *O Cachoeirano*, além de atuação destacada também no âmbito federal.

Vale ressaltar que a saída de Bernardo Horta da oposição, em 1899, e sua entrada na situação garantiu-lhe um novo mandato de governador municipal no ano seguinte, atuando como presidente do governo, bem como a sua alçada como deputado federal nas eleições seguintes até 1911. Sua atuação, conforme demonstrada aqui, foi extremamente profícua. Debateu temas de importância nacional como a primeira política de valorização do café, o *homestead*, a reforma eleitoral que redundou na lei Rosa e Silva, entre outros.

Foi possível verificar tanto as facções políticas que se configuraram em níveis estadual e municipal, bem como os políticos que delas fizeram parte. Além disso, buscou-se demonstrar a composição do governo municipal desde os primeiros dias da república, em 1889, até 1912, destacando os pleitos eleitorais, as intrigas, as campanhas, os arranjos políticos, as fraudes, as alianças, os políticos em disputa, as mudanças e permanências no que se refere às posições partidárias. De todas as eleições, há um destaque para aquela que figura como o pleito mais renhido situado no ano de 1896, com ampla participação de Bernardo Horta e do grupo liderado por ele no município.

Segundo LEAL (1975, p. 23)

“Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe

prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras”.

Segundo o esquema citado por LEAL e que se consagrou na Primeira República do coronel que controla todo o município não se aplica a Cachoeiro. Pelo contrário, aqui os políticos que dominaram a cena política são ligados à oligarquia estadual. Embora houvesse aqui grandes coronéis, as lideranças municipais não eram grandes coronéis e também não estavam subordinados a eles, mesmo aliadas e dependendo dos votos garantidos por esses coronéis. Suas carreiras políticas não dependiam do coronel apenas, mas de sua habilidade política e de grandes alianças que construía. Esses políticos profissionais eram oligarcas porque seu poder político estava no âmbito estadual e não só municipal. Em alguns municípios do Espírito Santo, menores e menos importantes economicamente, esse esquema se aplicava de maneira efetiva e o poder do coronel era muito grande, conforme verificado no caso de Iconha⁷⁹ citado por CAPRINI (2007) em que o coronel Antônio Duarte dominava a política desse município. Essa situação se difere também do que afirma RESENDE (2002, p. 96): o coronel teria sua base de poder estruturada considerando alianças com o que ela denomina “pequenos coronéis”, ou seja, médicos, advogados, padres, comerciantes, farmacêuticos. As grandes lideranças são profissionais liberais. Boa parte deles apoiados pelos coronéis.

Como exemplo, podemos citar a carreira de Bernardino Monteiro que, embora fosse filho de um antigo coronel e usufruísse do prestígio de ser filho de coronel, assim como da importância de ser pertencente à família Monteiro, era advogado. Sua força política provinha também de atributos pessoais e da orientação política do sogro, Gil Goulart, que também era advogado e funcionário público. Ele faz carreira no município. No entanto, por intermédio de Jerônimo Monteiro, é alçado ao governo estadual. Pinheiro Jr., outra importante liderança política, era médico. Seu pai era um grande coronel, mas seu prestígio não estava, apenas, ligado ao pai, e Pinheiro Jr. não era um coronel. Bernardino e Pinheiro Jr. eram, assim como tantos outros, políticos profissionais que não estavam a serviço dos coronéis. Pelo contrário, neles residia a força política local e/ou por meio das alianças políticas, dos casamentos arranjados por eles articulados. O apoio dos coronéis era muito importante porque esses políticos precisavam dos votos garantidos por eles, conforme já mencionado anteriormente.

⁷⁹ Para obter mais informações sobre o assunto remeto os leitores ao trabalho de CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)**. Dissertação Defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2007. 150 páginas.

A luta política que se trava em Cachoeiro não configura uma mera luta em nível municipal, mas faz parte de uma luta política mais geral localizada no âmbito estadual. A situação e a oposição que se estruturam no nível da oligarquia, são verificadas também em nível municipal, assim como os confrontos ocorridos nesse período entre elas. Na política municipal, há disputa pelo poder. Nela, os atores envolvidos são políticos de importância estadual e até federal, com grande influência. Por isso, a luta política travada aqui não é apenas local, mas geral. Aqui, há oposição forte, organizada e com importantes apoios, que se elege em todos os pleitos pesquisados. Enfraquece-se apenas com a saída de Bernardo Horta, em 1899, e definitivamente com a subida de Jerônimo Monteiro ao poder, em 1908, quando não consegue eleger mais ninguém. As dissidências que se observam em âmbito estadual ocorreram também aqui no município.

Quanto ao objetivo principal deste trabalho, que foi provar se a carreira de Bernardo Horta refletiria a relação entre o poder municipal e a oligarquia estadual, isso ficou bastante claro ao longo do texto. No período em questão, a relação entre o poder municipal e o estadual é fundamental para o funcionamento do sistema político. Bernardo Horta cumpriu bem esse papel. Embora suas origens estejam fincadas no município, ele representou uma ligação estreita com a oligarquia, fosse nos momentos em que esteve na situação, defendendo os governos estaduais, fosse como oposição, criticando os governos estaduais, liderando a oposição no município. Como deputado federal, elegeu-se quando situação, buscando no município, e em consonância com o poder estadual, o apoio necessário para se eleger.

Já em relação ao paradoxo existente entre a defesa dos ideais democráticos e libertários da república e sua negação, em virtude da implantação da República Oligárquica, o que se conclui é que a carreira de Bernardo foi marcada por diversos pleitos em que as acusações que pesaram sobre ele são as de fraude: as práticas eleitorais que ele condenou, a princípio, como propagandista, especialmente na eleição municipal de 1896 quando liderou um grupo na tentativa frustrada de incompatibilizar os candidatos situacionistas. No entanto, isso não o desqualifica. Ele é um homem de seu tempo e jogou, em muitos momentos, segundo as regras do jogo. Seu caráter não foi maculado por isso e sua fama de homem honesto, não apenas com relação às questões públicas, mas também na vida privada, permanece, mesmo que, para sobreviver politicamente, tenha praticado as mesmas coisas que condenou.

Buscou-se levantar sua trajetória política nas três esferas de poder e creio ter aqui podido fazê-lo, embora não de maneira definitiva, uma vez que não existe história definitiva, mas em constante transformação acrescida cotidianamente de novos elementos. Sua atuação no município foi marcante não apenas pela instalação da luz elétrica, evento de grande importância para o município, do palácio do governo municipal, pelo calçamento de ruas e pela construção da ponte sobre o córrego Amarelo, mas pelo discurso coerente, pela atuação como jornalista à frente de *O Cachoeirano*, como membro da Loja Maçônica, como pai de família, pela forte oposição a diversos políticos, pela honestidade e parcimônia, pelas ideias. Como deputado federal defendeu o Espírito Santo em diversos assuntos, como no caso dos terrenos de marinha, participou de debates sobre temas de relevância nacional como a discussão que resultou na primeira política de valorização de café, da reforma eleitoral, que redundou na Lei Rosa e Silva, da questão do *homestead*. Participou dos debates sobre os impostos interestaduais, entre outros. Ainda como deputado federal defendeu o Espírito Santo em questão litigiosa com Minas Gerais sobre o território de Príncipe Regente, obra bastante elucidativa.

Sua carreira política, conforme demonstrado, começou a declinar a partir do terceiro mandato de deputado federal, iniciado em 1909. Acerca desse período nem referência a seus discursos ou emendas existe, pelo menos nos documentos analisados. Abalado pela perda precoce da esposa, com cinco filhos pequenos para criar e sem poder sustentá-los, bastante doente e, principalmente, endividado, Bernardo Horta deu cabo de sua vida no dia 20/02/1913. A principal tese aqui defendida sobre as razões que o teriam levado à morte é a de que ele se matou por causa das dívidas, aliando-se a isso os fatores já mencionados. Com fama de honesto e econômico, acumulou dívidas impagáveis desde o prejuízo financeiro sofrido com a sociedade na Farmácia Horta. Tais dívidas que o levaram ao ato extremo de suicidar-se, distante dos filhos, num porão, no Rio de Janeiro. Em 1º de abril de 1919 os restos mortais de Bernardo Horta e sua esposa, Angelina Ayres Horta, são trasladados do Rio de Janeiro para o cemitério de Cachoeiro de Itapemirim, onde repousam em jazigo perpétuo da família, cedido pela Prefeitura do município.

FONTES

ALCANTIL. Vitória, Espírito Santo, 1905 a 1908 e 1912.

CACHOEIRANO. Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo, 1908 a 1913.

COMÉRCIO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória, Espírito Santo, 1896, 1897

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1903, 1904 e 1913

O CACHOEIRANO. Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo, 1889 a 1907.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, Espírito Santo, 1890 a 1896.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1903.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1913.

JORNAL OFICIAL Vitória, Espírito Santo, 1896.

REVISTA ARGOS. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1919.

ACTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Espírito Santo:

Arquivo da câmara municipal de Cachoeiro de Itapemirim; (período consultado: 1889 – 1913).

BRASIL. Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904 (v. 1, 2), 1905 (v. 20, 21, 22, 23, 24, 25), 1906 (v. 6, 7, 8, 9), 1907 (v. 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 1, 2, 5, 6), 1908 (v. 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21) 1909 (v. 22, 23, 1, 2, 3, 5, 7, 9, 10, 11,), 1910 (v. 13, 14, 15, 16, 2, 3, 4, 5), 1911 (2, 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17).

Estado do Espírito Santo. Assembléia Legislativa. Vitória, Cadastro de Deputados, Governo Republicano Federativo, 1892 A 1933.

Estado do Espírito Santo. Lei n.º 22, de 8 de novembro de 1892. Regula o processo da primeira eleição municipal. Vitória, ES, p. 199-210, 1893.

HORTA, Angelina Ayres [*Carta*] 16 julh. 1903, Cachoeiro de Itapemirim [para] ARAÚJO, Bernardo Horta de. 2f. Trata do estado de saúde de Bernardo Horta.

ARAÚJO, Bernardo Horta [*Carta*] 13 jan. 1905, Rio de Janeiro [para] HORTA, Maria Izabel Ayres., Cachoeiro de Itapemirim. 1f. Informa sobre o recebimento de algumas cartas enviadas a ele por sua filha Maria Izabel.

ARAÚJO, Bernardo Horta [*Carta*] 18 fev. 1913, Rio de Janeiro [para] ARAÚJO, Delphin Horta de. Rio de Janeiro. 8f. Informa sobre as razões do suicídio e solicita providências diversas.

ARAÚJO, Bernardo Horta [*Carta*] 19 fev. 1913, Rio de Janeiro [para] AYRES, Joaquim., Rio de Janeiro. 5f. Informa sobre as razões do suicídio e solicita providências diversas.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Janaina. **História e região**: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos (Org.). República em migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 7- 49.
- AMORIM, Joaquim Pires de. **Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro**. 2. ed. Cachoeiro de Itapemirim, 1966.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Colonização do município de Castelo**.1963. (mimeo)
- BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos**: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998.
- BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1987.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002.
- CAMPELLO SOUZA, Maria do Carmo. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva**. São Paulo; Difel, 1980, p. 162-226.
- CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **O comércio como propulsor do poder político em Iconha**: o coronel Antônio Duarte (1889-1915). Dissertação Defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2007, 150 páginas.
- CARONE, Edgard. **A República Velha**: instituições e classes sociais. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.
- _____. **A República Velha**: evolução política. São Paulo: Difel, 1974.
- _____. **A Primeira República-1889-1930**. São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. São Paulo: UFMG, 1998.
- _____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, Leandra Passini de. **Fraga, fragata, fragou**. Vitória: Artgraf, 1990.
- CLAÚDIO, Afonso. **História da literatura Espírito Santense**. Rio de Janeiro: Xerox, 1912.
- _____. **História da propaganda republicana no estado do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.
- FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia. São Paulo: Difel, 1975.

- FREIRE, Mário Aristides. **A república no Espírito Santo**: a suposta surpresa do movimento. Vitória, Revista do IHGES, nº 12, Novembro de 1939.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOMES, Ângela de Castro et. al. **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- GONÇALVES, Gil. **Imagens de Cachoeiro**. Vitória: FCAA, 1999.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LE GOFF, Jaques et al. **A nova história política**. Lisboa: Ed. 70, 1994.
- LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1988.
- LOPES, Almerinda da Silva. **Memória aprisionada**: a visualidade fotográfica capixaba. 1850-1950. Vitória: Edufes, 2002.
- MACIEL, Manoel Gonçalves. **Voltando ao Cachoeiro antigo**. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2001. (vol. 1)
- MARINS, Antonio. **Minha terra e meu município**. Rio de Janeiro, 1920. (mimeo)
- MENDONÇA, Paulo Henriques. **Muqui**: cidade menina. 1850-1989. Vitória: Sagraf, 1989.
- MINAS GERAIS. **Limites dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo**: a exposição dos motivos. Documentos pelo Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1905.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982.
- MOREIRA, Evandro. **Cachoeiro**: uma história de lutas. 1550 -1930. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2004.
- NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória; Fundo editorial do Espírito Santo. (s/d)
- _____. **Jerônimo Monteiro**: sua vida e sua obra. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.
- OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. 2.ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- _____. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1975.

- PEREIRA, Amâncio. **Homens e coisas Espírito Santenses**. Vitória, 1913.
- _____. **Propaganda republicana no Espírito Santo**. Revista do IHGES, Vitória, nº 12, 1939.
- _____. **A imprensa no Espírito Santo**. Revista do IHGES, Vitória, nº 4, 5, 6.
- REIS, Carlos. **O estado do Espírito Santo em 1910**. Rio de Janeiro, 1910.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 2003.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge et. al.. **O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 89-119.
- RIBEIRO, D. Ubaldo Lopes. **O município de Cachoeiro de Itapemirim**. S. L., 1929.
- RAMBALDUCCI, Ney Costa. **Muqui: passado de glória, futuro de esperança**. Rio de Janeiro: Edições Achimé, 1991.
- ROCHA, Levy. **Os Vieira da Cunha e o jornal “O Martelo”**. Brasília, ano IV, nº 3., setembro de 1969
- SALETTTO, Nara. **Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República**, 2005. (inédito)
- _____. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo: 1889-1930**. Vitória: Edufes, 1996.
- _____. **Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1996.
- _____. **A política capixaba na Primeira República**, 2008. (inédito)
- SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912)**. Vitória: Flor & Cultura, 2006.
- ZANDONADI, Máximo. **Venda Nova do Imigrante: 100 anos de colonização italiana no Sul do Espírito Santo**. Venda Nova do Imigrante, 1992.
- ZORZAL, Marta. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

ANEXOS

Anexo 1 – Bernardo Horta de Araújo⁸⁰

⁸⁰ Arquivo da Loja Maçônica 'Fraternidade e Luz', Cachoeiro de Itapemirim, s/d.



Anexo 2.

Bernardo Horta de Araújo e sua esposa, Angelina Ayres Horta. Filhos da esquerda para a direita: Zilma, Maria Izabel, José, Fábio e Lélia⁸¹.

⁸¹ *Revista Argos*, 1919.



Anexo 3. Palacete do Governo Municipal⁸²



Anexo 4. Farmácia Horta⁸³

⁸² GONÇALVES, Gil. **Imagens de Cachoeiro**. Vitória: FCAA, 1999, p. 24

⁸³ GONÇALVES, Gil. **Imagens de Cachoeiro**. Vitória: FCAA, 1999, p. 23.